

# Diário do Legislativo de 24/03/1999

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Márcio Kangussu

### 2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

### 3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

### 4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

### 5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

### 6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Christiano Canêdo

### 7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

### 8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

### 9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Eduardo Brandão

### 10) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Deputado Edson Rezende

Vice-Líder: Deputada Elaine Matozinhos

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Ermeto e Maria José Hauelsen

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado José Alves Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PL Vice-Presidente

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTES:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTES:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Rogério Correia PT

Deputado José Milton PL

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTES:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Washington Rodrigues PL

##### SUPLENTE:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Newton de Morais PL

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

##### SUPLENTE:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

##### EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PSB

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Newton de Moraes PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMN

SUPLENTE:

Deputado Eduardo Brandão PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando PPB

SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

#### EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

#### SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

#### EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Christiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

#### SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

#### EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Christiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Ermeto PSB

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado George Hilton PL

SUPLENTE:

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

## SUMÁRIO

### 1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

#### 2 - ATAS

##### 2.1 - 6ª Reunião de Debates

##### 2.2 - 4ª Reunião Especial

##### 2.3 - 5ª Reunião Especial

##### 2.4 - Reuniões de Comissões

### 3 - ORDENS DO DIA

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 4.1 - Plenário

#### 4.2 - Comissões

### 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## 8 - ERRATAS

### DELIBERAÇÕES DA MESA

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.693

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Irani Barbosa, a vigorar a partir de 24/3/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.637/99, de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18

Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de março de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.694

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Ambrósio Pinto, a vigorar a partir de 24/3/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.604/99, de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de março de 1999.

Anderso Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.695

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Geraldo Rezende, afastado para exercer o cargo de Secretário de Estado de Indústria e Comércio, nos termos do art. 9º da Resolução nº 5.154, de 30/12/94, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.107, de 24/3/95, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.658, de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão:
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de março de 1999.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.696

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado César de Mesquita, a vigorar a partir de 24/3/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.662/99, de 3/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10

Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de março de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.697

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Fábio Avelar, a vigorar a partir de 24/3/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.672, de 3/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 4 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete I - 4 horas	AL-40
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10

Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de março de 1999.

Anderson Aduato, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.698

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Miguel Martini, a vigorar a partir de 24/03/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.646/99 de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Supervisor de Gabinete II - 8 horas	AL-27
Supervisor de Gabinete I - 4 horas	AL-26
Assistente de Gabinete I - 4 horas	AL-24
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4	AL-10

horas	
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléa, 23 de março de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.699

A Mesa da Assembléa Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Carlos Pimenta, a vigorar a partir de 24/3/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.615, de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05

Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de março de 1999.

Anderson Aduato, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO DE DEBATES, EM 22/3/99

Presidência do Deputado Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Atas - Correspondência: Mensagem nº 11/99 (encaminha o Projeto de Lei nº 154/99), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei Complementar nº 5/99 - Projetos de Lei nºs 155 a 161/99 - Comunicações: Comunicações da Comissão de Saúde e do Deputado Alberto Pinto Coelho - Oradores Inscritos: Discurso do Deputado Fábio Avelar - 2ª Parte - Abertura de Inscrições - Designação de Comissões: CPI dos Fundos - Leitura de Comunicações - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Márcio Kangussu - Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Sebastião Navarro Vieira - Washington Rodrigues.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Atas

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Correspondência

- O Deputado José Henrique, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

#### "MENSAGEM Nº 11/99\*

Belo Horizonte, 19 de março de 1999.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa egrégia Assembléia Legislativa, o projeto de lei incluso, que altera a redação do artigo 6º da Lei nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, que reorganiza a autarquia Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -, introduz alterações na estrutura orgânica de Secretarias de Estado e dá outras providências.

A proposta que ora encaminho ao exame dessa Casa tem por objetivo alterar a composição do Conselho Administrativo do IPSM, elevando para treze o número de seus membros efetivos.

Trata-se de alteração solicitada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar, devidamente justificada no documento anexo, que incorpore a esta mensagem para conhecimento dos Senhores Deputados.

Valho-me desta oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

#### PROJETO DE LEI Nº 154/99

Altera a redação do artigo 6º da Lei nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, que reorganiza a autarquia Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -, introduz alterações na estrutura orgânica de Secretarias de Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O "caput" do artigo 6º da Lei nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - O Conselho Administrativo é composto de 13 (treze) membros efetivos, segurados do IPSM, tendo a participação de 1 (um) representante dos inativos e de 1 (um) servidor efetivo do IPSM."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/99

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 33, de 28 de junho de 1994 e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 33, de 28 de junho de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13 - .....

II - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos e Presidentes de Câmaras e sobre elas emitir pareceres prévios em trezentos e sessenta dias, na forma do art. 53;

.....

§ 1º - A resposta à consulta a que se refere o inciso X e os pareceres prévios mencionados no inciso II deste artigo têm caráter normativo e constituem pré-julgamento de tese, mas não do fato ou caso concreto.

§ 2º - Somente prevalecerão para fim de sentença judicial os pareceres prévios ratificados por perícia técnica contábil, realizada por profissional legalmente habilitado, nomeado por Juiz de Direito.

.....

Art. 53 - As contas anuais dos órgãos dos Poderes do Município e de suas autarquias e fundações serão examinadas pelo Tribunal de Contas, que emitirá parecer prévio no prazo de trezentos e sessenta dias a contar da data do seu recebimento, na forma do inciso II do art. 13.

§ 1º - As contas dos órgãos da administração direta e indireta do Município serão apresentadas pelo Prefeito, e as do Poder Legislativo pelo Presidente da Câmara Municipal, no prazo de noventa dias após o encerramento do exercício.

§ 2º - As contas anuais consistem na apresentação dos resultados gerais do exercício, em conformidade com o disposto no art. 101 da Lei nº 4.320, de 1964, com as instruções do Tribunal de Contas do Estado.

.....

§ 5º - No exame das contas anuais do Município será observado o disposto nos arts. 38 e 52 desta lei.

§ 6º - Esgotado o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, não tendo o Tribunal de Contas emitido o parecer prévio, as contas do Município serão remetidas para julgamento da Câmara Municipal.

§ 7º - Para atender ao disposto no parágrafo anterior, poderá a Câmara Municipal prevalecer-se de laudo pericial sobre as contas do exercício passado por entidade ou profissional habilitado.

Art. 54 - .....

§ 1º - Não havendo manifestação da Câmara Municipal no prazo de cento e vinte dias após o recebimento do parecer prévio, o Tribunal de Contas, no prazo de sessenta dias, deverá:

I - autorizar o arquivamento do processo, caso o parecer prévio seja emitido na forma dos incisos I e II do art. 44;

II - encaminhar o processo ao Ministério Público, para adoção de medidas legais, caso o parecer prévio seja emitido na forma do inciso III, alíneas "a", "b" e "c" do art. 44;

§ 2º - As contas dos gestores aprovadas pela Câmara Municipal, na forma do art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, serão definitivamente arquivadas e somente poderão ser desarquivadas para instrução de processo, mediante requisição do Poder Judiciário.

§ 3º - Ficam definitivamente arquivados todos os processos de prestações de contas aprovados sem ressalvas pelo Legislativo até o dia 30 de março de 1999.

§ 4º - Os pareceres do Tribunal de Contas sobre as contas anteriores aos exercícios de 1997 que não tenham sido apreciados pelas Câmaras Municipais ser-lhes-ão remetidos no prazo de sessenta dias, para atendimento do disposto no art. 53, VI e VII.

§ 5º - O Tribunal de Contas requisitará ao Ministério Público, no prazo de sessenta dias, a devolução de todos os processos que estiverem enquadrados no inciso II e §§ 1º e 2º do art. 13.

.....

Art. 75 - A decisão do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terá eficácia de título executivo, observado o disposto no § 2º do art. 13.".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 17 de março de 1999.

Ronaldo Canabrava

Justificação: Tem o Tribunal de Contas, entre outros, o dever de auxiliar as Câmaras Municipais para que elas possam desempenhar com segurança e fidelidade as funções fiscalizadora e julgadora. Tal é a determinação do art. 31 da Constituição Federal.

A bem da verdade, o Tribunal de Contas de Minas Gerais não tem atendido sequer as determinações contidas no art. 180 da Constituição do Estado nem as contidas no art. 53 da Lei Complementar nº 33, de 28/6/94, cujas redações devem ser alteradas o mais rápido possível para a normalização e a agilização dos trabalhos do TCMG.

Milhares de processos de prestação de contas, apreciados ou não pelas Câmaras Municipais, temporariamente suspensos pelos recursos apresentados na forma da lei, são encaminhados aos fóruns, sobrecarregando o Judiciário e obrigando os ex-Prefeitos e ex-Vereadores, muitos já afastados da vida pública, outros já falecidos, a responderem em juízo por possíveis danos ao erário público, para, diante dos argumentos sólidos e incontestáveis dos réus, serem arquivados pelo Poder Judiciário. São incontáveis os processos dessa natureza que passaram pelo crivo do Judiciário e terminaram no arquivo morto. Milhares de ex-Prefeitos e ex-Vereadores honestos, que serviram com dedicação e dignidade à causa pública, são hoje, depois de tantos anos, afrontados por intimações expedidas pelo Tribunal de Contas e obrigados a despenderem recursos apreciáveis com advogados e assessores, para provarem a exatidão de suas contas. Contas que foram processadas e prestadas com o auxílio de profissionais zelosos e competentes, devidamente habilitados, com registro no CRC-MG, e analisadas, em sua maioria, por pessoas inabilitadas e até mesmo incapazes de proceder a análise de balanços e interpretação de leis. Tais procedimentos, embora legais, jamais beneficiaram nem beneficiarão o erário público, posto que as falhas levantadas nos inúmeros processos são sempre contestadas.

Não é nossa intenção culpar ou desmerecer o trabalho do egrégio Tribunal de Contas de Minas Gerais, que tem sob sua responsabilidade a fiscalização de 856 municípios, entre eles várias metrópoles. Estamos propondo a solução de um problema sério, que onera o Estado de maneira assombrosa, sem dar-lhe o menor retorno. Devemos pensar que nesses municípios existem controles internos do Executivo, do Legislativo e de suas autarquias e fundações, todos necessitando do auxílio e da fiscalização do Tribunal de Contas. Os processos que se acham acumulados e pendentes não trarão nenhum benefício ao Estado e contribuirão, por certo, para tumultuar o Poder Judiciário e para levar aborrecimento a milhares de ex-Prefeitos e ex-Vereadores que exerceram com dignidade os seus mandatos.

As mudanças que estamos propondo têm os seguintes objetivos:

1º) Desafogar o Tribunal de Contas, para que ele possa coordenar melhor seus trabalhos e atender a tempo as normas constitucionais, em conformidade com a Lei Complementar nº 33, de 1994.

Como está, o Tribunal de Contas não tem condição de atender aos seus objetivos, na forma de lei, nem mesmo onerando mais ainda o Estado com admissões e outras despesas correntes e de investimentos.

2º) Evitar o acúmulo de processos no Poder Judiciário e a injusta intimação de ex-agentes políticos, com mais despesas para o Estado.

Os processos encaminhados ao Poder Judiciário, além de não resistirem à argumentação de assessores e técnicos abalizados, roubam precioso tempo do Judiciário, impõem situações delicadas e injustas a ex-agentes políticos e não garantem nenhum retorno ao erário público.

3º) Preparar o Tribunal de Contas para uma possível reestruturação em seu sistema de trabalho, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 33.

As despesas do Estado causadas pela forma de inspeção que vem sendo posta em prática pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais, com fiscalização feita "in loco", podem ser reduzidas em 80% (oitenta por cento), com muito mais eficácia e benefício para o Estado e para os Municípios, se for adotado o sistema de fiscalização à distância, via modem. Há no Estado de Minas vários sistemas já desenvolvidos e utilizados por empresas de assessoria que permitem a um único técnico, em um dia, vistoriar até 20 municípios e orientá-los para a correta aplicação das leis, com o custo correspondente ao de uma chamada telefônica de 20 minutos.

4º) Definir, de maneira correta, o papel do Tribunal de Contas perante cada um dos Poderes, posto que o art. 53 da Lei Complementar nº 33 trata das contas do Prefeito, deixando as contas do Poder Legislativo à mercê do entendimento do Tribunal de Contas.

A Lei Complementar nº 33 não atinou para a independência financeira e administrativa dos Poderes. Com a independência financeira dos Poderes (art. 99, § 1º, da Constituição Federal), eles ficaram obrigados a manter o seu controle interno (art. 74 da Constituição Federal) e, em decorrência, também devem ter as suas contas apreciadas, para emissão de parecer prévio, pelo Tribunal de Contas. As contas do Executivo, do Legislativo, das autarquias e fundações pertencem ao Município, mas a responsabilidade por elas deixa de ser do Prefeito para estender-se aos ordenadores de despesas, ou seja, o Prefeito, o Presidente da Câmara e os Diretores das autarquias e fundações. Assim sendo, as contas da Mesa da Câmara devem ser julgadas pela própria Câmara e não pelo Tribunal de Contas, o mesmo ocorrendo com as contas das autarquias e fundações municipais.

Tem o Poder Legislativo, em todas as esferas de governo, as seguintes funções: institucional, legislativa, fiscalizadora e julgadora. Essas funções fundamentais dão-lhe exclusividade para se auto-organizar, para emendar, aprovar e revogar leis, para fiscalizar os atos do governo e julgar procedentes ou improcedentes os pareceres prévios dos tribunais de contas.

Somente quem exerce a função fiscalizadora tem condição de julgar. O Tribunal de Contas examina "papel", e o legislador analisa os "fatos". É por essa razão que o parecer prévio do Tribunal de Contas pode ser desconsiderado e arquivado pela decisão de 2/3 dos Vereadores. Não cabe ao Tribunal de Contas interferir nas contas do Estado ou dos municípios e nem mesmo ditar normas para os gastos públicos. Estes são definidos por lei. Basta, pois, ao Tribunal, observar se as leis estão sendo cumpridas e chamar a atenção dos mandatários públicos para os fatos constatados. Do Poder Legislativo, que representa a comunidade, deve partir a decisão final.

5º) Proceder à agilização dos pareceres prévios para que os Vereadores possam julgar as contas do Município em seus mandatos.

A Constituição do Estado dá ao Tribunal de Contas 360 dias para emitir parecer prévio sobre as contas do município. A Lei Complementar nº 33 fala em contas dos Prefeitos. Mas o prazo é o mesmo. No projeto que propomos as contas não são do Prefeito, são do município, devendo a Câmara julgar as contas do Prefeito, de sua Mesa Diretora, das autarquias e fundações. O fato de dissociar as contas da Câmara das contas da Prefeitura não pode deixar o Chefe do Poder Legislativo à mercê das considerações do Tribunal de Contas. Afinal, as contas do Legislativo pertencem ao município e, se a Câmara julga as contas do Prefeito e das autarquias, deve julgar também as de sua Mesa Diretora. Se o Tribunal de Contas não atender à determinação constitucional, deixando de emitir o parecer prévio no prazo estabelecido, perde o direito de fazê-lo e deve o município, pelos seus representantes legais, decidir sobre a aprovação ou não de suas contas.

6º) Dar condições ao Tribunal de Contas de atender aos pedidos e requisições feitos pelos Prefeitos e Vereadores.

Raríssimos são os municípios que tiveram os seus pedidos atendidos pelo Tribunal de Contas. Requisições de pareceres, instruções, perícias e auditorias, quando atendidas, levam anos para serem publicadas. É como se o Tribunal de Contas não existisse. Então perguntamos: como é que nós, Deputados responsáveis pelos destinos da política mineira, vamos cobrar do Tribunal de Contas o cumprimento da lei? Temos que tomar uma decisão, que pode gerar polêmicas, mas que seja a decisão acertada, para podermos exigir do Tribunal de Contas uma ação mais coerente com os elevados propósitos do atual Governo do Estado, que prima pela modernização e moralização da administração pública.

As modificações que estamos propondo, se aprovadas pela Assembléia Legislativa, abrirão espaço para outras propostas de grande valor, que colocarão o Estado de Minas à frente dos demais Estados na elaboração e manutenção de programas de controle interno e externo, com vistas à proteção do erário e do patrimônio públicos, o que não conseguimos até hoje.

Em razão do exposto, acreditamos poder contar com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação deste projeto.

Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 155/99

(Ex-Projeto de Lei nº 1.301/97)

Cria o Programa Estadual de Financiamento ao Educando - PROEFE.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído no Estado de Minas Gerais o Programa Estadual de Financiamento ao Educando - PROEFE -, destinado a alunos matriculados em escolas de nível médio e superior.

Art. 2º - O PROEFE tem por objetivo o financiamento da anuidade escolar, ou de gastos com manutenção de alunos que comprovarem impossibilidade de pagar tais despesas com seus próprios recursos ou os de sua família.

Art. 3º - O Programa contará com recursos do orçamento do Estado, de fontes indicadas pelas instituições financeiras oficiais, pelo Governador do Estado ou outros.

Art. 4º - A operacionalização do Programa será responsabilidade do Poder Executivo.

Art. 5º - Todo aluno matriculado em estabelecimento autorizado ou reconhecido pela autoridade competente, comprovadas as condições exigidas pelos arts. 1º e 2º desta lei, tem direito a requerer o financiamento.

Art. 6º - O PROEFE terá sede e servidores públicos necessários ao desempenho de suas tarefas, a critério da autoridade competente.

Art. 7º - Todas as normas e os dispositivos regulamentares relativos ao Programa, inclusive o sistema de reembolso do benefício, com vistas a seu efetivo funcionamento serão estabelecidos por decreto executivo, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 22 de março de 1999.

Chico Rafael

Justificação: Esta lei pretende comprometer o poder público com a educação de níveis médio e superior no Estado. A oferta de vagas em escolas públicas nesses dois níveis de ensino é irrisória em face da população egressa da escola fundamental.

Justo é que o Estado colabore, com financiamento reembolsável, conforme as possibilidades da parte financiada, para que se estendam as condições de acesso aos níveis médio e superior de ensino àqueles que não têm recursos necessários para o pagamento de seus custos.

Este projeto não pretende agenciar doação de bolsas de estudo. Quer, sim, financiar despesas com a educação a interessados que se dispõem, conforme suas possibilidades, a pagar tais financiamentos, uma vez formados ou profissionalizados.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 156/99

(Ex-Projeto de Lei nº 652/96)

Dispõe sobre o período de cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - obedecerá à escala prevista nesta lei e ao que dispuser a sua regulamentação.

Parágrafo único - Os veículos com placas de final 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) pagarão o imposto no mês de março; os com placa de final 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis), no mês de abril; os com placa de final 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove) e 0 (zero), no mês de maio.

Art. 2º - A cobrança de que trata esta lei, na forma prevista no parágrafo único do seu art. 1º, dar-se-á a partir do ano seguinte ao da data de sua publicação, observado o que dispuser seu regulamento.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 22 de março de 1999.

Ermano Batista

Justificação: A cobrança do IPVA escalonada nos moldes propostos se faz necessária.

Administrativamente, medida semelhante tem sido adotada ao longo dos anos, gerando expectativa no contribuinte quanto à permanência, ou não, da regra.

Por outro lado, observa-se que há períodos, como o de início de ano, em que os gastos dos pais de família são acentuados com matrícula escolar, material didático e IPTU, entre outros. As despesas com o IPVA acarretam acumulação desses gastos e dificultam o seu pagamento.

É necessário estabelecer regras claras, que não venham sofrer alterações a cada momento quanto à época de recolhimento de tributos, sem gerar dificuldades para o contribuinte, o que se pretende por via deste projeto.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta justa proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 157/99

(Ex-Projeto de Lei nº 1.673/98)

Dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O pagamento da remuneração do servidor público de órgão, autarquia ou fundação do Estado deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

§ 1º - O atraso no pagamento obriga o órgão, a autarquia ou a fundação a compensar financeiramente o servidor, mediante pagamento, na folha do mês subsequente, de percentual da remuneração correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor da Taxa Referencial do mês, multiplicado pelo número de dias de atraso.

§ 2º - Se o atraso exceder a 48 horas, o órgão, a autarquia ou a fundação pagará ao servidor um abono de 5% (cinco por cento) do valor de sua remuneração, além da compensação financeira de que trata o parágrafo anterior.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 22 de março de 1999.

Ermano Batista

Justificação: O atraso no pagamento da remuneração dos servidores tem trazido conseqüências dramáticas para pais e mães de família, que, já há algum tempo, têm sido privados das condições de prover a sua subsistência e a de sua família, bem como honrar seus compromissos, em função da política salarial do Governo Estadual. O projeto busca estabelecer regras que desestimulem a inconstância do Governo e minorem os danos sofridos pelos servidores públicos.

Tais são os motivos, em resumo, que me levam a apresentar o presente projeto de lei, para o qual espero contar com o apoio de meus pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira, para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 158/99

(Ex-Projeto de Lei nº 1.023/96)

Declara de utilidade pública a Creche Comunitária São Domingos Sávio, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Creche Comunitária São Domingos Sávio, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 22 de março de 1999.

Durval Ângelo

Justificação: Fundada em 12 de março de 1984 e sediada na Rua Cubatão, 360, Bairro Monte Castelo, em Contagem, a Creche Comunitária São Domingos Sávio foi declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 1.733, de 31 de março de 1986.

Tendo como objetivos principais prestar assistência às crianças, através de abrigo, educação, saúde e desenvolvimento de hábitos de higiene, a entidade vem prestando relevantes serviços à comunidade, proporcionando elevado nível de qualidade de atendimento às crianças e bem-estar a seus pais, para melhor desempenho de suas atividades cotidianas.

Considerando ser justa e oportuna a declaração da Creche Comunitária São Domingos Sávio como de Utilidade Pública Estadual, contamos com a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 159/99

(Ex-Projeto de Lei nº 1.984/98)

Declara de utilidade pública a entidade Desafio Jovem Hebron, com sede no Município de Vargem Alegre.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Desafio Jovem Hebron, com sede no Município de Vargem Alegre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de março de 1999.

Mauro Lobo

Justificação: A entidade Desafio Jovem Hebron, evangélica e filantrópica, fundada em 26/1/86, objetiva recuperar criminosos e pessoas viciadas em tóxicos e álcool, reintegrando-os à sociedade por meio de terapia evangélica, ocupacional, sem distinção de raça, cor, condição social, credo religioso ou político.

Conforme consta em seus estatutos, a entidade, que se encontra em funcionamento há mais de seis anos, sob a direção de pessoas idôneas, não tem qualquer objetivo lucrativo.

É crescente o número de jovens que se tornam dependentes do uso de drogas, fato que os marginaliza e os torna incapazes de exercer atividades úteis à população, também impossibilitando-os de ser felizes.

Todas as promoções que visem a integrá-los novamente à sociedade, livrando-os dos vícios, são de grande importância e merecem o apoio das autoridades governamentais visando à sua propagação e à percepção dos benefícios legais a que têm direito.

Submetemos, pois, aos nobres pares a presente proposição, solicitando-lhes o indispensável apoio para a sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 160/99

Concede passe livre no transporte coletivo intermunicipal do Estado a Oficiais de Justiça e Comissários de Menores e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Aos Oficiais de Justiça e Comissários de Menores, quando do cumprimento de diligências em processos oriundos de gratuidade de justiça, secretarias criminais, juizados cíveis e criminais e juizado da infância e da juventude, fica garantido o transporte coletivo gratuito em âmbito intermunicipal.

Art. 2º - A forma de concessão do passe referido no artigo anterior será estabelecida por meio de regulamento a ser expedido no prazo de sessenta dias.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 18 de março de 1999.

Maria Olívia

Justificação: O Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais delega poderes a algumas classes de seus servidores para o cumprimento externo de ordens judiciais.

Entre esses servidores incluem-se os Oficiais de Justiça de 1ª e 2ª Instâncias (Tribunais de Justiça e Justiça Militar, Tribunal de Alçada, Juizados Especiais Cível e Criminal). Não podemos deixar de citar a categoria dos Comissários de Menores do Juizado da Infância e da Juventude.

Tais servidores realizam dezenas de atribuições, entre as quais destacamos: fazer, na forma de lei, citação, intimação, notificação, prisão, penhora e apreensão, certificando no mandado o ocorrido, com menção do lugar e da hora da diligência, devolvendo os respectivos mandados à Secretaria ou ao setor próprio, dentro do prazo legal; promover as avaliações judiciais nos casos indicados em lei; proceder a investigações relativas a menores, seus pais, tutores ou encarregados de sua guarda; fiscalizar entrada e permanência de menor em casas de diversão, botequins, emissoras de rádio e/ou televisão, ginásios esportivos, cabarês ou congêneres; cumprir e obedecer às instruções do Juiz competente.

Para o cumprimento das suas relevantes funções, os servidores utilizam, na grande maioria das vezes, o transporte coletivo, uma vez que não recebem qualquer indenização para realização dos atos a título de justiça gratuita.

Nos processos distribuídos nos fóruns em todo o Estado, acredita-se que de 30% a 40% dos feitos não têm computadas as custas judiciais, tampouco as diligências dos servidores encarregados do cumprimento de mandados.

Custas judiciais são despesas com atos judiciais praticados em razão de ofício e compreendem o registro, a expedição, o preparo e o arquivamento de feitos e os valores especificados em tabelas próprias. Portanto, as custas são gastos necessários para o início, o desenvolvimento e o término de um processo.

Custear um processo significa prover as despesas necessárias ao seu andamento. As despesas com as diligências dos servidores encarregados de cumprimento externo das ordens judiciais não se confundem com despesas para o custeio de atos decorrentes do encaminhamento processual. O Oficial de Justiça e o Comissário de Menores não estão obrigados a arcar com as despesas necessárias para execução de atos judiciais.

Hoje os atos judiciais criminais, os do Juizado da Infância e Juventude, os da Justiça de 1ª e 2ª Instâncias (processos de família, indenizações, acidente de trabalho, execuções, declaratórias, usucapião, reintegração de posse, cobrança, etc.) tramitam, na sua grande maioria, sob o pálio da gratuidade da justiça, conforme dispõem os mecanismos legais aplicáveis. Poderíamos, entre os diversos, citar a Lei Federal nº 1.060/50, a Lei nº 9.099, de 26/9/95, etc.

A concessão de assistência judiciária é o mecanismo pelo qual o Estado isenta de custas judiciais as pessoas necessitadas, como tal consideradas aquelas que não têm como arcar com tais custas sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

O Estado também, em algumas ações, impõe a gratuidade. Podemos citar as ações criminais e as ações dos juizados especiais, uma vez que existe interesse preponderante do Estado em razão do interesse público estabelecido na relação e na finalidade a ser alcançada.

Os tribunais, por diversas vezes chamados a opinar sobre o pagamento das diligências externas, têm unanimemente afirmado que a verba devida aos servidores encarregados de diligências externas do Poder Judiciário, em ressarcimento de despesa de sua condução, deve ser paga pela parte interessada independentemente da gratuidade de justiça deferida nos autos, uma vez que a referida verba não é custa processual.

Custeio das diligências externas não são custas processuais, pois aos referidos servidores é devida a indenização de transporte, a título de ressarcimento de despesas realizadas com a locomoção para o cumprimento da ordem.

Tal afirmação está contida na Lei nº 12.427, de 27/12/96, que "dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da Justiça Estadual de Primeiro e Segundo Graus e dá outras providências".

Sem a indenização de transporte para Oficiais de Justiça e Comissários, as pessoas com menor poder aquisitivo estarão privadas de ter o bom andamento de seu processo junto à justiça e os tribunais, uma vez que, não podendo arcar com as despesas decorrentes das diligências externas dos servidores, estarão fadados à paralisação.

O poder de punir o transgressor de uma norma penal também ficará prejudicado, uma vez que o Oficial de Justiça ou o Comissário de Menores dependem da locomoção para o cumprimento das ordens emanadas pelos respectivos Juizes, principalmente os mandados oriundos dos juizados especiais cíveis e criminais, que não pagam qualquer tipo de custa judicial.

Os prejuízos causados são latentes e estão emperrando o bom andamento da prestação jurisdicional, uma vez que os servidores encarregados das diligências externas do Poder Judiciário não têm meios de arcar com a despesa de locomoção, já que não podem retirar do salário qualquer parcela para fazer frente a despesas com locomoção no cumprimento dos mandados.

Qualquer concessionário do transporte coletivo, ao assumir o ônus do gerenciamento de uma linha municipal ou intermunicipal, certamente tem conhecimento de que existem alguns ônus que também o Estado lhe repassa, tais como gratuidade para o idoso e o deficiente físico, etc., e não poderíamos deixar de lembrar a gratuidade para os servidores encarregados das diligências externas do Poder Judiciário, uma vez que cabe ao Estado, constitucionalmente, o dever de arcar com a garantia de todo cidadão, principalmente o desprovido de recursos financeiros, ter analisado pelo Poder Judiciário direito eventualmente violado.

Assim, apresento esta proposição, solicitando de meus pares apoio e imediata aprovação após os trâmites regimentais.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 161/99

(Ex-Projeto de Lei nº 1.917/98)

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Um Novo Caminho, com sede no Município de Ituiutaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Um Novo Caminho, com sede no Município de Ituiutaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 22 de março de 1999.

Anderson Aauto

Justificação: A Comunidade Terapêutica Um Novo Caminho, fundada em 26/5/94, é uma sociedade civil que tem por objetivo promover a reabilitação de pessoas dependentes de drogas e álcool que se proponham, por livre e espontânea vontade, a abandonar o vício, bem como a integração dessas pessoas no mercado de trabalho. Promove, também, a divulgação do esporte e a proteção do meio ambiente. A diretoria da entidade é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelos serviços prestados.

A instituição preenche os requisitos para a declaração de sua utilidade pública; por esse motivo, solicito o apoio dos nobres colegas à aprovação do projeto em tela.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Saúde e do Deputado Alberto Pinto Coelho.

#### Oradores Inscritos

- O Deputado Fábio Avelar profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### 2ª Parte

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e os pronunciamentos de oradores inscritos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Apurar Possíveis Desvios de Recursos Pertencentes aos Fundos do Poder Executivo e de Recursos Vinculados Transferidos pela União ao Estado, doravante denominada CPI dos Fundos. Pelo PSDB: efetivo - Deputado Mauro Lobo; suplente - Deputado Ailton Vilela; pelo PMDB: efetivo - Deputado Dimas Rodrigues; suplente - Deputado Paulo Pettersen; pelo PDT: efetivo - Deputado Álvaro Antônio; suplente - Deputado Bené Guedes; pelo PFL: efetivo - Deputado Paulo Piau; suplente - Deputado Sebastião Costa; pelo PT: efetivo - Deputado Rogério Correia; suplente - Deputada Maria Tereza Lara; pelo PL: efetivo - Deputado George Hilton; suplente: Deputado José Milton; pelo PSD: efetivo - Deputado Dinis Pinheiro; suplente - Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Designo. À Área de Apoio às Comissões.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Saúde - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 41/99, da Deputada Elaine Matozinhos (Ciente. Publique-se.); e pelo Deputado Alberto Pinto Coelho - indicação dos Deputados Eduardo Hermeto e Maria José Hauelsen para atuarem como Vice-Líderes do Governo (Ciente. Cópia à Área de Apoio às Comissões e às Lideranças.).

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas nem Líderes inscritos, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 23, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 15/3/99

Presidência do Deputado Anderson Aauto

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Vice-Governador Newton Cardoso - Palavras do Senador Roberto Requião - Palavras do Deputado Aloizio Mercadante - Palavras do Sr. José Alfredo de Oliveira Baracho - Palavras da Sra. Aspásia Camargo - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Bilac Pinto - César de Mesquita - Chico Rafael - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Alves Viana - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Miguel Martini - Newton de Moraes - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Washington Rodrigues.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

#### Atas

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Compõem a Mesa dos trabalhos, nesta manhã, os Exmos. Srs. Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado e representante do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Roberto Requião, Senador do PMDB do Paraná; Marina Silva, Senadora do PT do Acre; Aloizio Mercadante, Deputado Federal do PT de São Paulo; Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Miguel Martini, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE -; Aspásia Camargo, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas e Assessora Especial do Itamaraty; e José Alfredo de Oliveira Baracho, professor de Direito Constitucional da UFMG.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da Teleconferência Desafios da Federação Brasileira, que será dividida nos seguintes subtemas: "A União e os Estados no Quadro da Globalização" e "O Pacto Federativo: Limites da Centralização e da Autonomia dos Estados".

#### Palavras do Sr. Presidente

Este encontro, senhoras e senhores participantes, faz-nos lembrar o nascimento da democracia. A tecnologia levará o nosso debate a uma multidão de telespectadores que dele poderão participar, assim como uma multidão de cidadãos participava, na ágora ateniense, das decisões políticas.

Se a democracia participativa trouxe o sistema parlamentar moderno, com suas casas legislativas permanentes, o diálogo direto entre elas, a população e as organizações civis, que são, por definição, organizações de natureza política, é, mais que nunca, necessário.

Essa reflexão nos conduz a outra, à da importância do poder local como expressão da democracia. As instituições políticas são os instrumentos pelos quais o homem expressa a sua liberdade e a sua vontade, na busca de convivência pacífica e criadora. Quanto mais próximo do cidadão o poder estiver, mais democrático ele será. A usurpação do poder local é, assim, senhoras e senhores, a usurpação da liberdade.

Estaremos discutindo, hoje e aqui, os desafios que a Federação brasileira deve vencer. Convidamos algumas das personalidades brasileiras mais destacadas no conhecimento das questões federativas. Não as convidamos para um exercício intelectual em torno do tema, e, sim, como passo prévio para amplo movimento em busca da revisão constitucional do pacto republicano. Durante o período colonial, embora o Governo metropolitano usasse de todos os meios a fim de impor a sua vontade à população brasileira, havia, nos Senados das vilas, algum poder local de que não dispõem hoje as Câmaras Municipais. A tirania portuguesa se exercia com mais rigor onde maiores eram os seus interesses econômicos, como ocorreu em nosso território. É provável que não tenha havido, em todas as possessões portuguesas, região governada com maior violência que a Capitania das Minas do Ouro, depois Minas Gerais.

E não foi tampouco por acaso que nenhuma outra capitania viveu as turbulências que assolaram Minas Gerais no séc. XVIII. O exame dos documentos históricos mostra que, praticamente, não houve um só lustro em que a rebeldia contra o arbítrio e a espoliação não movesse os intrépidos mineiros.

A Independência trouxe a reivindicação federativa, como ficou claro nos debates da primeira Assembléia Nacional Constituinte. Embora a idéia não houvesse prosperado, ela permaneceu e se manifestou durante todo o período monárquico, principalmente nos movimentos armados, como a Guerra dos Farrapos e a Revolução de 1842. Do ponto de vista institucional, ela teve a sua primeira vitória com a criação das Assembléias Legislativas provinciais, como consequência do Ato Institucional de 1834.

As Assembléias provinciais, no Estado unitário do Império, dispunham de amplo poder legislativo, uma vez que era seu o direito de legislar sobre tributação interna, instrução pública e segurança dos cidadãos.

A redução da autonomia dos Estados, a partir do movimento militar de 1964 e, de forma mais acentuada, com as medidas provisórias do atual Governo Federal, transformou as Assembléias Legislativas em grandes câmaras de Vereadores, que procuram, com certa angústia, justificar sua existência. A primeira tarefa política dos parlamentos estaduais é, assim, a recuperação da autonomia dos Estados, para que possam exercer a função elementar de sua razão de ser: a atividade legislativa.

Essa atividade já era, de certa forma, tolhida, pela timidez do regime republicano, tal como foi concebido em 1889.

Confrontando-se com uma realidade histórica diferente, não puderam os constituintes de 1891 criar uma federação semelhante à dos Estados Unidos, como era propósito de muitos deles. Ao negar aos Estados direitos legislativos conferidos aos Estados norte-americanos, a Constituição de 1891 limitou os poderes políticos das antigas províncias. Essa foi a primeira, mas não a única, das vicissitudes do federalismo brasileiro.

Hoje não podemos falar seriamente em federação. Ela foi sendo destruída, pela negligência de sucessivos governos estaduais, que não reagiram a tempo, e de forma viril, contra a continuada centralização do poder. Essa centralização se tornou insuportável com o despotismo do atual Governo Federal que, de forma manhosa e insidiosa, promoveu a subserviência e a submissão da maioria do Congresso e da maioria dos Governadores de Estado. Essa situação só começa a mudar agora, com a eleição de Governadores e Assembléias dispostos a contestar o modelo econômico que nos infelicitava.

Ao optar pelo que determinou o Consenso de Washington, essa nova ordenação imperial para a América Latina, o Governo avança no projeto não só de reduzir o Brasil à condição de um Estado unitário, conforme chegam a pregar homens do governo, como de reduzi-lo à condição de Estado associado dos Estados Unidos. Não temos mais autonomia estadual porque o Governo brasileiro de hoje renunciou à soberania nacional. (- Palmas.)

Ainda agora, segundo registra a imprensa, o acordo com o FMI exige uma recessão industrial de 8% este ano, para que haja uma brutal redução do PIB, de mais de 3,5%. Essa queda, acumulada pela redução já registrada em 1998, significa um atraso de mais de 10% na indústria nos dois anos. Em termos práticos, o desemprego deverá continuar aumentando. Não se trata de uma fatalidade, mas de um projeto calculado.

É inacreditável que aceitemos, de braços cruzados, a destruição planejada de nossa economia, destruição de que se beneficiam não só os estrangeiros como seus sócios nacionais.

Ao submeter-se aos interesses externos, o Governo central, em obediência ao modelo importado, inviabiliza o projeto nacional de desenvolvimento e exerce pressões cada vez maiores sobre os Estados e municípios.

À cobiça estrangeira interessa o agravamento da crise social, com o desemprego, a violência, a centralização do poder e até mesmo o confronto entre os Estados, porque o caos pode trazer a desintegração do Estado nacional, passo prévio à conquista territorial.

A unidade nacional, senhoras e senhores parlamentares, depende, diretamente, da autonomia dos Estados federados. A soberania nacional é a soberania dos Estados membros. Quanto menor for a autonomia dos Estados, tanto menor será a soberania do Brasil.

Coube ao Governador Itamar Franco, no cumprimento do mandato que lhe conferiu o povo, a iniciativa de mostrar a crueldade do modelo concentrador, ao denunciar os acordos financeiros assinados pelos governadores com o Ministério da Fazenda e ao declarar a suspensão dos pagamentos aos credores do Estado, por 90 dias, em ato admitido como uma moratória não formal.

Mais do que a denúncia de uma farsa, montada a fim de facilitar a reeleição do Presidente da República, o protesto de Minas é contra o modelo macroeconômico de submissão e convoca a construção de novo contrato federativo.

Minas nunca desejou qualquer hegemonia na Federação Brasileira, mas não renuncia à posição de vanguarda na história política de nosso País. (- Palmas.) Foi com essa autoridade moral e o seu patrimônio cívico que os mineiros elegeram o Presidente Itamar Franco para conduzi-los na luta contra a prepotência do Governo da União e pela reconstrução da República Federativa.

Somos o que somos, e não aquilo que o Governo Federal pensa que somos. Não somos prepostos do Ministro da Fazenda nem do Governo Federal. De nada adianta, por exemplo, usar parte da imprensa para dizer que os mineiros, ao suspender o pagamento da amortização da dívida, estão prejudicando o resto do Brasil. Isso não é verdade. Quem vem prejudicando o Brasil inteiro é o Governo Federal, que vem doando o patrimônio nacional, em privatizações suspeitas, promovendo a saída incontrolável de recursos do País – só no ano passado foram pagos, de juros, US\$75.000.000.000,00, e aplicados, pelos Bancos que operam no Brasil, US\$35.000.000.000,00 de especuladores brasileiros nas Ilhas Cayman. A desvalorização do real trouxe o aumento da dívida líquida do Tesouro Nacional em US\$43.000.000.000,00 – o equivalente a duas vezes o preço total a ser obtido com a privatização da TELEBRÁS. E, como se não bastasse, anunciam a possível privatização da PETROBRÁS, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Como bem resumiram alguns autores, entre eles, a professora Aspásia Camargo, em texto recente, a receita federativa é singela: só deve sair do poder do município aquilo que o município não tem condições de administrar e que deve ser, assim, transferido para a responsabilidade do Estado. Da mesma maneira, só deve ser da responsabilidade da União o que não puder permanecer na alçada do Governo Estadual.

Há, no entanto, que ter conseqüências práticas a necessidade que o pensamento político identifica. É nesse sentido que nosso encontro de hoje abre caminho para a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados. Essa Frente é a ampliação do movimento Minas Unida Vence a Crise, com o qual estamos mobilizando o povo na ação cívica contra o cerco ao nosso Estado.

Estou certo de que o dia de hoje será guardado, na História, como um dos mais importantes na construção de novo desenho do Estado nacional. Agradeço a presença de todos, especialmente a de nossos convidados. O Senador Roberto Requião, o Deputado Aloizio Mercadante, a Professora Aspásia Camargo e o Dr. José Alfredo Baracho, Professor de Direito Constitucional da UFMG, são personalidades conhecidas e respeitáveis na vida política e acadêmica de nosso País. Ao agradecer, em nome do povo de Minas, a sua presença nesta Casa, estou certo de que, de seu saber e de seu patriotismo, teremos a contribuição necessária a um novo e necessário tempo para o Brasil. Muito obrigado a todos os participantes da Mesa e a todos os senhores e senhoras que vieram participar conosco dessa teleconferência.

Antes de passar a palavra ao primeiro expositor, a Presidência gostaria de apresentar, em nome deste Poder, as boas-vindas aos nossos ilustres convidados e agradecer a gentileza com que S. Exas. atenderam a nossa solicitação.

A Presidência agradece de modo especial a presença, no Salão Nobre, na abertura dos trabalhos, do Exmo. Dr. Itamar Franco, que, com a sua visão de homem público e zeloso das responsabilidades que tem para com o povo de Minas Gerais, iniciou essa verdadeira cruzada contra a desigualdade e o desrespeito impostos pela União à autonomia de nosso Estado.

#### Palavras do Vice-Governador Newton Cardoso

Sr. Presidente, Deputado Anderson Adauto, autoridades citadas, Deputados, Prefeitos e demais convidados: o Governador Itamar Franco receberá agora, em Palácio, Luís Inácio Lula da Silva, Presidente de honra do PT, e algumas autoridades. Essa é a razão pela qual ele não permaneceu neste foro, onde se debate a crise da Federação.

O discurso do nosso Presidente, Anderson Adauto, foi muito claro com relação ao que é federação. Citou, sobretudo, a Constituição de 1891. Quando ela foi feita, com a pena de Rui Barbosa, buscávamos, naquela oportunidade, na América do Norte, a inspiração para nossas instituições políticas. Estou ao lado do meu amigo e companheiro Prof. José Baracho, que poderá interferir em minhas palavras. Buscamos, na França, as instituições políticas. Foi, assim, um divórcio de inspirações para fazer a Constituição e a nossa escola única, a École Unique Française.

Mas a Constituição de 1891 foi feita para pagar as dívidas do Império, tanto que Deodoro da Fonseca ficou pouco no governo, passando-o a Floriano, que era o Chefe do Exército. Floriano teve dificuldades e poderia ter dado o golpe, se quisesse. No entanto, elegeu Prudente de Moraes. Tão logo Prudente de Moraes foi eleito, estourou a Guerra de Canudos, ocasião em que a Federação teve de usar todos os recursos para mandar quatro expedições para Canudos. Dessa maneira, as províncias, como a de Minas Gerais, estavam sem recursos, porque estes estavam centrados no Poder central.

Prudente governou com muita antipatia popular e passou o poder a Campos Sales. Esse, sim, foi para a Inglaterra buscar o primeiro empréstimo para a República. E deu como garantia desse empréstimo junto a um banqueiro inglês, que também emprestou recursos para a construção da Ponte Rio-Niterói, o cais do Rio de Janeiro.

Ao buscar inspiração para a Constituição de 1891, Rui Barbosa não fez uma confederação como a americana. O Estado americano é confederado, não federado. E, na confederação, é permitido ao Estado membro falir. E quando o Estado membro vai à falência, vai à bancarrota. Indo à bancarrota, resolve seus problemas internos com um ajuste fiscal interno. Aqui no Brasil, não. Grande parte das nossas reservas vão para o Governo Federal, por causa da Federação. Essa é a razão pela qual o Estado membro fica com dificuldades.

A Constituição de 1937, chamada de "Polaca", foi muito ditatorial e não refletiu o espírito democrático das Constituições. A de 1946, sim, foi uma Constituição mais aberta e, após a

queda de Getúlio Vargas, permitiu uma melhor participação social e federativa. Porém, a Constituição que ajudou Estados e municípios foi a Constituição Cidadã, de 1988, de Ulysses Guimarães, porque previa a participação dos Estados e dos municípios na geração de impostos aqui originados: Imposto de Renda e IPI.

Mas, o que fizeram com a Constituição de 1988? Modificaram-na. Entendo - e não sei se o Prof. Baracho também - que algumas cláusulas constitucionais são pétreas, ou seja, não podem ser modificadas ao sabor do Congresso, e sim por uma constituinte. E as conquistas que tivemos aqui, de participação nos impostos, foram tiradas pelo chamado Fundo de Estabilização Fiscal - FEF -, criado de maneira, diria, ilegal e inconstitucional, como também tiraram dos Estados membros a geração do ICMS nas exportações, a famigerada Lei Kandir. Se essa participação estivesse em vigência Minas não precisaria de nenhum favor do Governo Federal. Os municípios e os Estados teriam a sua participação. Minas, sobretudo, exportando soja, grãos, minério de ferro, gusa, aço, automóveis. Mas o dinheiro do suor do povo mineiro está sendo levado para Brasília, centralizado. Essa é a razão pela qual a Federação está em crise: está sendo deturpada pela legislação congressual.

Entendemos nós que é chegado o momento, por meio desta conferência, deste fórum, deste debate representado por pessoas de altíssimo saber jurídico, de levar adiante o espírito das leis que criaram a Federação, para modificá-la, sobretudo, na geração de impostos dos Estados membros.

Dizendo isso, espero que esta Casa, que é também um pouco a resistência de Minas, a Assembléia Legislativa, não apenas através do nosso partido, porque a resistência não é pelo Dr. Itamar Franco, mas a favor de Minas e do Brasil, possa levar adiante este fórum de debates e alertar Brasília e o Congresso Nacional de que este País está engessado em compromissos externos junto ao FMI que nos levam a dificuldades muito grandes. A nossa expectativa é que esta Casa possa, a partir de agora, conchamar o País a refazer e a honrar a Federação. Muito obrigado.

#### Palavras do Senador Roberto Requião

Inicialmente, cumprimento os membros da Mesa, os senhores presentes e a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, pela natureza da iniciativa de discutir a questão do pacto federativo e da crise que o País vive hoje. Se essa iniciativa fosse do Governo Federal, talvez o Presidente da República tivesse contratado uma consultoria inglesa, como contratou a Booz-Allen para formular o Plano Brasil em Ação, conforme recente denúncia do "Jornal do CREA", do Rio de Janeiro. Nós estamos trazendo um problema nosso para o fórum apropriado, que é o fórum dos políticos, dos comunicadores, dos intelectuais e dos professores brasileiros. Essa discussão tem uma importância muito grande.

Quero cumprimentar o meu amigo Newton Cardoso, que fez uma exposição curta, sucinta e brilhante. O Newton foi, sem a menor sombra de dúvida, ao âmago da questão. Quero ser claro e breve, porque a intenção do Adauto e dos Deputados não foi trazer-nos aqui para fazer discursos ou conferências, mas para viabilizar uma clareza maior sobre a crise que vivemos e abrir um debate que tenha suporte na experiência de cada um de nós na atividade legislativa, administrativa, e que se espalhe definitivamente pelo País.

Tenho acompanhado esse problema de Minas e trazido o meu apoio a Itamar Franco desde o primeiro momento, porque ele está certo desde o primeiro momento. Itamar Franco e o Governo de Minas Gerais, seguramente, não decretaram a moratória. Houve uma declaração de moratória, ou seja, o Governo mineiro deu ao Brasil o conhecimento de um fato preexistente. Minas já não pagava a ninguém antes de Itamar assumir, assim como, há 10 meses, o Estado do Paraná não paga a nenhum empreiteiro, fornecedor ou locador de imóveis. Minas descortinou o manto da fantasia gerada pela propaganda intensa do Governo Federal, em torno de um Governo que já fez água, de um modelo neoliberal que, definitivamente, fracassou, pelo menos, do ponto de vista da maioria dos brasileiros, do ponto de vista do emprego, do ponto de vista da agricultura e das indústrias.

O Dr. Célio chamava-me a atenção para o fato de que se pretende uma redução de 8% na capacidade industrial instalada do Brasil. Há 10 anos a indústria brasileira participava com 44% do PIB. Em 1996, essa participação caiu para 23% do PIB. Uma queda maior será a desagregação definitiva da capacidade industrial instalada do Brasil. A nossa capacidade industrial instalada ociosa já é de R\$240.000.000.000,00. Vejam os senhores que bastaria crédito de longo e médio prazo para o Brasil ter novamente mobilizada a capacidade industrial já instalada, gerando uma quantidade fantástica de empregos. Mas tudo isso deságua, hoje, na discussão do pacto federativo. Tenham algumas cautelas quanto a essa discussão. Fernando Henrique já entregou o patrimônio público: pretende vender a PETROBRÁS, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Depois disso, só lhe restarão seções territoriais. Temos na calha norte, para os lados de Roraima, a nação Yanomami, e muitas possibilidades de movimentos secessionistas surgirem no Sul do Brasil. Esses movimentos aparecem de tempos em tempos, quando a crise da economia se acentua. O Brasil do Sul, vez por outra, se esquece de que foi colonizado pelo excedente do capital nordestino, que foi colonizado nessa integração de Norte para Sul. Esquece o Brasil sulista que a sua verdadeira cor é a cor morena, que a maioria da população é descendente de negros, de índios e dos europeus que vieram depois para ajudar no processo programado de desenvolvimento. A unidade nacional é uma questão que tem que ser cuidada nessa discussão do pacto federativo. A nossa primeira Constituição Republicana, e o nosso Governador se referiu a ela com muita precisão, foi redigida pela pena do nosso Rui Barbosa, mas que o fez psicografando a Constituição norte-americana, que era uma Constituição Confederada. Essa Constituição de 1891 dava aos Estados uma flexibilidade que ia aos limites de uma soberania impossível de ser atendida do ponto de vista da unidade nacional. Os Estados contratavam empréstimos no exterior, estabeleciam impostos sobre exportação e mantinham forças militares próprias. O Rio Grande do Norte chegou a criar uma Secretaria de Relações Exteriores e o nosso valoroso Rio Grande do Sul, junto com outros 10 Estados brasileiros, criou a figura do presidente vitalício, que, pessoalmente, escolhia o seu vice-presidente. É evidente que isso desagou na Constituição centralizadora de 1926. E em determinados momentos, a centralização do Império, a centralização de Portugal, com as 15 capitanias hereditárias, sem a menor sombra de dúvida, viabilizou uma unidade no que concernia à defesa do País e à manutenção da integridade do território nacional.

Fomos de Constituição em Constituição. A de 1946 estabeleceu uma estrutura cooperativa, distribuindo competências entre o Governo da União e o Governo dos Estados Federados. Depois, veio o Ato Institucional nº 1, conhecido como a Constituição de 1969, que acabou definitivamente com a autonomia dos Estados. Evidentemente, antes disso, passamos pela violência do Estado Novo. Mas chegamos a uma Constituição bem interessante, que foi a de 1988. A rigor, do ponto de vista formal e jurídico, não faria reparos à Constituição de 1988. Ela é uma Constituição cooperativa, distribui competências, autoriza a regulamentação dos processos cooperativos entre o Estado e a União. O nosso problema talvez seja menos constitucional e mais tributário e político. E aí vamos ter o problema mais importante dessa discussão levantada por Minas e esboçada pelo Governador Newton Cardoso, que é o comportamento de Fernando Henrique nos últimos anos. Temos uma concentração excessiva de impostos nas mãos do Governo Federal, mas temos uma absoluta ausência de compromisso político por parte dos parlamentares eleitos com seus partidos e seus Estados. Fernando Henrique Cardoso, desde 1966, 1967, defendia uma proposta dependencista para o Brasil. Há um livro famoso de Fernando Henrique, escrito em parceria com o chileno Renzo Faleto, chamado "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", onde ele já diz desacreditar, de forma absoluta, na capacidade das elites brasileiras em promover o desenvolvimento do País. Isso se opõe ao nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, colocando como bandeira principal a dependência, o capital estrangeiro substituindo uma elite degradada e incompetente e trazendo o progresso para o Brasil. Ledo engano, e, em ledão engano, incorrem aqueles que acreditam nessa frase não dita pelo Presidente: "esqueçam o que escrevi". Não há nada a esquecer. Seu governo é um reflexo direto do livro escrito com Renzo Faleto e de muitos outros textos, retratando uma visão rigorosa e absolutamente dependencista, que se suporta num acordo feito com o capital estrangeiro e grandes investidores internacionais. Mas, afinal de contas, como isso se operacionaliza? Por que se tornou tão fácil a submissão, o aviltamento, o abastardamento do Congresso Nacional? Porque o Brasil é o país em que os parlamentares têm o menor ou nenhum compromisso com seus programas partidários. São parlamentares rigorosamente avulsos, verdadeiros presidentes de associações de bairros reunidos no Congresso Nacional. E a nossa Federação suporta-se na participação das unidades federadas no Governo Federal, através de suas representações na Câmara Federal e no Senado. Mas como isso se opera? O Governo concentra a maior parte dos recursos da Nação na mão e negocia individualmente com os parlamentares, através das malsinadas emendas orçamentárias. Há, e esse é um fenômeno da política recente do mundo, uma despolitização e uma desideologização do processo político. Cairam os países do Leste Europeu, a referência utópica da solidariedade e do amor no processo de desenvolvimento se esboroou, há perda de crédito, e as velhas idéias conservadoras do liberalismo econômico, que geraram as idéias socialistas do mundo, pela sua violência, pelo "barbinismo" social, são rerepresentadas em novas palavras, como globalização e modernidade, como sendo a última novidade, o caminho definitivo do Planeta.

Fernando Henrique entra nesse jogo, compõe-se com os interesses internacionais e passa a subordinar o Congresso Nacional através da liberação de emendas pessoais para os parlamentares, os quais, despoliticados, pertencentes a partidos desorganizados, que não controlam, da forma mais tênue, as suas opiniões, passam a votar em troca de ridículos benefícios. Deputados e Senadores, em determinados momentos, votam a venda da Vale do Rio Doce para liberar uma ponte de madeira de 7 metros na sua base eleitoral ou viabilizar a disponibilização de R\$40.000,00 para uma creche num município onde amealham 500 ou 600 votos. O Congresso, completamente despoliticado; o orçamento, manipulado pela fisiologia; Governadores dominando também, porque dominam os recursos dos seus Estados, as suas bancadas, viabilizando empréstimos impossíveis.

Vamos a fatos concretos. E quem quer ser universal tem que cantar a sua aldeia. O Paraná pediu uma série de empréstimos ao Governo Federal. Sou Senador e fui Governador do Paraná. O nosso Estado não poderia pagar os empréstimos pedidos. Eram empréstimos que realizavam a fantasia de um Governador gastador, mas que inviabilizariam definitivamente futuros Governos do Estado. A Secretaria do Tesouro deu um parecer contrário, e o Banco Central deu um parecer cabal e definitivo: não há condições de o Estado do Paraná viabilizar o pagamento desses empréstimos. O Governador do Estado do Paraná abandona o PDT e ingressa no PFL. No dia da votação, na Comissão de Economia do Senado, o Ministro Pedro Malan manda uma carta dizendo que a Secretaria do Tesouro e o Banco Central estavam completamente errados e que o Governo Federal achava que o Estado tinha todas as condições de contrair o empréstimo. O PFL e o valoroso PSDB dos tucanos emplumados de Fernando Henrique garantiram a aprovação do empréstimo. E, até hoje, o Estado não conseguiu sacá-lo integralmente, porque os Bancos internacionais exigem a contrapartida, e o Estado não tem dinheiro para tal porque não consegue pagar o 13º salário a não ser fazendo antecipação de ICMS das empresas de eletricidade e água e de outras grandes empresas que são as maiores pagadoras de impostos do Estado. Magnífica-se, então, a dívida; inviabiliza-se o Estado, que passa, com a sua bancada inteira, a negociar com o Presidente da República pequenos favores. Esse orçamento, extraordinariamente flexível, essa fraqueza do Senado da República em conter o endividamento leva, sem a menor sombra de dúvida, à desordem.

A questão não é apenas a provocada pela incompetência e pelo entreguismo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A palavra é entreguismo. Foi como aprendi a classificar esse tipo de comportamento nos bancos das escolas paranaenses que frequentei. E, hoje, existem apenas três países entreguistas no mundo: o Brasil, o Peru e a Argentina. Porque todos os outros países organizados do planeta defendem os seus mercados, as suas empresas, os seus empregos, a independência e a soberania. E estamos em marcha batida para nos transformarmos numa espécie de Porto Rico, Estado associado aos Estados Unidos.

Todas essas questões acabam desaguando na grande questão, que é o modelo econômico. Sem a alteração do modelo econômico não chegaremos, definitivamente, a lugar algum. Poderia até cunhar um "slogan": "Fernando, ame-nos ou deixe-nos".

A proposta de Brizola, de renúncia de Fernando Henrique, talvez não seja uma proposta simpática aos partidos políticos que hoje, com delicadeza, se movimentam nesta grande crise nacional, mas é uma sugestão interessante. Fernando Henrique não governa o País. Não tem a menor idéia do que acontece. Fixou-se naquela visão dependentista e é um Presidente da República que sequer se reúne com seu Ministério para definir a política de transportes, para dar diretrizes à política de justiça ou às políticas dos demais ministérios que compõem o Governo da República. Estamos rigorosamente sem Presidente, e a nossa economia é, sem sombra de dúvida, dirigida pelos interesses do FMI e por este preposto de George Soros que é o simpático Armínio Fraga, que os jornais de ontem diziam - não sei se com acerto ou não - ser também, além de filho adotivo do megaspeculador George Soros, primo do Ministro Malan. Mas queria chegar a um ponto crucial. A crise se deve, em grande parte, hoje, aos altos juros determinados pela política econômica do Governo. Quando Minas, através da equipe do Governador Eduardo Azeredo, contratou a renegociação da sua dívida com a União, fez, no momento, uma negociação que parecia positiva. Deixou de pagar juros de mercado e os reduziu para 7,5% ao ano, mais que os 6% de São Paulo. Mas aquilo tudo parecia um bom negócio, porque o cenário que a equipe econômica do Governo colocava para o sacrifício do País inteiro, para a multiplicação da dívida dos Estados ao longo dos últimos anos, era um cenário de crescimento econômico. Eles nos acenavam com 8,5% de crescimento do PIB no ano de 1998. E o crescimento foi de 0,15%. E o contrato mineiro, bem como os dos demais Estados com o Governo Federal, prevêm que, no caso de a situação macroeconômica do Brasil ser alterada, os Estados e o Governo da União se sentariam para rediscuti-los. Portanto, a razão socorre o Governador Itamar Franco na postura firme que tem tomado até agora, apoiado nos mineiros, que acreditam no seu Estado e que não devem, de forma alguma, quebrar a unidade interna para essa negociação. Minas está sinalizando ao País. Minas não terá nenhum prejuízo com a postura do Governador, porque nenhuma negociação que seja feita com algum outro Estado da Federação deixará de ser feita nos mesmos moldes e nas mesmas condições com Minas Gerais. E se descortinou o manto da fantasia. Agora, temos de levar em conta que, ao lado da absoluta responsabilidade do Governo Federal, em razão de sua política econômica, pela explosão das dívidas dos Estados, temos uma flexibilidade orçamentária fantástica na União e nos Estados. A crítica que fiz ao orçamento da União, posso fazer também ao orçamento dos Estados. A cooptação dos parlamentares e dos partidos por parte dos Governos é absoluta no País inteiro. As maiorias se constroem ligadas ao Governo, seja de direita ou de esquerda, no dia seguinte à posse do Governador, porque a despolitização faz do Governador o tônus dos Presidentes de associações de bairro, que pretendem levar benefícios para suas bases e traduzi-los em votos, em apoio político e em prestígio. Precisamos viabilizar uma discussão paralelamente à discussão da mudança da política econômica nacional: uma discussão sobre a mudança política. E não estou falando em reforma partidária. Partidos, ao contrário da nossa santa e amada Igreja Católica Apostólica Romana, não são iluminados pelo Espírito Santo. Partidos políticos são produto da inteligência, da militância e da persistência de todos nós. Não devemos sair de partidos. Devemos construir partidos. Devemos participar da guerra interna com força, multiplicar a presença dos nossos argumentos em todo o espaço partidário nacional, qualquer que seja o nosso partido. Acho muito pouco simpática a mudança de partido na primeira dificuldade; mesmo pressionado como está hoje, tenho certeza de que essa não será a atitude do Governador Itamar Franco. Quanto à reforma partidária, a fidelidade partidária é indispensável e fundamental. Não a fidelidade pretendida pelo Presidente Fernando Henrique, que é a fidelidade dos parlamentares e a decisão das bancadas. Então, vejam vocês: se temos o controle do orçamento e a liberação dos recursos na mão do Governo Federal; se você tem o descompromisso dos parlamentares com a visão política, ideológica e programática dos seus partidos, vamos, com a fidelidade partidária vinculada e a decisão das bancadas, punir exatamente aqueles que forem íntegros, que cumprirem o programa partidário, que não se desvincularem de seus compromissos eleitorais.

A fidelidade partidária tem que ser estabelecida, fundamentalmente em relação aos compromissos programados, e uma mudança, que acho extremamente interessante, está na contramão dessa proposta atrasada que é o voto distrital, porque ele é a consagração da desideologização e da despolitização, é a transformação do Congresso Nacional, definitivamente, numa espécie de Assembléia de Cuba, em que se discute tudo, menos a orientação ideológica do Governo. Precisamos contrapor a essa idéia do voto distrital outra idéia, extremamente importante para a valorização dos partidos políticos, para a discussão de políticas globais do Estado e das nações, que é o voto das listas partidárias. Os partidos decidem quais são os seus candidatos. O voto é proporcional, mas vinculado a uma lista partidária. Você vota no partido, mas o primeiro da lista será o primeiro votado quando a contabilidade proporcional viabilizar para os partidos um cargo na Assembléia Estadual, na Câmara Municipal ou na Câmara Federal. E assim, a fidelidade partidária fará com que o parlamentar que romper com o programa do partido e com a população no momento da eleição seja imediatamente substituído pelo seu sucessor na lista de votação, pelo que não tiver entrado na lista, pelo que estiver em último lugar, pelo primeiro que ficar fora do processo. Então, teríamos o esboço de uma reforma que valorizaria a estrutura partidária.

Quero concordar com o Newton Cardoso quanto à Escola de Chicago, sobre sua tendência de modernidade. Sobre os economistas da Escola de Chicago, e sobre essa famosa Escola de Chicago, o Severo Gomes tinha uma anedota muito interessante: dizia ele que das escolas de Chicago a que menos mal tinha feito à humanidade era a do Al Capone, que trabalhava só em Chicago. A do Milton Friedmam saiu fazendo estragos pelo mundo. Mas encerro dizendo a vocês que nós devemos ir também na contramão da unificação dos impostos. Temos de dar liberdade aos Estados para tributarem a sua economia na forma característica de seu próprio desenvolvimento. Temos Estados agrícolas, temos Estados industrializados. Vou dar somente um exemplo, e na hora dos debates poderemos aprofundar a questão, mas diria que os principais impostos dos municípios são o ISS e o IPTU. Noventa por cento dos municípios brasileiros são municípios rurais, e o Imposto Territorial Rural não é um imposto municipal.

Encerro aqui, para ouvir as outras intervenções e participar dos debates.

Palavras do Deputado Federal Aloizio Mercadante

Sr. Presidente da Assembléia, Deputado Anderson Aduato; Sr. Vice-Governador Newton Cardoso; Sr. Prefeito de Belo Horizonte e companheiro, Célio de Castro; companheiro de bancada do Senado Federal, Senador Roberto Requião; demais membros da Mesa, senhores e senhoras. Gostaria de discutir e participar deste evento, que reputo da maior importância neste momento da história do País, em que Minas propõe um debate sobre os desafios da Federação, procurando localizar a crise do pacto federativo, dentro de um contexto mais amplo, que é o fracasso de uma estratégia de estabilização econômica e de um modelo de desenvolvimento inspirado no ideário neoliberal e nos marcos da proposta chamada Consenso de Washington.

Do nosso ponto de vista, não haverá saída para a crise da Federação se não apontarmos para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social do País. E por quê? Somos um país há 500 anos, mas somos uma nação há apenas 177 anos. O que está colocado, neste final de século, para a sociedade brasileira é: até onde continuaremos sendo uma nação neste novo século que se aproxima?

O que estamos assistindo, neste período recente da história do País, na gestão do Governo Fernando Henrique Cardoso, é uma desconstituição da Nação brasileira. Esta é a razão mais profunda da crise do pacto federativo.

Se olharmos brevemente para a história econômica nesses últimos 70 anos, que é exatamente o período em que se desenvolve o processo de industrialização do País, nos marcos do chamado nacional desenvolvimentismo, um modelo que vai viver uma crise profunda a partir dos anos 80, vamos verificar que, na crise de 1929, tínhamos uma economia agrária exportadora. O Brasil vinha estocando 1/3 de toda sua produção de café. Esperava colher no ano de 1929 33 milhões de sacas, quando os preços internacionais caem em torno de 60%.

Portanto, não havia mais como sustentar aquela pauta de exportações para se financiar a pauta de importações e dar prosseguimento ao modelo primário exportador que praticamente definiu a nossa política econômica desde o descobrimento até a grande crise de 1929.

Naquele momento, Minas moveu, junto com o Rio Grande do Sul, a Revolução de 1930, liderada pelo Movimento Tenentista, rompendo com a lógica primária exportadora.

A política de recuperação econômica do Governo revolucionário de 1930, liderada por Getúlio Vargas, teve como preocupação fundamental tentar manter o padrão de renda da economia cafeeira. Então, houve a queima dos estoques de café para os produtores de café colherem a nova safra e estocar para tentar sustar o movimento de queda de preços, mas há também a incapacidade do País de honrar os compromissos externos. Isso fez com que o Brasil impulsioneasse o que se chamou de um "processo de substituição de importações".

E o Brasil, na grande crise de 1929, passou a produzir o que antes ele importava. A indústria começa a se expandir e, em 1934, nós éramos, então, um país predominantemente industrial. Por que voltar aos anos 30? Se olharmos para os anos 30 vamos ver um país em construção. O Getúlio, com todas as ambiguidades do Estado Novo, período importante da história do Brasil, sem liberdades, criou uma CLT, criou uma ALCALÉ(?), criou uma Companhia Siderúrgica Nacional, que é a maior siderúrgica até hoje de toda a América Latina;

na saída da Segunda Guerra Mundial criou uma Fábrica Nacional de Motores, uma estrutura do Estado - que é o IBC -, o Instituto do Alcool e do Açúcar e uma série de instituições de mediação dos conflitos regionais. Começamos a ter um Estado corporativista, mas um Estado nacional, um mercado de trabalho unificado a partir de 1930.

No segundo governo do Getúlio, temos a criação da PETROBRÁS, a constituição da Vale do Rio Doce. Temos a constituição do BNDES, um Banco de fomento e investimentos no setor público. Um pouco mais além na história, vamos ver o Governo Juscelino Kubitschek, com Brasília instalada no coração do País. Uma indústria automotiva que dará um grande salto de 50 anos em 5, como ficou conhecido o Governo de Juscelino Kubitschek, um grande pacote de investimentos, 12.000km de estradas de rodagem e tantos outros avanços na estrutura produtiva do País. Mesmo durante a ditadura militar, Minas se moveu com as forças conservadoras e liberou a ruptura. Chamo a atenção para o fato de que todos os grandes movimentos da história partiram de Minas Gerais. Naquele momento, a ditadura cerceou a liberdade de imprensa, torturou, reprimiu. Do ponto de vista econômico, tivemos um modelo concentrador de renda, mas num processo de expansão da capacidade produtiva do País. Itaipu, Tucuruí, Carajás, Ferrovia do Aço, Ponte Rio-Niterói, a estrutura industrial no setor metal mecânico, na indústria automotiva, no setor químico, no setor eletroeletrônico se expandiram durante o período do regime militar.

O segundo PND foi a nossa última grande tentativa de consolidar esse projeto de exportações e garantir uma estrutura produtiva diversificada e moderna. No período da ditadura, houve um processo brutal de centralização do poder nas mãos da União, de centralização de recursos e de desrespeito completo ao Estado de direito. Mas, do ponto de vista econômico, havia exclusão social em uma nação em construção.

Nos anos 80, essa lógica econômica fica comprometida pela crise da dívida externa. Vivemos uma década em que o País esteve totalmente subordinado à lógica do pagamento do serviço da dívida, um quadro de estagnação econômica proveniente de fracassadas tentativas de estabilização da economia e um agravamento da crise social, mas um avanço político espetacular, com a luta democrática, com a transição democrática, um avanço do ponto de vista da liberdade de expressão, de manifestação, da liberdade democrática.

O que marca os anos 90? Um cenário internacional inteiramente novo. O Plano Bredy permitiu a renegociação da dívida externa, permitiu alongar o perfil da dívida, aliviar os serviços da dívida dos países da América Latina e criou condições mínimas de retomada do financiamento externo, como aconteceu no Brasil, em boa parte da região.

Também nos anos 80 a crise do desenvolvimentismo nacional veio com uma ofensiva do chamado projeto neoliberal inspirado na ideia de que o mercado organiza a nação e de que, por si só, é o caminho da resposta da modernidade científica e tecnológica impulsionada pela terceira revolução científica e tecnológica a que assistimos neste final de século.

O Consenso de Washington veio com toda a força para a América Latina, pela primeira vez, com Collor no Brasil. Collor não foi eleito porque dava soco no ar e caçava marajá; foi eleito porque representava o projeto neoliberal e o Consenso de Washington. A ideia da privatização do Estado, do Estado mínimo, da abertura comercial e da desregulamentação do mercado financeiro começa com Collor. Por sinal, a desregulamentação do mercado financeiro começa com Marclio Marques Moreira, com Arminio Fraga, no Banco Central, que desenhou a CC-5, que desenhou o Anexo 4 e toda a política de abertura para o capital financeiro internacional no mercado financeiro brasileiro.

O projeto neoliberal foi interrompido pelo "impeachment", o movimento do "fora, Collor". O novo Governo era ambíguo, de transição, marcado pela disputa das forças que haviam promovido o processo do "impeachment", até o momento em que Fernando Henrique assume o Ministério da Fazenda e começa a recompor as bases da estratégia neoliberal rearticulando as forças econômicas conservadoras e construindo uma política de estabilização centrada na ideia da âncora cambial. O Plano Real tinha aspectos extremamente inovadores, como a URV, forma de desindexação da economia.

Quero fazer um destaque à intervenção do Senador Roberto Requião. Também no Congresso Nacional existem partidos cujos Deputados têm compromisso programático, que votam como bancada e que pensam como partido e intervêm na sociedade como projeto. O PT, partido do qual sou membro, tem tido esse comportamento na história do Brasil. Desde o início, nosso Partido apontava para a crítica do que representava aquele momento econômico e do que representava aquela estratégia de estabilização. No momento de euforia, de interdição do debate na imprensa, o Governo Fernando Henrique iniciava o populismo cambial, que marcará sua presença na história. Quando o tempo passar e o Brasil olhar para trás, esse Governo não vai deixar nada de substancial na história do Brasil. A produção agrícola caiu. Produzíamos 81.000.000t de grãos e chegamos a produzir 75.000.000t no ano passado. Importamos 10.000.000t de grãos: 2.000.000t de arroz, 1.700.000t de milho, 600.000t de leite. Enquanto o produtor rural está recebendo R\$0,19 por litro de leite, que não paga nem o berro da vaca, o Governo importava 600.000t lá fora, quebrando a capacidade de produção, de geração de emprego, de geração de renda, descapitalizando a agricultura. Na indústria não foi diferente. Assistimos ao mais profundo processo de desnacionalização da indústria brasileira. Este Governo assumiu em 1994 com um PIB que crescia 6% ao ano. No ano passado, cresceu 0,15%. E agora projetam uma queda do PIB entre 3,5% e 4,5%, para este ano de 1999. Um processo de desarticulação. Na indústria, uma queda de 8% é a projeção para 1999. Portanto, um processo de desestruturação produtiva. E por que isso aconteceu? O que foi o populismo cambial? Foi uma abertura radical da economia assinada no acordo de Ouro Preto, associada a uma sobrevalorização do real. Então, os produtos importados vieram de todas as partes, e o povo brasileiro sentiu o conforto de uma certa estabilidade dos preços. A classe média foi para o "duty free". Havia preço estável, uma moeda estável, mas uma economia desestabilizada, e os dados demoram, mas aparecem na vida das pessoas. Quando Fernando Henrique assumiu, a dívida pública era de R\$61.800.000.000,00. No final de 1998, era de R\$323.900.000.000,00. Cresceu mais de 424% durante o primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso. Cresceu com um Governo que privatizou 76% do patrimônio público. Vendeu a mineração, a petroquímica, o setor siderúrgico, parte do setor elétrico, parte do setor de saneamento básico, as telecomunicações, e deixou como herança uma dívida que cresceu 424% num período em que se aumentou a receita tributária. Tivemos a CPMF, que agora vai para quase R\$15.000.000.000,00 de receita este ano, contribuição social sobre o lucro e um conjunto de medidas fiscais que aumentavam a receita, sendo que passou de 23% do PIB para 32%. Um crescimento espetacular na receita tributária, um programa de liquidar patrimônio público com as privatizações, e a dívida pública cresceu 424%. Essa é a herança que o Brasil vai ter que discutir, uma dívida pública interna com o vencimento dos títulos da ordem de sete meses, e uma dívida externa que era de US\$145.000.000.000,00 e foi para US\$229.000.000.000,00, no final de 1998. Tínhamos um déficit com o exterior, no início deste Governo, de US\$1.700.000.000,00. No ano passado, tivemos um déficit no exterior, o chamado déficit de transações correntes, de R\$35.000.000.000,00, que o País tinha que tomar emprestado de dinheiro novo para fechar as suas contas. É por isso que o País está vivendo a crise econômica mais grave de sua história recente, porque todo esse endividamento externo e interno, essa desestruturação de parte da estrutura produtiva, criou uma aparência de bem-estar e de consumo que é insustentável. Agora o povo vai começar a pagar a conta da reeleição. Uma das contas mais caras desse período recente da história do Brasil é a crise da Federação brasileira. A concepção de toda essa estratégia foi baseada numa centralização crescente de recursos na União, mas não centralizando recursos para investir em educação ou saúde ou na infraestrutura básica, transporte, energia e estrutura portuária. Não. A centralização de recursos se faz para poder pagar os juros da dívida interna, para poder manter esse cassino financeiro a que o Brasil hoje está submetido. Quando Fernando Henrique entrou, criou o Fundo Social de Emergência, que retém 20% da verba de repasse para os Estados e municípios, das verbas constitucionais que estavam desenhadas, das vinculações da Constituição de 1988. Em seguida, cria uma visão de aumento de carga tributária restrita à União, como é a CPMF. Toda a contribuição previdenciária não é repassada para os Estados e municípios. Em seguida, vem a lei da rolagem das dívidas. E aqui quero fazer um parêntese: o que ocorreu na rolagem das dívidas? Parte da dívida que os Estados tinham era com o mercado financeiro, eram operações de antecipação de receita orçamentária, em que os Estados obtinham uma parcela de financiamento com bancos privados, pagavam uma taxa de risco altíssima por aquele financiamento, um "spread" elevadíssimo, que era o risco que os Bancos queriam no seu compromisso com os Estados.

O que a União fez? Centralizou todo esse risco em suas mãos, transformou os títulos das dívidas dos Estados em títulos da União e rolou a dívida para um período de 30 anos, com taxas de juros que vão de 6% a 9% - no caso de Minas, com taxa de 7,5%. Dessa forma, a União, de fato, aliviou o perfil da dívida dos Estados, mas estabeleceu, como critério de pagamento da rolagem da dívida, um conceito de receita líquida que, em primeiro lugar, mascara o que de fato é receita líquida dos Estados e, em segundo lugar, é concebido como a média dos últimos 12 meses.

O que vai acontecer no semestre presente? O País está entrando em recessão violentíssima. Em consequência, a produção está caindo, a receita tributária cai mais que o PIB, e a receita dos Estados está despencando. Acontece, no entanto, que o que os Estados têm que pagar, para a rolagem das dívidas dos Estados - que é o conceito de receita líquida - é a média dos últimos 12 meses. Portanto, a cada mês que passar, os Estados terão que comprometer uma parcela superior à que já estava comprometida. Começaram com 6% ou 7%, no Governo anterior; há pouco tempo, estava em torno de 15%; alguns Estados já vão para cerca de 30% ou 35%, e nos próximos meses alguns chegarão ao patamar de 40% de sua receita para pagar a rolagem da dívida. Ora, não há como manter o custeio da máquina: educação, saúde, funcionalismo.

Estamos entrando num processo de implosão da Federação, nos marcos dessa política econômica, dessa taxa de juros, dessa política de rolagem das dívidas, dessa concepção de aumentar a carga tributária, reforçada pela Lei Kandir, que estimulou o setor exportador, penalizando as receitas dos Estados e dos municípios.

O que Minas fez, com a moratória dos 90 dias, foi colocar na ordem do dia a crise da Federação. O que temos de discutir, diante desse cenário, é o caminho a seguir, é que rumo o País vai tomar neste final de século.

O Governo Federal já fez sua opção. Entre a recomposição do pacto federativo e a possibilidade de recontratar as relações com a sociedade, o verdadeiro pacto que fez foi em Washington, com os Bancos internacionais e a equipe do FMI.

Todas as variáveis-chaves da política econômica já estão definidas: o tamanho do superávit primário nas contas públicas, o tamanho do serviço da dívida externa que o País vai ter que honrar, o tamanho da queda projetada do PIB e a expectativa de inflação para esse período. Esse é o marco decisório. A possibilidade de negociação entre os Estados e a Federação está totalmente circunscrita às metas do FMI e à política ortodoxa e recessiva que vem impor ao País.

Portanto, não vejo a menor possibilidade de recompor o pacto federativo nos marcos da carta do FMI. Não se trata mais de enfrentar um aspecto da crise, seja de que ponto for, pois o próximo passo será a crise das cidades.

São Paulo entrou em concordata e teve a rolagem da dívida, por medida provisória. Em 1º de março, o Estado teria que pagar R\$400.000.000,00, mas o Prefeito "Pitânico" não tinha a menor possibilidade de viabilizar esse financiamento. A cidade está totalmente quebrada, endividada, inviabilizada.

O próximo "round" na crise com a Federação será com as cidades. O próximo momento da crise do pacto federativo será com os municípios entrando na cena, sem condições de governabilidade, devido à política financeira e fiscal adotada no País.

O Governo desconstituiu as finanças públicas e aprisionou o País nessa armadilha.

Na minha opinião, não temos saída, se o povo não se mover. Nos momentos em que parecia que tudo estava difícil e sem solução, o povo mostrou um caminho diferente. Basta lembrarmos da campanha das diretas e da campanha do "impeachment".

Esse ato tem que sair dos marcos da Assembléia Legislativa e ganhar as ruas, em Minas e no Brasil. A discussão sobre a estratégia econômica conservadora de tentar levar adiante e de aprofundar esse modelo, como o concebe o Governo, é uma estratégia insustentável, conforme já vimos dizendo há algum tempo.

A desvalorização do real poderia ter sido feita de forma ordenada. Não foi. Foi feita por meio de um ataque especulativo que coloca o País em um quadro de tal fragilidade que os Bancos tiveram, só no mês passado, R\$3.300.000.000,00 de lucro. Alguns deles, oito vezes mais do que todo o lucro do ano passado.

Assistimos, de outro lado, à recessão, à falta de dinheiro para saúde, segurança pública e investimentos básicos. Temos que deflagrar um movimento em defesa do Brasil. Temos que reafirmar que queremos um projeto de desenvolvimento, um projeto que defenda a indústria, a agricultura e o emprego. Cada 1% a menos no PIB são 320 mil empregos destruídos no mercado formal. Como temos 1.700.000 jovens que chegam por ano ao mercado de trabalho, neste ano, essa política econômica colocará na rua mais 3.000.000 de trabalhadores desempregados.

Pergunto: Onde a sociedade vai conviver com esse nível de desemprego? Se olharmos a Grande São Paulo, há 1.700.000 trabalhadores desempregados. Olhem a grande cidade Belo Horizonte. No carnaval, em São Paulo, para citar o exemplo da cidade onde vivo, ocorreram 207 homicídios. A violência está por toda parte. A juventude não tem caminho nem perspectiva. Há a droga, a desorganização das famílias. Em média, os desempregados estão ficando um ano e oito meses desempregados. Que família sobrevive a uma política econômica e a um caminho como esse?

Devemos olhar a nossa história e como saímos da crise de 1929. Saímos defendendo a indústria, a agricultura e impulsionando a capacidade de produção, numa crise que era muito mais grave e profunda que esta.

O "new deal", a política cartesiana, os economistas foram formados para propor à sociedade uma política que gera empregos, riquezas e capacidade de produção, que distribua renda, e não simplesmente para tentar explicar esse cassino financeiro e a desarticulação da indústria, da agricultura e dos Estados federativos, a desconstituição das finanças públicas, a falta de recursos para a educação, para a saúde e para o saneamento.

Portanto, para mim, isso é um grito de liberdade em relação a esse caminho, a essa marcha da insensatez que Fernando Henrique impôs ao País. Um caminho novo não será feito com a aventura institucional nem com propostas simplificadoras. Não achamos que a saída do Brasil seja tirar Fernando Henrique para colocar Marco Maciel. Não nos parece um caminho consistente para a democracia. Queremos ir muito mais longe do que isso. Queremos criar um amplo movimento social e político em defesa do Brasil. Ampliar as alianças, ter consciência da crise, mesmo porque não há caminho fácil para esse País.

Temos de construir uma estratégia de resistência, diante desse processo de inserção subordinada do Brasil, lutando por uma inserção soberana, por um amplo mercado de consumo de massas, de enfrentamento da exclusão social e, nesse momento da história, defender a indústria, a agricultura, a produção e o emprego e refundar o Estado brasileiro em um novo marco de relacionamento entre os municípios, os Estados e a Federação.

Espero que esse momento de reflexão seja o rumo dessa caminhada. Quando o povo for às ruas, encontraremos um caminho institucional muito mais rico e mais consistente do que as propostas que algumas lideranças estão desenhando nesse momento. Sem o povo nas ruas, não teremos nem uma coisa nem outra. Queremos uma saída que não seja mais uma vez um golpe de Estado contra os interesses do povo, como muitas vezes a elite impôs, o rearranjo por cima, contra a liberdade de expressão, de manifestação. Foi assim que o povo se organizou e avançou em sua luta nesse período. Queremos aprofundar a democracia e construir uma sociedade mais solidária, mais generosa e mais fraterna.

Parabéns, Minas Gerais; mais uma vez vocês estão se movendo. Espero que desta vez consigamos empolgar o Brasil e criar um amplo movimento de defesa do País, de defesa da produção, do emprego e da liberdade. Muito obrigado.

Palavras do Sr. José Alfredo Baracho

Exmos. Srs. Deputado Anderson Adauto, Presidente da Assembléia Legislativa; Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado; Senador Roberto Requião; Deputado Federal Aloizio Mercadante; Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Deputado Miguel Martini; Professora Aspásia Camargo; as nossas reflexões são em torno de aspectos da evolução constitucional do Brasil, principalmente nos últimos tempos. Vamos assinalar três grandes Constituições, que tiveram perfil significativo no Brasil, sob o aspecto federativo e social: as Constituições de 1934, de 1946 e de 1988.

Quando se elaborava a Constituição de 1988, grandes problemas surgiram no que diz respeito à forma do seu estabelecimento. Tínhamos passado por um rompimento constitucional com a ordem jurídica anterior. O seu processo convocatório foi polêmico. Qual seria a melhor maneira de convocação de uma constituinte? Algumas medidas foram acrescentadas, como aquelas referentes às emendas populares. Mas não havia o compromisso de uma Constituição nos moldes em que foi traçada em 1988. É uma Constituição bem-elaborada. Alguns a criticaram, dizendo que era analítica, detalhista, que estava trazendo o mais numeroso elenco de direitos no seu art. 5º, mais do que qualquer uma das 180 Constituições existentes no mundo. Mas, de imediato, se colocou nas disposições transitórias, sem muita qualificação técnica, a questão da revisão e do plebiscito. A previsão da revisão normalmente vem dentro do corpo permanente das Constituições. E aí começa o movimento revisionista, gerando uma série de problemas, levados, inclusive, ao próprio Supremo Tribunal Federal, onde ocorreram decisões do relator e do plenário.

Essas revisões se iniciaram em um período tumultuado, não se encaminharam, e começaram a discutir até que ponto iria a revisão constitucional. Várias correntes surgiram. Algumas diziam que o resultado do plebiscito iria indicar um novo sistema presidencial, adaptado às circunstâncias do resultado plebiscitário, e outras, que deveria ocorrer uma modificação no sistema, desde que a Constituição tinha alguns laivos parlamentaristas. A revisão se extingue e não ocorre.

Em seguida, vamos ter um processo de início de revisão. Apareceram várias propostas, do Governo, dos Deputados e de comissões. Essas propostas atacavam pontos importantes, como o da intervenção do Estado no domínio econômico. Havia o interesse em retirar as grandes questões econômicas e sociais que foram colocadas na Constituição. Começaram a discutir os pontos básicos dos direitos fundamentais; foi aberta a possibilidade de uma negociação para os direitos sociais e econômicos, e se esses direitos sociais e econômicos seriam também direitos fundamentais ou cláusulas pétreas.

Mas essas reformas ocorrem de maneira tumultuada, ao lado das medidas provisórias, medidas essas que têm sido reeditadas.

Foram discutidos vários aspectos dessas medidas provisórias, transferidas do Direito Constitucional italiano, onde existe um sistema parlamentar em que o chefe de Estado, o chefe de Governo, do parlamento e do Executivo trabalham com maior afinidade para a elaboração de uma medida provisória com uma lei que estabeleceu requisitos para a elaboração das medidas provisórias e suas consequências. O Direito italiano estabeleceu, na Lei nº 900, todos os elementos necessários aos limites da medida provisória e das consequências que decorrem da não-transformação da medida provisória em lei.

Assim, ao lado de um processo de emendas tumultuado, sem uma comissão de sistematização, começam a falar numa reforma política, que não é uma reforma de profundidade da sociedade brasileira, mas sim de transformações da ordem legislativa, num País que tem o maior número de leis. Lembro-me de que, participando de uma Comissão do Tribunal Superior Eleitoral, tivemos a oportunidade de examinar nove projetos provenientes da Câmara e do Senado, a respeito da reforma eleitoral. Mas não eram assuntos profundos. O Congresso até que fez um trabalho bem elaborado, mas não havia a intenção de realização daquelas normas no momento adequado. O projeto foi remetido, às vésperas, para o Senado, que não sabia o que fazer, porque muitos Deputados tinham questionamentos a respeito de gastos eleitorais e acerca de pontos essenciais da transformação.

Essa era a transformação denominada política. Entretanto, não era uma transformação política. Era apenas uma reforma da legislação eleitoral, num País que tem um enorme número de normas eleitorais. Se observarmos desde o Império até agora, veremos que em cada eleição temos novas normas eleitorais, sem uma solidificação da representação e do processo eleitoral. Já se fala numa mudança da lei de 1967, e muitas das formas inseridas no texto são casuísticas: as coligações em decorrência da crise dos partidos políticos, que não são ideológicos nem sistematizados, mas vivem nos momentos eleitorais.

Logo em seguida, fala-se em uma reforma econômica, numa idéia do Estado mínimo, na descrição de Nozick, trazendo para cá, não as idéias essenciais que estão ocorrendo na Europa, quando se fala em privatização na Inglaterra, na França ou na Itália. Quiseram trazer um modelo privatizador errôneo, que irá levar o País ao empobrecimento, a entregar tudo, perdendo toda a sua riqueza. O caso do Banco do Brasil, por exemplo: todos os Estados têm um Banco que estrutura sua política nacional, sua política financeira, seus quadrantes orçamentários. Essa reforma econômica se iniciava muito antes da formalização. Tivemos a oportunidade de fazer uma análise sobre a pluralidade de medidas que vieram, pretendendo reformar a Constituição. Depois, tivemos a reforma tributária, que vem de muitos anos.

Em 1934, já se falava na necessidade de uma reforma tributária ou de um reajuste fiscal, sem uma definição dos parâmetros ou dos paradigmas da reforma tributária, sem uma definição da posição dos municípios, dos Estados e também de uma institucionalização das regiões, que é uma criação significativa da Constituição atual.

Em seguida, vem a reforma administrativa por via da Emenda nº 19, que é uma reforma confusa. Estamos vivendo uma superposição de duas Constituições, a Constituição de 1988, na sua idéia originária, e aquela Constituição que está saindo na reforma administrativa, toda ela feita para prejudicar o cidadão. Aliás, no Brasil, não existe cidadania. O povo não é cidadão. A concepção moderna de cidadania precisa ser elaborada e reestruturada no Brasil. A população brasileira fica fora de todos os benefícios, de ordem administrativa, tributária ou política.

Depois, vem a reforma previdenciária, retirando fundamentos essenciais do Direito, ferindo um ato jurídico perfeito, ferindo os direitos adquiridos e esquecendo o grande princípio do bloco da constitucionalidade. Aqui, ficamos naquele entendimento de que uma Constituição não pode ferir direitos adquiridos. É uma questão ultrapassada. No Direito Constitucional moderno, o bloco de constitucionalidade preserva direitos que vêm com a nova Constituição. O cidadão é o mesmo. Ele vive anos sob uma determinada proteção da legislação e da Constituição, e, de uma hora para outra, lhe são retirados os direitos previdenciários. Reduzem a sua aposentadoria. Tudo isso vai levar a essa concepção acerca dos pontos essenciais de uma reformulação dos direitos brasileiros. O Direito Constitucional brasileiro precisa ter força efetiva. O Presidente da República tem obrigação de cumprir a Constituição. Quando ele jura solenemente perante o Congresso obedecer à Constituição, está vinculado aos princípios essenciais da Constituição. No Direito Constitucional moderno, os estudos de teoria obrigacional dizem que todas as autoridades estão subordinadas aos pontos essenciais da Constituição. É uma norma obrigatória e vinculativa. E, aí, surge a questão do pacto federativo. Não está bem definido como esse pacto virá. Será através de uma reforma constitucional? Será um pacto das elites, dos partidos dominantes, daqueles que estão no poder e que vão elaborar um federalismo nos moldes, talvez, clássicos, esquecendo idéias importantes, como a que está renovando a idéia do federalismo europeu? Na Alemanha, por exemplo, há participação da União, do Estado membro, do município, das comunidades e dos empresários, mas uma participação responsável, não uma participação exploradora. E como será esse pacto federativo dentro do sistema de globalização na relação entre a União e os Estados membros? Muitos empregam a palavra mundialização, mas essa mundialização, às vezes, só traz benefícios aos países ricos, aqueles que estão dentro do sistema do direito comunitário europeu, que criou, na verdade, uma sistemática bem elaborada, que ainda não conseguimos no MERCOSUL. O MERCOSUL ainda é um encontro de interesses econômicos. Bancos, algumas reuniões realizadas e mesmo alguns protocolos que quiseram institucionalizar o MERCOSUL advêm muito mais de interesses econômicos. As reuniões de Diretores do Banco Central, reunião no Uruguai e Paraguai, reunião de Ministros da Fazenda não têm preocupação social, como a que está inserida no contexto europeu.

Na França e na Inglaterra, o sistema de globalização não pode ser um sistema de dominação dos países ricos sobre os países pobres. Isso não é globalização. Isso é o domínio de alguns países sobre a sociedade. Então, precisamos rever vários aspectos da Constituição, não de maneira tumultuada; não como alguns queriam ou querem, alegando que a Constituição é detalhista, que trata de todos os aspectos de Direito. Queriam tirar os direitos sociais, os econômicos e os políticos, as expressões de "fim do emprego" e "terrorismo econômico", algumas expressões que hoje são utilizadas até em livros. O que é esse "fim de emprego" dentro da tecnologia contemporânea, dentro das modificações que vão ocorrer na sistemática financeira, tributária e orçamentária?

Já foi bem analisado esse aspecto aqui, na relação entre economia e Constituição. Não podemos negar que há um envolvimento da economia com a Constituição. Muitas vezes os constitucionalistas desprezam as partes econômica e financeira e, por sua vez, os economistas não se integram na sistemática constitucional. Dentro desses princípios, precisamos, em primeiro lugar, reforçar no Brasil a idéia da importância e do significado das Constituições.

Na Europa se fala, na Corte Constitucional da Alemanha, em direitos não escritos, não apenas aqueles emblemáticos lançados no texto constitucional, mas direitos que vão surgindo das modificações sociais, ora a biotética, ora todos esses direitos novos a que os parlamentos têm que ficar atentos para não dar toda a sistemática para o Governo da União e suas medidas provisórias.

Participamos, há pouco tempo, de uma reunião especial para reforma de emendas à Constituição, no que diz respeito às emendas provisórias. Várias perguntas foram feitas depois do debate a respeito da limitação do número de medidas provisórias a determinados assuntos. Nem todos os temas seriam objeto de medidas provisórias. Essa grande discussão, que ocorre no mundo de hoje, tem que chegar ao Brasil em profundidade.

Vivemos uma crise econômica, política e também constitucional, que advém desde a elaboração da Constituição, porque esta não foi efetivada. Leis complementares não foram feitas. Mas medida alguma e Constituição alguma são milagrosas. Não há o mito da Constituição, como dizem os constitucionalistas norte-americanos. A Constituição tem que atingir o povo, não é feita para alguns de cidadania exclusiva e especial.

Por isso, quando se fala em pacto federativo, pergunto: que pacto será esse? Qual será a participação do povo no pacto federativo? De que maneira vamos instrumentalizá-lo? Não através de mais uma emenda na Constituição, não por intermédio de uma nova Constituição, porque no Brasil tem-se a idéia de que se a Constituição não está boa, devemos fazer outra. Isso porque não fazemos a interpretação ou a hermenêutica constitucional adequada, que vai evoluindo e dinamizando o sistema político, como ocorre nos países europeus, onde a grande transformação é proveniente também do Judiciário, das cortes constitucionais. Ficamos perplexos com os direitos que estão aparecendo nas decisões das cortes constitucionais européias, quando os comparamos com a situação brasileira, em que o direito à cidadania perdeu aquela característica da Revolução Francesa. É uma cidadania pluralística, é o cidadão trabalhador, contribuinte, é o cidadão pedinte, excluído. E é esse cidadão que temos de inserir na sociedade brasileira. Enquanto o Brasil não fizer isso de maneira firme e concreta, não teremos um grande país. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Aspásia Camargo

Deputado Anderson Aduato, gostaria de agradecer a honra de estar aqui hoje, assistindo e participando de uma discussão que tem como centro, como epicentro, uma Assembléia Legislativa.

Acho extremamente importante compreendermos que esse pacto, que desejamos, tão complexo, que envolve tantos atores, não será bem-sucedido se não puder contar com a capilaridade das elites políticas brasileiras, com as Assembléias democráticas, modernas, que poderão atender às necessidades dos Estados brasileiros. Portanto, acho que faz toda a

diferença começamos a discuti-lo aqui.

Gostaria de dizer que é uma honra estar aqui com o Senador Requião, com a Senadora Marina, com o Deputado Federal Aloizio Mercadante, com o Dr. Baracho e com o Prefeito Célio de Castro, que é um grande especialista em pacto federativo, embora nem sempre queira pronunciar-se sobre isso.

Na verdade, precisamos contar com a experiência dos políticos. É a partir da experiência, da observação da experiência que poderemos sair das ideologias e enfrentar a dura realidade de uma negociação que já está extremamente atrasada e que precisa ser resolvida para que o País possa superar a sua crise.

É certo que os problemas federativos se aguçam neste País quando há crises econômicas. Isso aconteceu gravemente em 1830, na Regência, quando aquele modelo colonial praticamente se esgotou da exploração do ouro e o País estava sem destino. Essa crise foi longa, durou muito, quase nos levou a um separatismo. Ela se repetiu menos grave no fim do Império, com a Abolição, que desestruturou as alianças e o modelo político unitário, imperial, e nos levou a um pacto que hoje vemos com grandes restrições, que foi o pacto de Campos Salles e da política dos Governadores. Não queremos repetir o pacto de Campos Salles e a política dos Governadores, embora tenha imensa admiração por esse estrategista político, que soube, num momento político, encontrar caminhos de agregação, de consenso. E é exatamente isso que temos de procurar. O consenso mínimo que possa reestruturar as políticas públicas e que possa preparar o nosso País para um encontro inevitável com a história, porque o modelo de desenvolvimento dos anos 30, que fragilizou o federalismo brasileiro, criando estruturas extremamente poderosas no Governo Federal, está esgotado. Está esgotado no Brasil, está esgotado no mundo inteiro. Devemos ter a compreensão de que um novo paradigma de desenvolvimento está surgindo, que esse paradigma não é uma dádiva e nem uma fatalidade, e sim um paradigma que vai ser moldado pela vontade dos homens, pela vontade dos dirigentes políticos e pela vontade da população. E é, portanto, nesse trabalho difícil de busca de caminhos, de busca de direções que vamos encontrar a originalidade brasileira, o nosso modelo definitivo, que não está ainda totalmente resolvido.

E o que é, afinal, esse pacto federativo? É exatamente isso. É um grande encontro. A palavra "federação", "fedus", quer dizer, exatamente, "pacto", e é por isso que costumo insistir dizendo que esse é o pacto dos pactos. É o grande pacto. É a grande reforma, "mater", sem a qual nenhuma outra vai ser bem-sucedida, porque neste País continental, com extremas diversidades, qualquer reforma esbarra necessariamente nas suas consequências diferenciadas para as regiões brasileiras. E é por isso que se torna tão difícil, às vezes, fazer as mudanças. O que é bom para uma região é péssimo para outra. O que faz uma crescer penaliza a outra. Se não tivermos condições de tirar um denominador comum, de fazer alguma dose de sacrifício e de abnegação, para tirar 20% dos nossos interesses específicos, em nome do coletivo, de alguma coisa que é maior do que nós, mas que nos vai ajudar a sermos mais fortes, mais eficientes e a garantirmos uma melhor qualidade de vida para o País inteiro, não vamos conseguir sair desse impasse.

O que quero dizer é o seguinte: existe uma conta que se faz todos os dias, todos os minutos e todas as horas e que é difícil porque, para ter um a mais de benefícios para as nossas condições específicas, no quadro da Federação, é preciso, às vezes, sacrificar os interesses gerais. O grande problema desse pacto é criar a confiança, criar a capacidade de negociar, fazer alianças e, sobretudo, introduzir algo novo nesse processo, porque a federalização brasileira tem uma herança e um passivo extremamente difícil, que é o seu passivo regionalista. Na verdade, o que foi a Federação brasileira nestes últimos 100 anos senão um regionalismo disfarçado, muitas vezes defensor dos mais retrógrados interesses oligárquicos locais? Esta é a verdade, mas, tampouco, vamos encontrar solução no centralismo burocrático, que é muitas vezes arbitrário, que tem um passado também de autoritarismo, e que não tem mais vez neste mundo em que vivemos. Olhamos para o mapa do mundo e vemos o seguinte: o movimento pendular da história vai para um processo de descentralização, como foi nos anos 30, nos Estados Unidos, no Brasil e em todos os países. A descentralização é inevitável. As empresas estão se descentralizando. A sociedade civil deseja participar; portanto, deseja mais descentralização e mais integração. Em todas as partes, as regiões, muitas vezes resultantes de pedaços de vários países, estão emergindo, e vemos, definitivamente, um deslocamento do Estado nação para o Estado região. Fala-se, inclusive, do fim das soberanias. E não são apenas as grandes empresas multinacionais que falam. São os especialistas, os estudiosos de todas as partes. Vemos que o grande crescimento que a China teve não é resultado de uma China harmoniosa e perfeitamente integrada. É o resultado de um crescimento num ponto estratégico do território chinês, que é aquela zona de Hong Kong e de Shenzhen. Portanto, já não temos possibilidade de pensar em desenvolvimento como alguma coisa homogênea, integrada e perfeitamente coordenada e produzida pelos Estados nacionais poderosos. Esses Estados estão em crise. O que precisamos é encontrar caminhos para a crise, caminhos que aliviem, soluções, e encontrar saídas para uma mudança de modelo que possa garantir o mínimo e o máximo de centralidade, para que países como o Brasil, extremamente heterogêneos, possam ter a garantia de que o País, como um todo, vai melhorar a qualidade de vida, vai combater as desigualdades e, portanto, manter, dignamente, a sua integridade. O que gostaria de dizer é que esse pacto envolve várias dimensões diferentes. A dimensão econômica: sem dúvida, estamos partindo para um movimento descentralizado, nos Estados, nas sub-regiões, não em grandes regiões, como o Nordeste, mas em pequenas regiões, como Petrolina, como o pólo têxtil no Ceará ou outros planos dinâmicos da economia brasileira, onde vamos constatando que emergem localizadamente. Mas esse pacto é, sobretudo, um pacto moral e um pacto ético, porque precisamos ter condições de controlar o sistema de governo, de gerar transparência, regras claras para todos, porque nossa Federação sempre trabalhou na obscuridade, os entendimentos são na calada da noite, sem que ninguém saiba, e as regras, que são para uns, nem sempre valem para todos. Portanto, é preciso um ato de coragem para que a gente possa realmente partir para a definição de regras claras, institucionalizadas, que aperfeiçoem o sistema político brasileiro e que levem todos os entes federados a terem seu lugar de cidadão, nesse pacto federativo. Para que isso ocorra, acho que temos de examinar as linhas de força dessa federação. Quais são nossos grandes problemas estruturais, quais são nossas grandes facilidades e grandes vantagens? A vantagem é que, muito mais que parlamentarismo, que é uma questão extremamente discutida, o federalismo é um consenso das elites políticas brasileiras. De tal maneira é consenso que, em todas as Constituições, inclusive nas mais centralistas, nas mais autoritárias e, até mesmo, naquelas que não funcionaram, está a cláusula pétreia da Federação brasileira. Isso é um patrimônio, porque todos queremos o federalismo. O federalismo é a estrutura perfeita para lidar com a globalização, que é um processo tecnicamente inevitável, porque se baseia na revolução tecnológica das comunicações, mas, politicamente, a globalização está desafiando os interesses e a capacidade de cada um de nós. Efetivamente, a dimensão política dessa globalização já não satisfaz a ninguém, nem mesmo a dimensão econômica, que gera todas as distorções do grande cassino global. Portanto, queremos humanizar essa globalização, torná-la um instrumento de desenvolvimento para as regiões brasileiras, para as cidades, para os países e não queremos, absolutamente, ser escravizados por um sistema que tem regras marcadas e que beneficiam mais alguns países hegemônicos do que a maioria dos países que compõem esse modelo global. Portanto, pensar que temos de usar de inteligência estratégica para avançar nesse processo é o maior e mais importante desafio desse pacto federativo, que, como eu disse, é um pacto complexo. Não podemos reduzi-lo à dívida dos Estados, nem a qualquer outro ponto, nem à representação política dos Estados no Congresso Nacional, nem a nenhum outro ponto que gerou, no passado, grandes controvérsias políticas. Precisamos ter em conta que esse pacto envolve relações e conflitos entre Governo Federal e Estados, conflitos entre Estados e municípios, que, muitas vezes, se sentem relegados, discriminados, porque pertencem a um outro partido, não recebem benesses políticas, que, muitas vezes, são dadas a outros.

Temos de entender, e isso foi dito insistentemente, que não se trata apenas de uma relação entre o Governo Federal, os Estados e municípios, mas também de uma relação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Sobretudo, temos de entender que não se trata mais do velho federalismo oligárquico, mas de um federalismo democrático, com a participação dos cidadãos, porque é isso que vai fazer a diferença. Esta transparência, este controle não apenas para falar mal ou para criticar, mas para garantir a continuidade administrativa, para garantir que o governante, que assume o poder em qualquer instância desta Federação, seja responsável pela herança que vai deixar ao seu sucessor, para que se evitem calamidades como estas que vemos todos os dias, em que o sucessor não consegue gerir a massa falida do antecessor.

Esta Federação, que tem de ser flexível, que tem de ser econômica, que tem de ser social, que tem de ser ética, tem o seu ponto fraco exatamente na questão social.

Sabemos, hoje, que a maior parte das desigualdades econômicas e sociais que existem neste País, como a dívida social, é centrada, basicamente, nas desigualdades espaciais brasileiras. Essas desigualdades só podem ser corrigidas com uma federação e um governo federal fortes. Porque é lá no governo federal que se dá esta química da distribuição de recursos.

Sabemos, também, que a Federação brasileira tem uma longa tradição de falta de transparência. As torneiras que a irrigam não são controladas pela sociedade civil e nem mesmo pelos próprios políticos. São mecanismos secretos, mecanismos pouco claros que se distribuem pelos Estados nos diferentes pontos, nas diferentes torneiras. A distribuição do Banco do Brasil é completamente diferente da do BNDES, que é completamente diferente das transferências voluntárias do orçamento federal.

Portanto, um ponto que acho importante, neste pacto, é entender que temos de fazer o pacto orçamentário, porque é lá que está o dinheiro, em todos os níveis da Federação. É lá que esse dinheiro é distribuído. Se esses recursos são distribuídos da maneira que o Senador Requião nos lembrou aqui, através de comissão de bairro - acho até que não merecia esse nome, mas enfim, vamos dizer assim -, de uma visão puramente localista e paternalista, o que vamos ter é o que temos hoje: vamos ter R\$23.000.000.000,00 para distribuir pelas unidades federadas, e nenhum cidadão brasileiro pode entender por que Estados como Ceará, Paraíba, Mato Grosso e Tocantins têm emendas parlamentares de R\$13.000.000,00 para quadras poliesportivas, quando a merenda desses Estados é menor do que isso. Essas são aberrações que não são dignas de nosso País. Avançamos demais em muitas coisas para que possamos olhar friamente para essa realidade e achar que isso é normal.

Parece-me que não há, propriamente, como escolher uma vítima para dizer que ela é a única e exclusiva culpada. Todos somos culpados e todos temos de fazer um pequeno esforço para que essa situação se transforme.

Grandes fragilidades. Há desigualdades sociais e espaciais que não nos permitem um federalismo como o da República Velha, em que os Estados, o Governo Federal e os municípios têm funções claramente definidas e os recursos não se misturam. O federalismo cooperativo brasileiro se baseou exatamente nessa fragilidade e nessa necessidade de repassar

recursos - importante - do Governo Federal para os Estados e municípios e dos Estados para os municípios, o que gera, muitas vezes, uma grande confusão.

Precisamos organizar essa confusão e saber quais os limites desses repasses e como repassá-los, de uma maneira mais clara, mais consistente e, até mesmo, de rediscutir as competências, porque essas competências não foram claramente conclusivas na Constituição de 1988, pela simples razão de que se prevê nesta Constituição, em seu art. 23, a regulamentação desse artigo e das competências comuns que, na verdade, geram também essas superposições, esse desperdício e essa irracionalidade.

Na verdade, os municípios sabem, mais ou menos, que vão fazer tudo o que puderem, e as Capitais estão fazendo isso: assumindo funções de outras instâncias, porque não vão deixar simplesmente a população carente por causa de uma carência das entidades superiores. Mas é preciso, também, lembrar que a metade dos municípios brasileiros são praticamente indigentes, não têm arrecadação própria, não têm as condições administrativas necessárias, não têm capacidade técnica para assumir grandes competências. Como conciliar uma realidade que nos mostra alguns Estados praticamente prontos para a autonomia e, digamos, até passando do ponto, Capitais que são mais eficientes, mais rápidas do que qualquer outra entidade federada superior, que têm "status" especial, como Capitais que são, e uma massa enorme de municípios e a metade dos Estados brasileiros que vivem de fundos de participação e de recursos de repasse? Essa é a grande fragilidade. Não é por acaso que a crise federativa se manifesta tão fortemente neste calcanhar de aquiles que são os Estados.

Recentemente, nos Estados Unidos, houve um grande pacto federativo, que ninguém acompanhou, que levou a uma descentralização muito grande, sob pressão dos republicanos e contra a vontade do Presidente Clinton, de fortalecer o estado de bem-estar e de centralizar recursos em suas próprias mãos. O Congresso americano não permitiu isso. Ao contrário, forçou a descentralização, isto é, quis manter um pacto que, nos Estados Unidos, dá aos Estados a total e absoluta competência para obras de infraestrutura e para todas as funções que dizem respeito ao desenvolvimento econômico de suas regiões. Os municípios ficam com todos os serviços, com o trânsito e com outras funções com relação às quais o Governo Federal também tinha avançado o sinal, que foram devolvidas para as sub-regiões e para o poder local. O que pretendemos é discutir as competências. Essa discussão me parece importante porque, a partir daí, poderemos discutir com mais maturidade uma reforma tributária que deve ser uma reforma fiscal. Não temos que discutir apenas a arrecadação. Quando o cobertor está curto, é muito difícil atender a todos os interesses ao mesmo tempo. E é importante que esses importes sejam simplificados e que a Federação seja bem atendida. A maneira mais eficiente de resolver esse problema é introduzir a qualidade do gasto nesse processo e as competências, porque, a partir de então, esse pacto pode, efetivamente, avançar mais.

Finalmente, acho que, num mundo de flexibilidades, de desregulamentação necessária para que nos livremos dessas leis absurdas, e de uma quantidade enorme de decretos que impedem o sistema produtivo de funcionar, que impedem o pequeno produtor de produzir, que impedem a pequena empresa de empresariar, precisamos pensar em novas formas de integração e de parcerias que estão se criando no mundo inteiro e também no Brasil, que são os consórcios.

Peço a atenção de todos para esta possibilidade dos consórcios, que barateiam os custos dos serviços, que integram as necessidades e que pactuam com as prioridades de uma região. O art. 43 existe exatamente para isso. O Governo Federal deve ser o agenciador e o promotor do desenvolvimento regional em outras bases. Em resumo, devemos nacionalizar o desenvolvimento regional e regionalizar o desenvolvimento nacional. Não queremos mais aqueles pequenos nichos que acomodam os Estados ou outras regiões em pequenos cartórios, que não dão resultado para as políticas públicas. O grande objetivo do pacto federativo, a meu ver, é a melhoria da qualidade do gasto e a melhoria das políticas públicas. Muito obrigada.

O Senador Roberto Requião (Em aparte) - Dra. Aspásia, gostaria de suportar sua intervenção com dois dados muito interessantes. No Brasil, 12 Estados, inclusive os 4 ex-territórios, têm a maior parte dos seus recursos originados nas transferências. O escândalo maior está aqui. Quarenta e seis por cento dos municípios brasileiros têm acima de 95,4% nas suas receitas objeto de transferências de recursos por parte do Estado e da União. Então, se exigíssemos que o município, para existir, tivesse, pelo menos, 5% da sua receita a partir de recursos próprios, originados na sua própria arrecadação, desapareceriam 46% dos municípios do País.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência vai conceder a palavra aos Srs. Deputados e aos participantes que desejarem formular perguntas aos ilustres expositores. Para tanto, informa que as perguntas poderão ser formuladas por escrito ou oralmente. Os telespectadores poderão formular perguntas pelo telefone 0800-310888 ou pelo fax (031) 290-7770. A Presidência solicita aos Deputados e aos participantes que fizerem uso do microfone que sejam objetivos e sucintos, estando dispensada a formalidade das saudações pessoais. A cada Deputado ou participante, será concedido o tempo de 3 minutos para a intervenção. Aos expositores, será concedido o mesmo tempo para a resposta. A Presidência, desde já, solicita a todos que se atenham ao tempo determinado, para que um maior número de pessoas possa participar dos debates. A Presidência vai tentar cumprir esse tempo estabelecido para os perguntadores e os expositores.

#### Debates

O Sr. Paulo Jorge dos Santos - Quero fazer uma pergunta ao Mercadante e ao Senador Requião. Primeiro: o que o PT nacional fará em apoio a um Governador que é de um partido que possui pessoas no Governo Federal e que levantou a bandeira histórica que o PT sempre colocou? Estou vendo, com muita tristeza, que os Governadores como o Zeca do PT e o Olívio Dutra ficam fazendo reuniões com o Presidente, engrossando o "quorum" daquelas pessoas que não querem muita coisa para o Brasil. Nós, de Minas Gerais, o partido ao qual pertencemos, que é o PT, já tomamos essa posição. Estamos unidos contra a crise, levando em consideração não somente Minas, mas o Brasil inteiro.

Quanto ao Senador Requião, a pergunta é a seguinte: temos um Presidente que lesou Minas e o Brasil, vendendo muitas indústrias de Minas Gerais, a Vale do Rio Doce, a USIMINAS e outras, sem mencionar a questão da CSN entre outras; comprou a reeleição no Congresso e reelegeu-se com a bandeira de sanar a crise que ele mesmo criou; um Presidente que confisca dinheiro da conta alheia, como se fosse ladrão de Banco 24 Horas; o que é preciso para fazer uma intervenção, psiquiátrica ou não, para tirar um "desgovernador" desse Poder?

O Deputado Federal Aloizio Mercadante - O princípio da federação é exatamente o reconhecimento de que um país do tamanho do Brasil, com as diferenças econômicas, sociais, culturais e políticas que apresenta, constitui uma unidade na diversidade. E essa unidade na diversidade significa que, no enfrentamento junto ao Governo Federal, os Estados têm agendas, estratégias e encaminhamentos diferenciados.

Não podemos querer do Acre, por exemplo, que tem quase 94% de sua receita dependente do Governo Federal, com um peso econômico, social e político totalmente diferente do de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, a mesma forma de atuação política de outros Estados no enfrentamento da crise do pacto federativo com o Governo Federal.

A pauta dos Estados também é diferente - gostaria de chamar a atenção para isso. Para os Estados exportadores, por exemplo, a Lei Kandir é uma dimensão fundamental na negociação, porque a reposição das perdas que essa lei permite corresponde a uma receita muito importante que os Estados perderam.

Para o Rio de Janeiro, a discussão da rolagem da dívida não é fundamental neste momento, porque o Estado nem assinou acordo nesse sentido, o que, para Minas Gerais, é o ponto central da divergência.

Gostaria de esclarecer que o PT nunca defendeu a moratória da dívida interna como um ponto fundamental de sua plataforma. Por quê? Porque, se todos os Estados suspendessem o pagamento da dívida, iríamos, no final, caminhar para o colapso das finanças públicas federais e, muito provavelmente, para um quadro de deflagração de uma crise hiperinflacionária. Em última instância, significaria dizer o seguinte: "Eu não pago a dívida como paulista, mas vou pagá-la como brasileiro".

A atitude de Minas, com a moratória de 90 dias, foi política, e nós a apoiamos desde o primeiro momento, por entender que esse foi o caminho escolhido pelo Governo de Minas para colocar, na agenda nacional, a crise do pacto federativo e rediscutir as finanças públicas. O contrato da rolagem da dívida define um cenário macroeconômico que não existe mais, e ele pressupõe a possibilidade de repactuação da dívida.

Quando o Rio Grande do Sul optou por outro caminho, que foi o de depositar em juízo e de brigar, na Justiça, pelos direitos do Estado, foi retaliado, como Minas, numa atitude absolutamente inaceitável do Governo Federal. Nossa posição foi a de sustentar o Governo gaúcho nesse processo.

É importante deixar clara minha opinião de que esse confronto entre os municípios do Estado e o Governo Federal não é uma corrida de 100m; é uma maratona, que vai ser muito longa, e, durante a qual, um vai ter que passar o bastão para o outro. Por isso é que é tão importante a unidade política entre os Governadores de Oposição neste momento. É preciso considerar as diferenças e estabelecer um relacionamento respeitoso e solidário.

O PT apoiou, desde o primeiro momento, a atitude de Minas Gerais, vai até o fim nessa briga e não abrirá mão, nem em Brasília nem em nenhum outro fórum - e essa é a razão de estarmos aqui - da solidariedade, porque cabe a Minas o seu caminho. Defendemos, também, o Rio Grande do Sul, o Acre, o Mato Grosso e outros Estados, que, como é o caso do Ronaldo Lessa, têm outras estratégias de enfrentamento e estão, neste momento, passando pelas mesmas dificuldades, com o mesmo compromisso de lutar contra o atual modelo econômico do Governo.

O Senador Roberto Requião - Reitero as palavras de Mercadante: cada Estado tem problemas específicos.

Tentei dar suporte numérico ao encerramento da exposição de nossa palestra, colocando os dados da dependência dos municípios e de 12 Estados da União, entre os quais 1 Estado novíssimo e 4 Territórios têm mais recursos de transferências do que recursos gerados por sua própria arrecadação. Segundo dados de 1992, 46% dos municípios têm mais de 95,4% de transferências do que aquilo que arrecada.

Se estabeleçêssemos que um município só poderia existir se arrecadasse pelo menos 5% da sua receita, a metade dos municípios brasileiros desapareceria. Mas os municípios continuaram sendo criados politicamente para viabilizar bases eleitorais de parlamentares e, mais que isso, para participar do Fundo de Participação, porque era uma maneira de acessar a estrutura de transferência do Estado e da União. Mas, com isso, vieram as Câmaras de Vereadores, e toda aquela estrutura para um município que não tinha a mínima condição de se viabilizar.

Esses Estados que eram territórios não deveriam ser Estados antes de se viabilizarem economicamente. Talvez, uma reforma fiscal que desse a eles uma autonomia tributária, na qual eles poderiam escolher os impostos que sustentariam a sua estrutura, pudesse viabilizá-los, mas hoje isso é inviável.

A postura do Dutra e de outros Governadores está condicionada à realidade de cada Estado. Mas tenham em conta outra coisa: há por parte da estrutura política brasileira um temor reverencial do Presidente da República, um respeito ritual. As pessoas não mantêm, diante da autoridade do Presidente da República - que constitucionalmente não tem nenhuma hierarquia que o coloque de forma superior a um Governador de Estado de uma unidade federada -, um comportamento diferente. Acho que o Governador Itamar está certo e os outros Governadores fizeram o que achavam que deveriam fazer.

Diria, em favor do PT, nesse caso, que, não sendo perfeito, é o partido que subordina o comportamento e o posicionamento de seus parlamentares de uma forma mais orgânica que todos os outros. Mas evidentemente o PT ainda não discutiu em profundidade esse caso, para que possa apoiar ou fazer uma crítica à posição de seus Governadores. Quando não se pode fazer a crítica, e os outros Estados estão com as mesmas dificuldades de Minas Gerais, o caso é de apoio.

Não vejo por que criticar a posição dos outros Governadores. O importante é reforçar a posição do vanguardista desse processo, o Governador Itamar Franco.

O Sr. Presidente - Pergunta de Josefina Saba, dirigida ao Deputado Aloizio Mercadante: Por que até esta data a oposição não entrou na justiça para acabar com a CPMF?

O Deputado Federal Aloizio Mercadante - Por esse discurso do Senador Roberto Requião e pela história do PT, acho que está na hora de ele e de vários outros parlamentares virem para os partidos de oposição. Se assinar uma ficha de filiação no PT, será muito bem recebido.

Em relação à pergunta, no passado, encaminhamos iniciativas em relação à CPMF, mas, do ponto de vista jurídico, a margem é muito pequena, porque a CPMF foi encaminhada na forma de uma emenda constitucional. Portanto, no rito de tramitação, enquanto emenda constitucional. Nessa condição, a margem de manobra de uma ação judicial é muito pequena.

Durante todo esse período, procuramos mostrar que essa concepção de aumento de impostos, primeiro, na forma de contribuição, que pune os Estados e municípios, segundo, se a CPMF fosse um imposto de alíquota pequena, dentro de uma reforma tributária abrangente, poderia ser mantido, porque é um imposto eficaz para arrecadar, pois atinge a economia informal. Se, no Brasil, houvesse a quebra do sigilo bancário, permitiria que a receita fiscalizasse a sonegação de impostos, porque a movimentação bancária seria totalmente diferenciada do imposto declarado, especialmente do imposto de renda da pessoa física e jurídica.

Na medida em que o Governo aumenta a alíquota como fez agora, em um cenário de crise cambial, ou seja, o Brasil, pelo acordo que fez, - o qual acho que não será cumprido e é uma tragédia do ponto de vista das implicações para o País com o FMI - exige um superávit comercial de US\$17.000.000.000,00 em dez meses. Tivemos um déficit de 6,5 bilhões e agora querem um superávit de 11 bilhões. O País tem de aumentar as exportações de forma espetacular, se não quiser conter as importações, através da recessão. Por que o FMI quer a recessão? Porque ela significa não ter consumo, não ter investimentos, não ter importações. Aí, sobra um superávit comercial para pagar a dívida externa e diminuir o financiamento internacional.

Então, se não queremos a recessão, temos que exportar. Qual a dificuldade das exportações nesse momento? O cenário internacional é adverso, há uma desaceleração na conjuntura econômica em vários países, o preço de vários produtos que o Brasil exporta, que são as "commodities", está caindo. E a CPMF vai aumentar a carga tributária sobre as exportações, porque é um imposto cumulativo, ou seja, vai se acumulando em todas as operações que envolvam o cheque na produção de qualquer coisa, e não se consegue exportar imposto. Ele vai penalizar as exportações e agravar a recessão. Por isso, a Bancada da Oposição em Brasília votou contra a CPMF, na defesa de uma reforma tributária abrangente, inclusive porque esse governo já tem a carga tributária mais elevada da história recente do País. E não adianta continuar criando impostos num cenário recessivo, porque a receita não aumenta. O que aumenta é a evasão e a sonegação fiscal: 86% das empresas do Brasil estão com passivo fiscal pendente, isto é, não estão em dia com os seus impostos. O País precisa de uma reforma tributária e fiscal abrangente e não de mais impostos, como fez o governo mais uma vez.

O Sr. Presidente - Pergunta dirigida ao Senador Roberto Requião, de José Renato Barbosa de Deus, Belo Horizonte, Engenheiro Civil: "Existe possibilidade de se iniciar o processo de "impeachment" do Presidente da República, por crime de lesa-pátria, uma vez que está entregando o Brasil para os estrangeiros?"

O Senador Roberto Requião - A possibilidade de se iniciar existe, mas existe também a certeza de que não prospera no Congresso Nacional. Quanto à pergunta anterior, que não foi dirigida a mim, mas ao Aloizio Mercadante, três ações foram impetradas contra o IPMF no Supremo Tribunal Federal e julgadas procedentes. Uma foi impetrada por mim, ainda quando Governador, contra o IOF, e tratava da questão da reciprocidade. Os municípios e os Estados não tributam a União; a União não tributa os Estados e os municípios; os entes federados não se tributam entre si. A outra foi relativa à anterioridade da lei. Não poderia ser aplicado, a não ser no próximo exercício. A outra é a ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade - relativa à liberdade de religião, liberdade partidária, liberdade de organização, que se refere à imunidade de certos tipos de instituição em relação a qualquer tipo de imposto.

Então, tivemos três ações diretas de inconstitucionalidade, mas ninguém apresentou uma ação direta de inconstitucionalidade contra a CPMF propriamente dita, até porque, num primeiro momento, quando o imposto se destinava supostamente a salvar a estrutura de saúde do Brasil - e era um imposto provisório, um imposto por período limitado -, era perfeitamente aceitável, independentemente da sua análise constitucional. Fui o segundo signatário da proposta da CPMF, junto com o Senador de Sergipe Antônio Carlos Valadares, e fui o único Senador que votou contra a perpetuação do imposto na segunda fase, porque foi integralmente empregado na saúde, só que o governo retirou outras verbas da saúde para compensar o ingresso da CPMF. Então, o governo fraudou a utilização do recurso. Mas cabe ação de inconstitucionalidade, sim. Os partidos é que podem entrar.

O Deputado José Carlos Junqueira de Araújo - O Deputado Elarmin não está, mas estamos representando a Assembléia de Mato Grosso. Somos Deputados do PMDB e queria fazer uma pergunta ao Deputado Aloizio Mercadante e ao Senador Roberto Requião. Assumi a Assembléia há um mês, e já entramos com um pedido de revogação do aumento do ICMS. O Governador Dante, das Diretas-Já, é uma enganação. No dia 30 de dezembro, aumentou em 42% o ICMS do Estado do Mato Grosso sobre a energia elétrica, o telefone e todos os produtos do Estado. É o Estado que mais paga impostos. Estamos com uma ação direta de inconstitucionalidade no STF, estamos atuando junto ao Ministério Público e também estamos tentando revogar essa lei do Governador. Estamos tendo muitas dificuldades com o parecer do Supremo, e gostaria de perguntar se o Governador tem autonomia para aumentar significativamente os impostos. Sabemos que está havendo uma superposição de competências, uma bitributação e vários outros erros. Entendo que o que está havendo nos

Estados, principalmente no Mato Grosso, que é realmente um dos mais pobres do País, é uma certa imposição do Governador, que é autoritário, pertence ao PSDB e está massacrando o povo mato-grossense. Gostaria de saber até onde poderíamos contar com o apoio do Congresso. Temos, inclusive, o Deputado Federal Wilson Santos, que está nos ajudando nesse encaminhamento. Isso demonstra, mais uma vez, a nossa fragilidade e a das Assembléias Legislativas e dos Estados nesta Federação. Muito obrigado.

O Deputado Federal Aloizio Mercadante - Do ponto de vista do apoio a uma atitude de aumento da carga de impostos indiretos, que por definição são regressivos, ou seja, paga mais quem ganha menos, eu diria que essa tem sido uma luta histórica da Bancada da Oposição. Tanto o PT quanto o PSB, o PC do B ou o PDT têm lutado - o Deputado Federal Fassarella estava aqui, assim como o Virgílio Guimarães, o Sérgio Miranda e toda essa bancada atuante de Minas - e contribuído muito em Brasília nessa discussão, sempre entendendo que o aumento da carga tributária tem que ser feito dentro de uma visão de relacionamento com a renda "per capita" do País - isso se aplica também aos Estados - e, sobretudo com a estrutura de impostos diretos sobre a renda e sobre o patrimônio, porque a riqueza não é tributada no Brasil, exatamente para aliviar os impostos indiretos que são repassados nos preços pelas empresas, ou que o consumidor paga, exatamente aquele que menos tem. Então, a questão da reforma tributária é também uma discussão da distribuição de renda e de competência das instâncias, como a Aspásia colocou.

Em relação, especificamente, a essa iniciativa do Governo do Estado do Mato Grosso para avaliar se há ou não amparo legal para uma ADIN, temos que avaliar qual é a forma que ele usou para encaminhar o aumento de tributos: se há algum ponto colidente com o CONFAZ, de um lado, e, de outro, se foi feito na forma de um projeto de lei com o aval da Assembléia Legislativa. Então, teríamos que fazer uma análise um pouco mais detalhada para ver se existe alguma viabilidade jurídica.

Do ponto de vista político, o que podemos fazer é hipotecar solidariedade com a luta de vocês e dizer que não nos parece ser esse o caminho da reforma tributária e do ajuste das finanças públicas que o Brasil deve trilhar.

O Deputado Rubens Otoni - Sr. Presidente, acompanhei com bastante atenção e interesse a palavra dos expositores. Para mim, parece claro que a questão da discussão do novo pacto federativo está diretamente ligada a um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o nosso País. Isso é de vital importância.

Quanto ao questionamento, comungo das mesmas idéias e parabeno-o por essa visão. Agora, quando nós fazemos a interação com a sociedade neste debate para a construção desse novo espaço, dessa nova disposição para a implementação dessas idéias, qual é a vontade política, qual é o espaço de cooperação, no que diz respeito às relações internacionais entre países e instituições? Qual é o espaço existente para a construção dessa nova ordem e dessa capacidade de enfrentamento para esse novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o nosso País?

Faço a pergunta ao nobre Senador e ao Deputado Federal Aloizio Mercadante.

O Senador Roberto Requião - O espaço é total, desde que não se aceite essa inevitabilidade da globalização, que não existe. Na minha exposição, deixei claro que existem três países entreguistas, de braços, em decúbito ventral, no mundo: Brasil, Peru e Argentina. Então, a globalização é uma implicação da velocidade dos transportes e das comunicações. Ela não implica subordinação, não implica fim da indústria nacional, não implica abertura do trabalho de forma discriminada. Isso está na cabeça de "pendentista" do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Agora, a lenda contada em prosa e verso na mídia é de que a inevitabilidade se prende à integração absoluta. E lá se foi a lei de patente, e lá se foi a lei de "software" de computador, e lá se foi o conceito de empresa nacional. E agora pretendem o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e, fundamentalmente, a PETROBRÁS. Temos que resistir a esse processo.

Conversava com o Mercadante antes da reunião e dizíamos: não vamos transformar em ponto de discórdia desse debate a visão do Presidente da República. Não se pode, num início de movimento para discutir o pacto federativo, colocar como o Brizola está colocando. Somos a favor da renúncia do Presidente da República, mas eu, pessoalmente, daria um conselho ao Presidente Fernando Henrique: já que não pode governar, vá embora, porque aí teremos novas eleições. Não será o Marco Maciel o Presidente. (- Palmas.) O problema é muito mais o Fernando Henrique do que as implicações internacionais, é a sua cabeça de "pendentista". Ele está errado. Não quero partir do pressuposto de que ele é um bandido, de que ele é um doido que resolveu acabar com o País. Ele pôs na cabeça que o Brasil não tem condições de se desenvolver com seus próprios empresários, com suas próprias elites. E acabou até com o elite rural criada na época dos militares, que estimulou a EMBRAPA e APARES e esses organismos todos para exportar grãos e conseguir equilibrar a balança comercial para pagar os empréstimos. Fernando Henrique destruiu tudo. Ele é o exterminador do País. (- Palmas.)

O Deputado Federal Aloizio Mercadante - Com relação à pergunta do Otoni, que acho da maior relevância, queria ponderar duas coisas. A primeira é que na discussão de um novo pacto federativo, temos que exigir medidas emergenciais. Existe um problema de fragilidade financeira de Estados e municípios que tem que ser resolvido agora. Existem Estados que não têm dinheiro para pagar o custeio da folha de pagamento do mês seguinte. Há uma discussão geral da reforma fiscal e tributária, mas há uma negociação imediata. O Governo tem que devolver dinheiro da Lei Kandir, tem que rever o conceito de receita líquida da rolagem da dívida, tem que rediscutir a fórmula de aumento de impostos no repasse a Estados e municípios. O Governo tem que eliminar o FEF e a Lei Kandir para poder restabelecer as condições constitucionais que asseguram as relações entre as instâncias da Federação.

Em relação ao plano internacional, concordo com o Requião quanto a tudo que se refere à atitude passiva, subordinada, de comprometimento da soberania do País neste Governo, mas acho que há um movimento maior nessa história. Estamos vivendo, neste final de século, uma pressão muito grande, especialmente do Governo americano sobre a América. O projeto da ALCA, que se pretende se constitua até o ano de 2005, pressupõe uma total liberdade comercial entre os países da América, quando os Estados Unidos têm 72% da produção da região, e o segundo maior País, que é o Brasil, tem 7%.

Como podemos integrar essa relação? Vai haver uma indexação da região. Por exemplo, na indústria automotiva, os americanos têm 200 milhões de automóveis, com uma idade média de 4 anos. O Brasil, que tem a segunda frota da região, tem 17 milhões de veículos, com uma idade média de 12 anos. Como vamos integrar isso? Vamos começar a comprar carro usado e a destruir qualquer capacidade de produção. Além da ALCA, a ofensiva, agora, nessa crise cambial, é para que o Brasil abra mão da sua moeda. O que eles querem é a dolarização da região, por sinal com o apoio interno do Presidente do Banco Central e outros, que propõem a dolarização que o Menem já iniciou. Quer dizer, a crise monetária se transformaria, o País abdicaria de ter uma moeda e, ao fazê-lo, abdicaria do direito de senhoriação, que é a possibilidade da emissão de moeda, que é um princípio fundamental para se ter política econômica. Somos um País cujo comércio externo corresponde a somente 8% do PIB. Então, há prejuízo da economia do mercado interno em relação ao externo. Não vamos ter o que o Brasil tem sido para a Argentina, porque tem financiado a chamada dolarização argentina até agora, o chamado "currency board", que, por sinal, é um mecanismo de política monetária que a Inglaterra criou para se impor a suas colônias. É isso que querem, no final do século, com relação à política monetária do Brasil.

Há um macroprojeto para acabar com a soberania da Nação, e o Brasil é o único País capaz de liderar, a partir do MERCOSUL, a América Latina numa posição de enfrentamento dessa posição norte-americana de anexação da economia regional. Então, existe um problema interno, de um Governo vendido, omissivo e passivo, e a pressão externa.

Quero fazer um último comentário sobre a questão Fernando Henrique Cardoso. Estamos iniciando um movimento em defesa do Brasil, de um novo pacto federativo. Quando tivermos mobilização popular, mais consciência política, mais pressão política, não descartarei a possibilidade do "impeachment". Entrei numa CPI que todos acreditavam que não daria em nada. Começamos a mostrar as denúncias, os cheques fantasmas, etc. E, quando o Collor disse: venham todos de verde e amarelo, o povo saiu de preto, e aí começou realmente a mudança da correlação de forças dentro do Congresso. Crimes de responsabilidade, já temos, para iniciar o processo jurídico e político. Penso que não temos ainda ambiente político no Congresso Nacional e na sociedade para deflagrar um processo de "impeachment". Não há correlação de forças favorável.

Para terminar, penso ser muito oportuna a idéia da renúncia de Fernando Henrique Cardoso, que seja sugerida por quem de direito. Gostaria que o povo tivesse feito outra opção, pelo Lula. Agora, crise institucional não se propõe. Se vier, vamos apresentar uma solução que seja radicalmente democrática.

Estamos cansados de fazer papel de jacobino, como aconteceu na Revolução Francesa. Na campanha das diretas, fomos nós, da esquerda, que saímos na frente. E, no final, foram para o Colégio Eleitoral e colocaram Sarney como Presidente. No "impeachment", fomos nós que saímos na frente. Mas vimos, depois, um Governo que terminou nas mãos do Fernando Henrique, com isso que aí está. Desta vez, se for possível, se houver condições políticas de renúncia ou de "impeachment" desse Governo, queremos ir para o Governo com o apoio da população. Não vamos mais ficar assistindo, para que entreguem, a Marco Maciel ou a quem quer que seja, o Governo da República. (- Palmas.)

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, queremos registrar a nossa satisfação por este evento. Eu, duplamente, por ser desta Casa, que está iniciando este processo, e por ser um membro da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE.

Quero dizer que a UNALE surgiu exatamente pela percepção e sensibilidade que os Deputados Estaduais tiveram para o fato de que é fundamental para o fortalecimento da democracia e para o povo brasileiro que tenhamos o fortalecimento do pacto federativo. Esse fortalecimento significa, neste momento, rever determinadas posições, quer sejam do Congresso Nacional, quer sejam do Executivo Federal. Então, a UNALE surgiu com a seguinte intenção: fortalecer o federalismo; lutar em defesa da classe política, de modo especial daqueles que estão diretamente ligados à entidade, que são os Legislativos Estaduais e os Deputados Estaduais; lutar pelo fortalecimento e capacitação profissional dos técnicos da Assembléia Legislativa, que também compõem a UNALE, para que dêem um melhor suporte aos Deputados Estaduais; enfim, recuperar a boa imagem dos Legislativos, que foi denegrida pelo poder econômico, que se utilizou da mídia para denegrir a classe política, de modo especial os Deputados Estaduais.

Faço aqui uma denúncia. Há dois meses ou três, a revista "Veja" publicou fatos pitorescos no âmbito dos Legislativos Estaduais como se todas as Assembléias Legislativas e todos os Deputados Estaduais se pautassem por aqueles exemplos, que não eram mais que três ou quatro entre 1.059 Deputados Estaduais, em não mais que 2 ou 3 Assembléias entre as 27 do nosso País. Mandamos à revista a informação correta, que não foi publicada, porque estavam começando a discussão de uma nova reforma tributária. Não sabemos se por trás disso estava o Governo Federal, querendo denegrir a imagem dos Legislativos Estaduais, para enfraquecer aqueles que poderiam lutar contra as pretensões autoritárias do Governo Federal.

A UNALE se sente muito satisfeita e feliz por estar aqui e por contar com diversos Deputados Estaduais de diversos Estados da Federação. Gostaria de dizer que concordo com o Senador Roberto Requião, que tocou rapidamente no assunto. Teremos, de fato, Legislativos Estaduais fortes na medida em que tivermos fidelidade partidária, não aquele modelo de Fernando Henrique, mas no modelo programático, ideológico dos partidos políticos. Na verdade, precisamos de uma Assembléia Legislativa que tenha a independência do Poder Executivo, assim como o Congresso Nacional -, e isso passa, necessariamente, por uma nova lei orçamentária neste País. Está no Congresso o Projeto de Lei Complementar nº 135, que não está sendo votado, está sendo levado em banho-maria e que poderia dar independência aos Legislativos Estaduais e até mesmo ao Congresso Nacional, revendo a Lei nº 4.320.

Para encerrar, gostaria de dizer que este evento de hoje está mostrando para toda a sociedade brasileira que o Legislativo Estadual, que a classe política, tem como mobilizar a sociedade na busca de alternativas e soluções para este País. Por isso estamos aqui participando dele. Creio que, em todo o Brasil, nós, da UNALE, mobilizamos todas as Assembléias Legislativas. E elas estão participando deste evento que, certamente, servirá de subsídio para a nossa conferência nos dias 27 e 28 de maio em Recife, onde, certamente, estarão presentes todos os Deputados Estaduais, todos os Legislativos Estaduais, discutindo a crise brasileira e a necessidade de um novo pacto federativo. A partir daí, por meio de uma frente parlamentar que já temos no Congresso Nacional, iremos ajudar a mudar esse estado de coisas no nosso País. Muito obrigado.

O Deputado Orlando Pessuti - Como a minha pergunta envolve os Estados do Paraná e de São Paulo, não vou dirigi-la ao Senador Requião nem ao Deputado Federal Aloizio Mercadante, pois poderemos ter aí a questão mais do ponto de vista político, então dirigi-la-ei ao Prof. Baracho. É sobre a questão dos desafios da Federação brasileira. Na Constituição temos a imunidade tributária da energia elétrica produzida no Paraná, que vai, a maior parte, para São Paulo e arrebita com o Paraná em, aproximadamente, US\$400.000.000,00 por ano. Temos, por exemplo, a guerra dos incentivos fiscais, a vinda das montadoras com benefícios os mais vantajosos para uns Estados e o fim das companhias de energia e de saneamento, criando empresas automobilísticas estatizadas e empresas de energia e de saneamento privatizadas. Temos, também, a redução do ICMS dos veículos praticada por São Paulo, que entra em conflito com os interesses de Minas, do Rio de Janeiro e do próprio Estado do Paraná, não do Governador. Temos o aumento, por exemplo, como foi dito aqui, do ICMS da energia lá no Mato Grosso e a não permissão do deferimento, da liberação do ICMS do frango, que foi reivindicada por alguns Estados em função de uma prática também adotada por São Paulo.

Sei que a questão do pacto federativo passa por questões culturais, sociais, políticas, mas penso que as principais questões são as de interesse econômico, de interesse financeiro. A meu ver, ao agir dessa forma, os constituintes, os Governadores, os congressistas estaduais e federais estão desrespeitando também aquilo que estamos aqui pretendendo como pacto federativo. Isso porque um não respeita o outro. Como é que vamos ter um pacto federativo se um Governo Estadual não respeita o outro, se uma Assembléia Estadual não respeita a outra, se um Congresso Nacional, ao elaborar uma lei, arrebita as finanças de um Estado, como agora, por exemplo, querem acabar com a Lei Kandir. No presente momento, acabar com a Lei Kandir é, de novo, prejudicar o Estado do Paraná e alguns outros Estados que são eminentemente agrícolas. Então, professor, como é que vamos vencer esses desafios da Federação brasileira diante do pacto federativo quando hoje estamos arrebitando uns aos outros, diante de uma visão meramente financeira ou econômica que interessa a esse ou aquele Estado?

O Sr. José Alfredo de Oliveira Baracho - Essa questão entra em profundidade na discussão do tipo de federalismo brasileiro, porque, na verdade, não há equilíbrio entre os Estados, e esse é um problema que vem de longe. Há predominância de Estados mais ricos, que subordinam os outros Estados. Isso surgiu até, como já foi dito aqui, na representação dos Estados. A cobrança de certos tributos e o desnível de colocação das problemáticas aqui trazidas têm de ser redefinidos na Constituição, para que haja um equilíbrio federativo. Um pacto federativo só se efetiva com o equilíbrio federativo entre os Estados membros e o município. Quando se definiu o movimento federativo brasileiro no texto constitucional, muitos desses problemas sofreram influências políticas de bancadas de cada Estado, querendo se privilegiar, criando situações que geram um problema sério dentro da própria Federação. Alguns aceitaram, por exemplo, os convênios interestaduais, as relações interestaduais, como motivos para que pudessem resolver os problemas vinculados a essa diferenciação dentro da Federação. E a própria União se beneficia com isso. Se alguns Estados são privilegiados com relação ao ICMS e outros tributos que vão estabelecendo, com o pacto federativo devemos definir, de maneira clara, todas essas diferenciações que existem entre eles. Por exemplo, no caso dos Estados do Norte e do Nordeste, há um problema de diferenciação muito grande. Em certo momento se falava: "São Paulo é a locomotiva do Brasil". Então todos os grandes benefícios iam para lá. Com a industrialização, era um Estado que conseguia captar maior número de recursos. Então, como já se falou aqui, esse pacto federativo tem de ser construído numa constituição substancial, não apenas numa constituição formal, de onde possamos retirar todas essas diferenciações. É o que ocorre na Federação Alemã, na Federação Norte-Americana, nos quais alguns Estados têm autonomia maior. A definição do modelo federativo é muito mais ampla nos Estados Unidos e na Alemanha. Há uma tendência centralizadora no nosso movimento federativo. Além disso, não há um equilíbrio, o que prejudica os outros Estados. Daí que o Presidente da República dos Estados Unidos, todo ano, faz um discurso para falar da situação dos Estados. É a maneira como ele faz um levantamento da situação dos Estados. E esses desequilíbrios deverão ser definidos de maneira correta dentro da própria Constituição.

O Sr. Moisés Melo - A minha pergunta é para o Senador Requião.

Hoje está nascendo em Minas Gerais um movimento em defesa do pacto federativo. Há uma preocupação muito grande, quando se vê que o pacto federativo está sendo desrespeitado em sua plenitude, principalmente no Senado Federal, cujo Presidente teve a ousadia e o desrespeito, não apenas ao povo mineiro, mas ao Brasil, de não receber o nosso Governador, eleito pela maioria absoluta do povo mineiro, como ente da Federação. Isso é preocupante, porque quando os constituintes pensaram no pacto federativo foi justamente porque existem diversos Brasis, e correríamos o risco de uma divisão da pátria. Hoje essa tendência pode estar voltando. Nós e principalmente os senhores Senadores - apelo que vai também ao José Alencar, nosso Senador, e à Senadora Marina -, precisamos ter coragem de iniciar no Senado Federal, imediatamente, um movimento para que o pacto federativo seja constituído e reforçado, porque poderão nascer movimentos dentro do País para divisão. E isso interessa ao capital internacional. O que fizeram na Europa, o que estão fazendo em alguns países do Leste Europeu poderá acontecer neste País. Peço que façam imediatamente algo no Senado e no Congresso para que o pacto federativo seja respeitado. Muito obrigado.

O Senador Roberto Requião - Em primeiro lugar, o Presidente do Senado não fala pelo Senado. O Presidente do Senado, como o Anderson Adauto, Presidente da Assembléia, representa o Senado em cerimônias oficiais e recebe intimações judiciais. Quem fala pelo Senado é o seu Plenário, na forma do regimento. Então, a recusa ao requerimento do pessoal do PT e meu mesmo, pois as primeiras assinaturas foram a do Senador Suplicy e depois a minha, ocorreu por parte do PFL, do PSDB, na Comissão de Assuntos Econômicos, e contou também com a ausência e omissão dos Senadores do PMDB. Agora parece que estamos consentando essa situação, estamos sentindo uma leve mudança no comportamento do partido. Então, não há esse mando do Presidente do Senado. O que existe é um mando de Executivo manipulando o comportamento. Eu diria a vocês que, mudando um pouco o raciocínio, se o Presidente Fernando Henrique não quisesse, o Antônio Carlos não seria Presidente do Senado Federal. Ele foi feito pela vontade do Poder Executivo. Ele é um operador dos desejos do Presidente Fernando Henrique e hoje tem um discurso crítico e uma prática de apoio absoluto.

Um velho timoneiro chinês, uma espécie de tio-avô da Senadora Marina Silva, já dizia que "a prática é o critério da verdade". Na verdade, o operador da vontade do Presidente é o Presidente do Senado e sua bancada. Agora, estamos fazendo o possível para resolver a situação. Na última reunião da Bancada do PMDB propusemos uma comissão de Senadores para estudar as questões do pacto federativo. Não é só pacto federativo, não, 46% dos municípios brasileiros não arrecadam 5% de seus recursos, não tem pacto federativo que resolva isso. Esses municípios não deveriam existir. Do ponto de vista fiscal, eles não têm como se suportar. Eles foram criados como uma forma de acessar os fundos de participação. Há 12 Estados que recebem transferências maiores do que a sua própria arrecadação. Acho que a gente só transforma uma realidade a partir do momento em que a conhecemos de forma absoluta. Temos quatro Estados brasileiros, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, que detêm 63% do PIB nacional. Vejam que a coisa não é tão simples como parece. É evidente que os Estados foram objeto de um estelionato com aquela compactação da dívida, porque um cenário projetado de 8,5% não ocorreu, mas temos de pensar com um pouco mais de profundidade. Não é só bater na mesa e dizer: "Tem que pagar a dívida". A profundidade está na mudança da política econômica. Não é só pacto federativo, não. É uma mudança radical da política econômica, e mudança radical nesse festival de criação de Estados e municípios absolutamente inviáveis. Foi Governador do Paraná ontem, e tínhamos 172 municípios; hoje são 399. Não há pacto federativo que resolva isso.

A Deputada Cida Diogo - Gostaria de dirigir uma parte da pergunta ao Senador Requião, para que pudesse se reportar a este momento, em que surgem algumas propostas em relação ao futuro do Presidente da República, como a questão da renúncia.

Observamos que alguns setores começam a se aproveitar de propostas como essas e, de maneira oportunista, trazem para a sociedade propostas como a questão do parlamentarismo, para se aproveitar do momento. Como Mercadante já citou, historicamente, essa questão já foi para as ruas. Agora alguns setores oportunistas acabam se aproveitando desse momento. Queria que o senhor pudesse falar um pouco sobre essa questão.

A outra pergunta é para o Mercadante. É sobre a questão de o Governo Federal ainda conseguir manter setores importantes distantes da luta contra a política econômica do Governo, quando este usa o argumento de que, se não houver uma política de negociação, que passa pela subordinação ao FMI, isso significaria o não-investimento de setores financeiros no País, o que impediria que o País continuasse mantendo relações econômicas com essas representações financeiras. Acho que vários desses setores, provavelmente, estão acompanhando esta teleconferência. Como desmistificar isso, como desmontar esse discurso do Governo Federal, que é uma balela, mas que ainda consegue convencer setores importantes da sociedade?

O Senador Roberto Requião - Concordo em gênero e número. Essa história de parlamentarismo não leva a lugar algum, principalmente com a configuração do nosso orçamento, partidos políticos sem disciplina interna, sem ideologia.

Gostaria de aproveitar este espaço só para aprofundar, de forma bem rápida, uma declaração do Líder da minha bancada, no Paraná, Deputado Orlando Pessuti, quando ele disse que a redução do ICMS de São Paulo prejudicava o Paraná. Não prejudica. O Paraná fez um acordo com as montadoras e deu a elas um diferimento de dez anos para o início do pagamento do ICMS, sem juros nem correção monetária. Então, o valor nominal não importa, porque zero de 13%, zero de 9% ou zero de 3% é exatamente a mesma coisa. Nós não cobramos ICMS de montadoras.

Existem quatro cenários possíveis para o Brasil hoje. É um leque bem amplo. O primeiro é o caos e um golpe. Não descartem a possibilidade de termos um golpe, porque não há vácuo na política, e se o caos chegar às cidades, com armazéns e supermercados assaltados, descontrole completo, temos a possibilidade concreta de uma intervenção de força, de uma intervenção militar.

A segunda possibilidade que se cogita muito é forçar o parlamentarismo no Congresso Nacional para quebrar a espinha do projeto do Fernando Henrique Cardoso. Eu não sou parlamentarista.

A terceira possibilidade é que ele mude ou se mude, é a possibilidade de que ele, pressionado pelos movimentos populares, pelo desespero do povo nas ruas, venha a renunciar.

E há uma quarta possibilidade bem concreta. As medidas tomadas pela equipe econômica hoje, Mercadante, se assemelham muito às medidas tomadas pelo Governo mexicano depois da crise. Então, teríamos uma mexicanização econômica, ou seja, exportaríamos um pouco mais, acertaríamos o pagamento de algumas contas, e o desemprego e a miséria se acentuariam de forma violenta. Mas essa situação manteria, na integralidade, a aliança do Governo Federal com os grandes núcleos de comunicação, os grandes conglomerados de comunicação, e a coisa ia se sustentando por algum tempo, com sérios prejuízos para projetos nacionais permanentes, projetos de nação, de pátria e de soberania.

São esses os cenários possíveis, e nós só saberemos por onde a história passará com o desenvolvimento desse processo.

O Deputado Federal Aloizio Mercadante - A Cida colocou dois temas importantes para a discussão. Apesar da pergunta que me foi feita sobre política econômica, queria fazer uma breve menção sobre essa primeira questão. Se olharmos para a história do Brasil, veremos que a vida democrática, as liberdades democráticas, as liberdades civis foram momentos relativamente raros na nossa história. Por exemplo, a última central sindical que tivemos, antes dessas que se construíram recentemente, foi em 1912, que era a COB. De 1912 até 1984, o País não tinha central sindical, para dar um exemplo menor. Partidos se mantiveram na clandestinidade durante meio século, por falta de liberdade partidária. Quem viveu a luta contra a ditadura militar, como vivi, sabendo o que custou para a nossa geração, deve ter um compromisso fundamental com a democracia. Uma crise institucional não pode se resolver no campo do golpismo político. O parlamentarismo, hoje, como arranjo institucional, é um golpe político contra a vontade popular expressa no plebiscito. Não se pode permitir uma saída conservadora como essa, que se pode desenhar pela composição de forças existentes no Congresso Nacional. Muito menos podemos dar qualquer tipo de pretexto e não ter a vivência política. Por isso a questão das alianças é importante, por isso o papel da articulação na sociedade civil é importante, por isso o debate transparente da gravidade da crise é importante, assim como a maturidade política na intervenção. Não podemos abrir espaço para qualquer tipo de possibilidade de intervenção militar na vida política do Brasil. Isso leva ao atraso econômico, social e institucional. Temos de resolver os problemas da sociedade nos moldes da democracia. Esse é o compromisso do nosso partido, essa é a atitude que manteremos diante da crise. Se, eventualmente, tivermos uma crise institucional, desde que a crise econômica se agrave de tal forma que a crise social a aprofunde, vamos procurar uma saída na Constituição e na democracia, porque os instrumentos estão previstos na própria Constituição. O exemplo do Collor foi num momento como esse. Mas não podemos construir, nesse momento, uma atitude da Oposição centrada na idéia de gerar uma crise institucional no País. Temos de rechaçar esse tipo de iniciativa e de atitude. Ao afirmar isso, não temos de legitimar o Governo e suas atitudes. Desde o início, somos oposição frontal a esse Governo. Nunca vacilamos em relação a isso. E sempre lutamos para construir uma alternativa democrática e popular. E essa será nossa perspectiva.

Por último, em relação à política econômica, quero lembrar duas coisas. Já conhecemos a política do FMI dos anos 80. Foi uma década de estagnação, de recessão, de instabilidade econômica. E, em nenhum momento, foi capaz de alavancar as bases para o novo projeto de desenvolvimento do País. Ao contrário, só saímos da recessão, da estagnação e da crise da dívida buscando o caminho da heterodoxia em relação ao FMI.

Em segundo lugar, o país que mais recebeu investimento direto e produtivo do exterior, ao longo dos últimos 20 anos, foi a China, país que não tem livre conversibilidade da moeda, não tem acesso a esse tipo de "capital motel", que entra de manhã, não se reproduz e sai à noite, onde esse Governo baseou toda a política de financiamento externo do País nesse último período. Perdemos US\$48.500.000.000,00 em cinco meses. Não há como continuar nessa linha. O que estamos fazendo é a subordinação completa à lógica desse cassino financeiro. E a intervenção recente do FMI no sudeste asiático foi um completo desastre. Por isso, temos de construir um caminho alternativo que não é esse.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - A Presidência informa aos telespectadores que a EMBRATEL encerrará a transmissão desta teleconferência às 13 horas. A Presidência agradece a atenção de todos, esperando que os esclarecimentos aqui prestados pelos ilustres expositores possam ter contribuído para a busca de caminhos que possibilitem a formulação de um novo pacto federativo em que haja equilíbrio nas relações dos Estados membros com a União.

Quanto aos demais participantes, a Presidência informa que daremos continuação aos trabalhos até às 13h30min, e a transmissão será feita pela TV Assembléia. Aproveitamos para comunicar que a FEMAM dá ciência aos Presidentes das Federações Microrregionais de que, a pedido da Secretaria de Planejamento - SEPLAN-, a reunião marcada para o dia 17 de março foi transferida para o dia 24 do mesmo mês.

A Senadora Marina Silva - Acho interessante que, numa discussão tão complexa como esta, possamos ter um espaço para refletir sobre algumas questões. Achei muito interessante a abordagem que foi feita pelos colegas de mesa, os expositores, porque eles abordaram os aspectos políticos, econômicos, sociais e até mesmo culturais da crise que estamos atravessando. Queria colocar como um ponto fundamental para a crise que estamos atravessando a questão dos valores. Diria até mesmo que o exemplo que as autoridades, as instituições, os Governadores, os Prefeitos, os Senadores, o Presidente da República dão para a Nação tem um peso importante no processo de resolução da crise ou no seu agravamento. Primeiro, pelo fato de que o Presidente da República, neste momento agora, vem à Nação e diz que a responsabilidade da crise é do povo brasileiro, que as saídas também devem ser construídas pelo povo brasileiro. Só que, historicamente, vivemos nesses quatro anos um momento em que, artificialmente, não havia crise. Digo artificialmente pelo fato de que nós, da Oposição, já dizíamos - e o Deputado Aloizio Mercadante também, como tantos outros economistas de oposição diziam - que, se continuássemos com aquele mesmo processo, iria dar no que deu. Éramos chamados de apocalipses do caos, éramos chamados de aqueles que defendiam o quanto - pior - melhor para podermos ter alguma vantagem eleitoral. Não era. Então, durante aquele processo em que havia um sucesso artificial, ele era creditado ao Governo, ao Presidente da República. É muito fácil vir agora para a sociedade e querer dividir as responsabilidades dos erros, quando não se foi capaz de construir a divisão dos acertos. Diria que o verdadeiro líder é aquele que é capaz de dividir o sucesso pelos feitos realizados. Isso, infelizmente, na cultura brasileira, nós não temos. Temos a cultura do heroísmo, infelizmente.

Um outro aspecto que penso ser importante colocarmos na mesa é que, se pegarmos as saídas, muitas vezes cada um quer ver a resposta ser dada em um outro lugar. Se perguntássemos aqui quem é a favor da moralização, todo mundo diria que é a favor da moralização. Quem é a favor de acabar com os cortes injustificáveis? Todos nós somos a favor de cortar aqueles gastos que são injustificáveis. No entanto, quando vamos para a micropolítica, aquela que se relaciona com a vida dos indivíduos, nós não temos a mesma facilidade. Por exemplo, estamos assumindo agora Estados em profunda crise. Sou de um Estado que depende em 96% de repasses da União. Se fizermos um esforço para melhorar as condições de operar do Estado, muitos são a favor que isso ocorra. No entanto, quando você vai concretizar efetivamente, na realidade social de cada um dos cidadãos, as pessoas geralmente pensam assim: bem, moralização é lá no setor do outro companheiro. Um esforço maior no atendimento do serviço público lá em outro canto. Aqui em meu departamento, não.

Então, pensar a crise é também pensar a crise dos valores que estamos vivendo. Agora, se isso não for um exemplo que vem de cima - porque a sociedade não acredita mais naqueles que estão operando as instituições -, é lamentável imaginarmos que, há três ou quatro meses, este País estava bem, estava ótimo, não havia crise cambial, não tinha nenhuma possibilidade de voltar a inflação, a não ser que ganhassem aqueles que eram considerados os paladinos do caos. Não ganharam os paladinos do caos, como foram chamados pejorativamente pelos defensores da continuidade da política econômica; no entanto, a crise está posta. Diria que, neste momento, nós, da Oposição, e todos aqueles que querem uma saída para este País, concluindo, devemos buscar esse caminho também reinventando as relações na política. Reinventar as relações na política é saber que qualquer resposta não virá apenas dos partidos, não virá apenas dos políticos, virá também das forças vivas da sociedade, que tem uma grande contribuição a oferecer neste momento. (- Palmas.)

O Senador José Alencar - Sr. Presidente, quero cumprimentar todos da Mesa, na pessoa da nossa querida colega Senadora Marina Silva. Cumprimento todos os Deputados, Vereadoras aqui presentes, meus amigos.

Não pretendia participar do debate, mas o tema é tão importante que, estando aqui, não poderia deixar de tecer algumas considerações.

Estamos vivendo problemas sérios no Brasil, e esses problemas estão afetando grandemente o campo social. Daí a razão pela qual todos nós precisamos estar atentos para que essa crise não se aprofunde.

Minhas primeiras palavras são de congratulação com o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Anderson Adauto, pela realização deste encontro de alta significação. Encontros como este têm que continuar acontecendo pelo País, porque a sociedade precisa trazer à tona suas preocupações com o quadro político, social e econômico, que se agrava a cada dia.

Os problemas brasileiros estão diretamente ligados a dois fatores que são essenciais para os homens públicos. O primeiro deles é o sentimento nacional, e, além do sentimento nacional, a sensibilidade social. Tem faltado isso ao nosso Governo. Nosso Governo não se preocupa com o sentimento nacional, não se preocupa com o patriotismo; aliás, nacionalismo é algo fora de moda no Brasil. As pessoas que o defendem são denominadas "dinossauros", pois se agarram ao que é arcaico e inexistente. Com essa postura, estamos entregando e empobrecendo o Brasil e, em consequência, empobrecendo o seu povo. Isso não pode continuar.

Por isso é que é de grande significação que, em todas as esferas, nos sentemos em torno de uma mesa para estudar saídas e buscar um novo pacto federativo, que premie a economia, a política, o social e até o cultural. O Brasil precisa, também, renascer culturalmente. Estamos vivendo uma verdadeira perplexidade cultural. (- Palmas.) Isso não pode continuar.

O importante a considerar no pacto federativo são, como disse o Prof. Baracho, as desigualdades regionais, o Brasil é um continente, e o pacto federativo deve respeitá-las.

Outro ponto que o pacto federativo deve levar em conta é um novo sistema tributário que contemple, de forma equânime, os Estados e os municípios. A distribuição das responsabilidades terá de vir acompanhada da distribuição da receita de forma correta para Estados e municípios.

Não temos outra saída senão retomar o crescimento. Não podemos continuar vivendo com taxas de juros que liquidam a economia brasileira. E, aqui, vale lembrar que economia não é um fim em si; economia é meio para o alcance dos objetivos sociais. Precisamos de uma economia forte, próspera e independente, para que possamos alcançar os objetivos sociais. No entanto, estamos enfraquecendo nossa economia a cada dia e, dessa forma, vamos acabar de entregar o que temos aos que não são daqui.

Precisamos de brasileiros com compromisso com o que chamamos de Brasil com "s", porque os homens que estão à frente das questões econômicas brasileiras não estão assim compromissados. Terminam seus mandatos, quer seja no Ministério da Fazenda, quer seja na Presidência do Banco Central, quer seja em outro cargo importante para as finanças nacionais, e se voltam para o "Brasil" com "z", esquecendo-se de que o Brasil com "s" é a produção agrícola, é a produção industrial, é o emprego para todos. Só assim será possível construir um país mais justo para nossa sociedade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Pergunta feita por estudantes de Administração Pública da Fundação João Pinheiro, dirigida à Sra. Aspásia Camargo: "Como a Nação brasileira pode alcançar o federalismo democrático se a nossa sociedade é regida pelo interesse econômico das elites? Essa tentativa não resultaria novamente em um federalismo oligárquico?"

A Sra. Aspásia Camargo - Acho que esse é o grande desafio, e todos os expositores presentes estão de acordo em que temos de dar um toque de democracia nesse federalismo que aí está. De democracia, de responsabilidade, de gerenciamento e de bom-senso. Como vimos, a situação de boa parte das unidades federadas é inviável. É isso que torna o problema da distribuição da renda tão delicado.

Na verdade, tudo isso deve passar pela mediação do Governo Federal. Sozinhas, essas entidades não conseguem sobreviver. É lógico que o Governo Federal pode planejar isso. Ele vai planejar, resolvendo várias coisas ao mesmo tempo. Em primeiro lugar, retomando o desenvolvimento e dando atenção especial às microrregiões estratégicas do País que já estão preparadas para esse desenvolvimento, porque muita coisa foi feita pelos Governos Estaduais, pelos municípios, pela iniciativa da sociedade.

É a partir daí que devemos montar os Conselhos de Desenvolvimento Local Integrado e sustentável para desencadear esse novo processo de desenvolvimento. Sem sociedade civil organizada é repetir todo o passado que queremos superar e esquecer.

Precisamos da sociedade civil, precisamos da iniciativa dos empresários juntos para pensar esse planejamento estratégico participativo. Isso é a base do art. 43 da Constituição Federal, que determina exatamente que as regiões deste País recebam atenção especial do planejamento. Dessa vez, a meu ver, não através desses organismos regionais, que estão absolutamente viciados, mas, sim, através de um planejamento que terá data para começar e para terminar.

É lógico que devemos prestar atenção a esse processo, porque é aí que redistribuiremos a renda. É lógico, por exemplo, que uma região como o Vale do Jequitinhonha precisa de um tratamento especial. Se dermos um tratamento especial ao Vale do Jequitinhonha, talvez não precisaremos de usar tantos mecanismos de distorção em outros lugares para distribuir merendas, às vezes até em entidades federadas que são perfeitamente capazes de se auto-sustentar.

É lógico que estou tocando em pontos sensíveis. Imagine se abrissemos hoje - acho que isso é impossível - uma questão como essa, da merenda escolar, que, aliás, não se descentraliza nunca, como também o SUS não se descentraliza, porque falta essa preocupação com o princípio da subsidiariedade. O Dr. Baracho é competantíssimo autor de um livro que todos nós devemos ler, a respeito desse tema.

Esse princípio da subsidiariedade, que vem da "Rerum Novarum" e que é hoje adotado pela Constituição alemã, diz exatamente isto: A sociedade civil tem prioridade sobre o Estado. Os municípios têm prioridade sobre as demais unidades federadas, e cada uma dessas entidades, de baixo para cima, deve assumir o seu papel. O Governo Federal tem de planejar, coordenar, controlar com a ajuda da sociedade. Sem a sociedade, cairemos nos velhos vícios da República Velha, os quais não queremos, definitivamente, repetir.

O Sr. Presidente - Pergunta formulada ao Prof. Baracho por Maria Lúcia Costa: "Como V. Sa. vê a atuação do Supremo Tribunal Federal em defesa da Constituição? Ele poderia agir mais? Há coerência em suas decisões?"

O Sr. José Alfredo de Oliveira Baracho - O Supremo Tribunal Federal precisa assumir, no Brasil, uma posição de corte constitucional. O que notamos, comparando o Supremo Tribunal Federal com a Suprema Corte dos Estados Unidos e os tribunais constitucionais europeus, é que eles têm muito mais criatividade no desenvolvimento dos novos direitos e, além disso, uma independência muito maior frente aos outros Poderes, principalmente o Executivo.

A própria forma de indicação de Ministro do Supremo deve ser mudada. Nas cortes constitucionais européias, existe uma tripartição: três são indicados, por exemplo, pelo parlamento; três, pelo Conselho da Magistratura, e três são indicados pelo governo. E nisso o Senado tem grande culpa, porque ele não recusa nenhum nome. Ex-Ministros da Justiça vão sempre ser Ministros do Supremo. É uma grave condição, que ocorre no Brasil. Nos Estados Unidos, faz-se uma verdadeira devassa na vida dos Ministros que vão para o

Supremo. Aqui, no Brasil, não há caso de recusa de Ministro do Supremo. É um controle político que o Senado tem e que utiliza de qualquer maneira. A pessoa vai para o Senado, volta para o Senado, etc.

É preciso um Poder Judiciário independente e criativo na sua jurisprudência. A jurisprudência constitucional brasileira é fraca, se a compararmos com a grandiosidade das cortes constitucionais européias, onde os direitos são discutidos com a maior precisão, com as maiores garantias para os direitos fundamentais e sociais. Precisamos de uma reforma profunda do Poder Judiciário. E essa reforma advém da criação de uma corte constitucional. Na elaboração, tanto do Projeto Afonso Arinos quanto, posteriormente, dos projetos que deram origem à Constituição atual, discutia-se a criação de uma corte constitucional, porque ela fica acima dos Poderes. E todos os três Poderes participam efetivamente na sua criação.

Há necessidade de uma reflexão sobre o Poder Judiciário e de observarmos os tantos modelos das cortes constitucionais européias, que estão decidindo de uma maneira magnífica com relação aos grandes direitos que estão surgindo hoje. Elas falam na dignidade humana, nos direitos fundamentais, nas questões referentes aos direitos não escritos, porque, por mais ampla que seja a Constituição, ela é incapaz de contemplar todos os direitos que estão surgindo: meio ambiente, direitos difusos, bioética. Então, há necessidade de uma reformulação profunda, inclusive trabalhando com a idéia da criação de uma corte constitucional no seu verdadeiro sentido. (- Palmas.)

O Deputado Federal João Batista Araújo - Inicialmente, gostaria de saudar o povo mineiro nessa batalha que vem travando. Todos sabem da divergência que temos com o Governador deste Estado, mas neste momento ele vem tomando uma posição de confronto com o Governo Fernando Henrique Cardoso, o que é fundamental para os trabalhadores mineiros, que poderiam estar sendo vítimas, com relação ao pagamento de seus salários, demissões, etc.

O que eu queria dizer aqui é que o País está atravessando uma situação muito grave, e eu gostaria de chamar a atenção de Prefeitos e Governadores, inclusive do meu partido. Quando o Menem assumiu seu segundo mandato na Argentina e empurrou para os Estados a crise, a população desses Estados não foi a Buenos Aires protestar contra ele. Protestaram em seus próprios Estados, e um deles foi Santiago del Estero, onde os servidores públicos, com seus salários atrasados há cinco meses, saíram às ruas, tocaram fogo no Palácio do Governo, na Assembléia Legislativa, na casa do Governador, na Câmara Municipal e na casa de várias autoridades municipais e estaduais. Queremos chamar a atenção para essa situação, assim como para a de vários Governadores do meu próprio partido, como os companheiros do Acre e do Mato Grosso do Sul, que estão com o pagamento dos salários dos funcionários atrasado, pois isso é muito grave. E gostaria de lembrar que, quando a Executiva do PT estabeleceu que os seus Governadores não fossem à Granja do Torto, porque de lá poderiam sair tortos, isso ocorreu porque existe um problema. O Fernando Henrique, o Malan e o Presidente do Banco Central, agora mesmo, estão viajando para dizer, no exterior, que aqui está tudo tranqüilo, que o Presidente assumiu o controle e que eles podem novamente conceder empréstimos, porque o Governo brasileiro dará condições para o pagamento. Acho que isso é um problema, porque Estados importantes, como o Rio Grande do Sul, acabam deixando o Governo de Minas isolado nesse processo, como Fernando Henrique queria.

Sabemos das diversidades dos Estados, mas, se há uma coisa que os unifica, é o fato de todos estarem em crise. Esse é um problema seriíssimo. Não dá mais para aceitar fatos que ocorrem em Estados como o meu, o Pará, onde a Vale do Rio Doce - que também tem grande atuação neste Estado e foi privatizada por R\$3.300.000.000,00 - pagava R\$7.000.000,00 de imposto por mês e tenha passado, depois da Lei Kandir, a pagar R\$150.000,00 ao Estado. Depois desse lucro bilionário, ainda recebeu da SUDAN o incentivo zero do imposto de renda. Isso é um escândalo, um absurdo para com os trabalhadores. Essa dívida interna e externa é impagável. Temos que cair na real, porque ela é impagável.

Gostaria de concluir dizendo que precisaríamos ter - com 220 bilhões da dívida externa mais 320 bilhões da dívida interna - 200 Companhias Vale do Rio Doce para pagar essa dívida. Poderíamos somar todo o patrimônio estatal e não conseguiríamos pagar nem os juros dela. Isso está levando à insolvência os municípios e os Estados. É por isso que é importante fortalecer o pólo de oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso, porque ele, agora, está jogando mais solto, para pressionar o Estado de Minas Gerais e, ao mesmo tempo, o Rio Grande do Sul, uma vez que o acordo e o diálogo do Fernando Henrique estão baseados no fato de que as regras do Fundo Monetário Internacional sejam seguidas por todos os Estados. Esse é o diálogo de Fernando Henrique Cardoso. Acho que ele é prejudicial para nós e, muito mais, para os trabalhadores. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis - Tenho dois questionamentos a fazer e, com todo o respeito a todos os membros da Mesa, gostaria de fazê-los ao Senador Roberto Requião, porque admiro a maneira lúcida, corajosa e atrevida com que aborda os assuntos. Estamos com o nosso discurso atualizado. Dizemos que aceitamos, sim, uma comunidade global, fraterna e solidária, mas não aceitamos o imperialismo global. E, como tal, não podemos aceitar a imposição dos países poderosos, cujas bandeiras, americanas ou inglesas, tremulam em seus territórios por todos os cantos, numa visível demonstração de patriotismo. Não podemos deixar que eles sufoquem o nosso patriotismo, o patriotismo dos nossos Estados, e que os países pobres do Terceiro Mundo sejam massacrados.

Assim, gostaria de fazer uma provocação ao Senador: ele não acha que, no bojo de todas essas colocações, no Senado, também não poderíamos continuar levantando o tema da bomba atômica, já levantado por uma pessoa tida como radical de direita, mas, na verdade, sem a qual não teremos soberania nacional? Se o Brasil é signatário de tratados, tratados esses que muitos não cumprem em relação a nós, que os joguemos na lata de lixo e pensemos em construir uma bomba atômica, porque, sem ela, não há soberania nacional.

Segunda colocação, Senador: Fomos Prefeitos de uma pequena cidade deste Estado e, na época, implementamos a Constituição de 1988. Construímos uma previdência municipal e o fizemos de maneira lúcida, colocando aquelas pessoas que contribuíram durante 15 anos ou mais para o INSS num quadro suplementar, pois elas deveriam se aposentar pelo INSS. O problema maior foi que, durante a implementação desse processo, vieram os conferencistas, que tudo preconizaram, mas, na hora da implementação, apareceram as barreiras. E, assim, tivemos essas barreiras, mas conseguimos que várias pessoas se aposentassem pelo INSS sem que a previdência municipal fosse onerada. E hoje vem o Governo impor normas, quando sabemos que há um grande número de municípios que têm previdências municipais seguras e estabilizadas e que vão ser extintas com a nova legislação federal, porque têm menos de mil contribuintes. Pergunto a V. Exa.: quais medidas o Congresso pode tomar para resolvermos essa mão dupla de direção da Previdência, em que o Governo impôs obrigações aos municípios e aos Estados e não deu a contrapartida. Muitos estão se aposentando por Estados e municípios, quando, na verdade, contribuíram para o INSS. Eles estão onerando as previdências municipais e estaduais.

O Senador Roberto Requião - Entre a pomba e a bomba, sou mais a pomba da paz. (Palmas) A construção do artefato nuclear em si não significa grande coisa. Hoje, a bomba atômica depende do meio que a transporta. E a tecnologia da guerra nas estrelas, dos foguetes, das interceptações está um pouco longe do Brasil. Não me atrai muito a soberania afirmada pelo poder militar. Essa é a soberania americana no mundo, hoje, que emite papel pintado, e o papel pintado compra petróleo, e o petróleo é garantido pelas forças armadas dos países árabes. E, em cada barril, temos embutido US\$100,00 de custo militar. Essa soberania pela força está um pouco longe da capacidade tecnológica de um país como o Brasil. E acho que a belicosidade deve ser mantida no terreno das idéias, das políticas sociais. Não simpatizo com investimentos para desenvolvimento de tecnologia nuclear. Até porque a primeira experiência foi feita em Itorna, em Angra dos Reis. E itorna, em tupi-guarani, significa pedra podre. Temos uma usina nuclear construída em cima de uma área que até os índios sabiam não ser muito estável, que pode se mexer de uma hora para outra e contaminar uma região enorme do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto à Previdência, perdoe-me a sinceridade, sou um especialista no assunto, estudei bastante, criei um fundo de previdência no Paraná e não acredito em fundo de previdência municipal com mil mutuários. Qualquer cálculo atuarial detona isso mais adiante e o município vai ter que pagar. Se tivéssemos, conforme a sugestão da Aspásia Camargo, consórcio de municípios, poderíamos ter previdências municipais. Mas uma previdência de mil mutuários não resiste a nenhum cálculo atuarial. Ela vai explodir mais na frente. Ninguém recebe, e o município quebra. Acho que temos de mexer nisso. Por outro lado, sou 100% a favor da previdência pública que garanta uma aposentadoria razoável, decente. Não concordo com essa história de reduções, de cortes, de cobranças, porque você entra na previdência como compra um carro. Imagine que você compre um Fiat em Betim, em 30 prestações. Quando você chegar na 29ª, o consórcio chega para você e diz que teve alguns problemas e que você terá que pagar mais 30 prestações para receber o carro. Você terminou a sua contraprestação contratual e tem que receber o bem. Assim funciona o sistema previdenciário. Mas não acredito em previdências pequenas e acho que a história da bomba atômica podemos deixar para os Estados Unidos, para a Rússia. Também a Índia parece que tem uma. Até porque essa bomba pode explodir no nosso pé.

A Deputada Maria Tereza Lara - Estive, neste fim de semana, em algumas cidades do Sul de Minas. Pudemos perceber que, de fato, as lideranças populares estão discutindo a moratória e a crise. Enquanto isso a moratória, colocada em Minas Gerais pelo Governador Itamar Franco, está cumprindo um papel importante, fazendo com que o povo desvende um problema grave, que é a crise nacional que está sendo ocasionada pelo projeto neoliberal, consequência do projeto econômico de Fernando Henrique Cardoso. Outra questão importante é que o povo está discutindo a crise, mas tem como maior ansiedade o "como sair dessa crise?".

O Deputado Aloizio já falou sobre a mobilização popular e a participação. Gostaria que ele enfocasse mais essa questão, porque o povo mineiro está ansioso e acredita que possamos sair dessa crise, embora não a curto prazo.

Outro problema sério é que o Partido dos Trabalhadores sempre foi radicalmente contra o projeto neoliberal e, em consequência, contra o projeto econômico de Fernando Henrique, que privilegia o dinheiro em detrimento dos trabalhadores. Ele coloca em primeiro lugar e como privilégio o capital. Sabemos também que o nosso partido tem uma proposta

alternativa, já que não adianta somente sermos contrário, é preciso apresentar alternativas. Sabemos que em 3 minutos é impossível, mas gostaríamos de dar uma "pincelada" sobre algum aspecto mais importante do projeto democrático popular, que se contrapõe radicalmente ao projeto neoliberal. (- Palmas.)

O Deputado Federal Aloizio Mercadante - Essa questão é muito importante e exige um outro tema de seminário. Quem sabe no próximo Minas possa propor modelos alternativos de desenvolvimento, para discutirmos mais, além do pacto federativo?

Quais as diretrizes básicas? Em primeiro lugar, o Brasil está num estado de emergência econômica, e a primeira tarefa é enfrentarmos a crise cambial. Pensamos que esse enfrentamento não pode se dar nos marcos de aprofundamento da dependência do capital especulativo e das concessões. Mesmo porque todas as concessões que o Governo podia fazer ele já fez. E deu nessa crise a que estamos assistindo. Nossa visão é outra.

Defendemos, para a entrada do capital externo, o princípio da quarentena. Ou seja, o capital, quando entra no País, tem de ficar pelo menos um período aqui. Não nos interessa esse capital volátil, especulativo, "motel", como chamei aqui. Não podemos construir uma política econômica baseada nesse tipo de princípio.

Em segundo lugar, defendíamos a centralização do câmbio nessa crise, quando o Brasil ainda tinha US\$70.000.000.000,00 de reservas e se desenhava exatamente esse processo a que assistíamos, uma crise cambial de grande magnitude, com a fuga de US\$48.500.000.000,00 em quase cinco meses, que foi na moratória da Rússia. O que é a centralização do câmbio? É o contingenciamento em todos os compromissos. Ou seja, tudo que você tem de compromisso em relação à dívida externa, à remessa de lucro e pagamento de "royalties", você diz: só pago em função das minhas possibilidades, até que o quadro internacional se normalize. Então, é mais amplo que o problema da dívida externa, porque a centralização do câmbio intervém na remessa de lucro, no pagamento de "royalties" e em todos os outros compromissos. Essa é, inclusive, uma sugestão que economistas de renome vêm fazendo para esta crise, em detrimento da política que o Fundo vem estabelecendo.

A questão do câmbio precisa estar associada a um outro problema fundamental, que é o Brasil definir algumas metas de desenvolvimento que possam priorizar a produção. Por exemplo, a agricultura brasileira. Não há nada que justifique o Brasil estar, há quatro anos, diminuindo sua safra agrícola, quando nesse mesmo período a Argentina passou de 42.000.000t de grãos para 68.000.000t. O Brasil caiu de 81t para 75t. Queremos, pelo menos, uma safra de 100.000.000t. Diria que, em cinco anos, podemos chegar, tranquilamente, a uma safra de 120.000.000t de grãos. Para isso, é preciso quadruplicar a produção de calcário, dobrar a produção de fertilizantes, ter uma política de reforma agrária de apoio à pequena agricultura familiar, que é uma forma de diminuir a crise dos grandes centros urbanos e desemprego. Vejam. Feijão, são 70 dias para colher. Milho, são 4 meses. Quer dizer, não tem sentido importarmos feijão, milho, algodão, coco, cacau, enquanto temos terra, condições e instrumentos para plantar. Assim, estaríamos gerando divisas, gerando empregos e barateando o custo de vida e a cesta básica. A agricultura é uma resposta rápida que deveria ter uma importância muito grande neste momento. Junto com ela, a construção civil, a habitação popular é uma forma de gerar muito emprego e, pelo menos, 1 milhão de casas populares.

Com essa nova desvalorização da moeda, recupera-se a capacidade de gerar divisas e emprego através do turismo. No fundo, o que queremos é criar um amplo mercado de consumo de massas. Quer dizer, o centro do novo modelo de desenvolvimento tem que ser o combate à exclusão social. Não é possível este País olhar os meninos de rua, as crianças fora da escola e essa multidão de desempregados como se isso não devesse ser o objetivo central de uma nova política econômica. Por isso, o FMI e a recessão não são a saída, não foram no passado e nem neste momento da história do Brasil.

O Sr. Presidente - A Presidência informa que, devido ao grande número de perguntas formuladas, não foi possível repassá-las aos membros da Mesa. Informa, ainda, que a ata desta reunião será publicada no órgão oficial dos Poderes do Estado, no "Diário do Legislativo", no dia 24 de março.

Entraremos agora na fase final dos nossos trabalhos, e a Presidência concederá a palavra, por até 3 minutos, a cada um dos membros da Mesa para que façam as suas considerações finais. Iniciaremos pela Profa. Aspásia Camargo.

A Sra. Aspásia Camargo - Acho que já chegou o momento de associar a proposta que foi feita aqui pelo Aloizio Mercadante à idéia do pacto federativo. Desenvolver as regiões significa definir vocações. Vocações que estão aí claramente postas: agricultura, turismo, ecoturismo, que é muito importante, e indústria cultural. São coisas viáveis. Podemos fazer pólos de artesanato, de serviços, etc. Ainda temos a biotecnologia. Gostaria, até, de fazer uma homenagem à Senadora Marina porque vimos, pelo "Jornal Nacional", que os Estados Unidos estão faturando US\$4.000.000.000,00 com a nossa biodiversidade, fazendo remédios com plantas e ervas medicinais, e 30% do mercado americano hoje estão utilizando a medicina alternativa. Por que não fazemos a mesma coisa? Por que não usar o cinema, a indústria da comunicação como carro-chefe da nossa produção e da nossa exportação? Evidentemente, temos que ter engenheiros de produção e economistas de produção. Estamos um pouco saturados da macroeconomia, que tem lá o seu lugar, mas não podemos relegar a produção. Em segundo lugar, temos de ter um pacto político. Estamos aqui com Senadores ilustres, importantíssimos, que podem transformar o Senado no lugar desse pacto, porque sem a coordenação do Senado Federal não vamos conseguir chegar a nenhum lugar. Os Senadores têm um trabalho imenso como agentes de uma câmara revisora, repetindo todas as funções da Câmara de Deputados, quando poderiam se voltar, cada vez mais, para as implicações das leis do ponto de vista da Federação, inclusive resolvendo os problemas que colocamos aqui, da fragilidade de muitos Estados e municípios brasileiros.

O STF tem que ser o órgão da estratégia, o órgão da abertura dos caminhos jurídicos para resolver esse problema. Ele não pode ser também o despachante de assuntos que não foram resolvidos no andar de baixo.

Outro ponto importante é, realmente, a distribuição de competência. Temos, de certa maneira, que casar direitos, responsabilidades e atribuições com responsabilidades e recursos. É simplesmente isso. Se pudéssemos resumir o que significa o pacto, seria isso: direitos e atribuições de um lado e responsabilidade e recursos do outro. É evidente que tudo isso tem que caminhar no sentido de fazer o País sair desse impasse e realmente procurar o caminho desse novo modelo de desenvolvimento para o qual a Federação tem uma grande contribuição, que é a equalização da renda neste País. E não vamos equalizar renda e produzir igualdade social se não levamos em conta que a maior fonte de desigualdade social no País são as diferenças profundas, econômicas, a fragilidade de infra-estrutura, a carência de recursos humanos, tudo isso distribuído na espacialidade brasileira. Muito obrigada.

O Senador José Alencar - Sr. Presidente, senhoras e senhores, quando participamos de reuniões como esta, costumamos fazer uma pergunta a nós mesmos: por que será que o Brasil, país tão rico de recursos naturais, de recursos humanos, porque o brasileiro é trabalhador, é bom, é inteligente, é honesto, é versátil, por que este País grandioso que temos, com esta extensão territorial, estas bacias hidrográficas, este subsolo que é até desconhecido, com solo fértil, clima agradável, muito sol, uma beleza de país, está sempre às voltas com problemas sérios como este, do endividamento interno, externo, de chapéu na mão? Por que será que nós, que possuímos este País, este povo, estamos nesta situação? Costumo dizer, respondendo a essas perguntas a mim mesmo, que, entre outros fatores, há um fator muito importante, que é a ausência de cultura negocial no trato da coisa pública. Falta cultura negocial. E o que é isso? O nosso Itamaraty, o nosso Ministério das Relações Exteriores possuem princípios consagrados e intocáveis, como, por exemplo, o princípio da autodeterminação, o princípio da não-intervenção. Precisamos abraçar, entre outros, um outro princípio, que é o de que pouco valem as boas relações diplomáticas que não redundem em boas relações comerciais para o País. Seria imitar o que nos ensinam os outros países, especialmente o Grupo dos Sete, que têm, em cada embaixada, em cada consulado, um posto avançado de defesa de seus interesses comerciais. O Brasil tem feito péssimos negócios e, fazendo péssimos negócios, vai empobrecendo este país riquíssimo. Por exemplo, a transação com o contrabando. Não é preciso que cheguemos do interior para demonstrar isso, não. A televisão tem mostrado até mesmo armas e munições que passam pela ponte, chamada da Amizade, armamento este que está nas mãos do crime, nas grandes metrópoles. Essa é uma atividade fora da lei. É fácil combater isso, que é um péssimo negócio para o País. Há outros itens importantes de contrabando, que matam a economia nacional. Há incoerência também das autoridades fazendárias. Houve um momento em que foram concedidos às montadoras brasileiras 70% de proteção aduaneira, para proteger a produção nacional. Só que deram 2% de proteção aduaneira, no mesmo período, para a indústria de autopeças, que é a verdadeira indústria automobilística brasileira. Diziram a indústria de autopeças. As grandes fábricas já foram desnacionalizadas, e as pequenas entraram em grande dificuldade. Fizemos outros maus negócios. Temos, por exemplo, taxas de juros que são um péssimo negócio.

Este é outro fator de empobrecimento. Basta fazer um cálculo aritmético, simples, para os que defendem a idéia, porque não temos informação segura, porque a dívida pública interna já alcançou US\$4.000.000.000,00. Não é com essa taxa de juros de 45%, que fica inviável. Basta uma taxa de 20% ao ano para mostrar que ela é absolutamente despropositada e insuportável. E não temos como pagá-la. E todo o problema da dívida de quase todos os Estados da Federação, para não dizer de todos, foi construído com essas taxas de juros.

Temos instrumentos valiosos de fomento para fazer com que haja maior produção agrícola. O Banco do Brasil é instrumento raro, e ele não está sendo aproveitado. É um grande instrumento, mas é como aquele ditado antigo: "dente bom na boca do cachorro." Não estamos aproveitando o Banco do Brasil para fomentar nossa agricultura. Estamos vendo maus negócios, como vimos agora o Banco do Brasil vendendo, por ordem do Banco Central, dólar na bolsa de mercadorias e futuros. Meu Deus do céu, um rapaz do Banco do Brasil, muito preparado para cuidar das questões administrativas do Banco, vender dólar no mercado futuro para os espertos do mercado internacional. Há pouco, condenamos isso na tribuna do Senado. Vimos, dois ou três dias depois, um dos jornais nacionais publicando que alguns Bancos que compraram esses dólares na bolsa de mercadorias e futuros do Banco

do Brasil ganharam oito vezes o seu lucro no ano de 1998. Isso em um dia, então essas coisas não podem continuar. Estamos empobrecendo num país rico e de povo bom, isso pelos maus negócios. Não estamos tendo cultura negocial para administrar a coisa pública.

O Senador Roberto Requião - Presidente Adauto, vamos encerrando esse debate de fracassomaníacos e neobobos, na linguagem do Presidente da República. Vocês lembram que alguns meses atrás se dizia que o Brasil tinha tomado todas as providências e se ridicularizava, quando diziam que éramos a bola da vez. Economistas como Jeffrey Sacks eram anátemas para as autoridades econômicas brasileiras. Mas o desastre veio. Plantávamos 8 milhões de toneladas de trigo, colhíamos 8 milhões de toneladas de trigo e consumíamos 8 milhões de toneladas de trigo. Trigo é com o Paraná. Ele produz de 60% a 70% do trigo brasileiro, e a produção caiu para menos de 2%, nós importamos 7%, e sobrou 1%, porque se plantamos 2%, importamos 7%, temos 9% e consumimos 8%, sobrou na mão dos agricultores brasileiros 1%, porque os argentinos nos vendiam trigo com prazo de um ano e juros de 6% ao ano. Éramos os primeiros exportadores de algodão do mundo, e hoje somos o quarto importador. O trigo já não vem só da Argentina, o Governo liberou a importação dos Estados Unidos e do Canadá, a agricultura está sendo arrasada, a participação do produto industrial bruto, o PIB brasileiro na década passada era de 44% e hoje cai para 23%, e se pretende uma redução de 8%. A coisa realmente não vai bem.

Mas é claro que existem outros caminhos, com a devida redução sociológica, e peço vênia para usar o termo, em homenagem a nosso velho guerreiro Ramos. Com a devida redução sociológica, o Brasil precisa restabelecer a confiança no trabalho e precisa gerar possibilidade de trabalho, principalmente para as populações mais pobres e sem qualificação profissional. Propõe-se reciclagem da mão-de-obra, mas demitiram-se, só no setor de autopeças, cerca de 167 mil trabalhadores. Trabalhadores do setor metal-mecânico de São Paulo são os mais avançados trabalhadores do Brasil; figuram entre os mais avançados do mundo, devem ser reciclados para quê? Para se transformarem em vendedores de cachorros-quentes, bóias-frias no interior? É evidente que existem outros caminhos. Quero lembrar um projeto que precisa ser visto pelas lentes da redução sociológica, que é o Projeto "New Deal", o novo pacto de Franklin Delano Roosevelt. Ele, em suas conversas ao pé do fogo com a população norte-americana, tinha duas idéias. Uma era: "Se as cidades queimarem, os campos se levantarão e reconstruirão as cidades; mas, se os campos queimarem, as cidades morrerão de fome". A segunda: "Em cada panela, uma galinha; em cada propriedade, um poste de energia elétrica". Ele não era um nostálgico da vida rural, mas sabia, como expunha agora há pouco o Mercadante, a velocidade com que a agroindústria dá resposta a estímulos públicos. Não quero dizer a vocês, porque isso nem ocorreu dessa forma nos Estados Unidos, que o Brasil vai se levantar com uma regressão, baseada na produção e na agroindustrialização. Mas isso levanta o moral do povo, restabelece a confiança na possibilidade de sobrevivência pelo trabalho e faz com que retorne o círculo virtuoso da produção.

O agricultor capitalizado imediatamente melhora a sua vida, consome um sapato, uma roupa, uma ordenadora mecânica, um trator, um triturador de grãos. Ele vai ao comércio, o comércio esvazia suas prateleiras, faz encomendas à indústria, e a indústria recupera sua capacidade ociosa. Adiante contrata mais operários e restabelece-se o círculo virtuoso da produção. Cada operário contratado é um novo consumidor. É evidente que essa não é uma proposta tola e nostálgica de quem acredita que vamos nos transformar num País apóstoril, mas é o que se pode fazer no momento: reforma agrícola, reforma agrária, investimentos pesados em agroindustrialização e, sem a menor sombra de dúvida, o reingresso do País no processo de produção de ciência e tecnologia. O que, no entanto, é muito difícil de ocorrer enquanto a lei de patentes continuar valendo, porque ela nos assegura uma subordinação quase definitiva.

O Ciro Gomes assinou, em Ouro Preto, o famoso protocolo que deu uma sobrevida extraordinária à Argentina, mas que nos deixou em dificuldades bem concretas. Um pouco antes de eu assumir o Senado da República, os Senadores - se não me engano, apenas oito deles -, diante de protestos veementes do Senador Josafá Marinho, aprovaram o texto do GAP, que sequer tinha sido traduzido para o português. Os Senadores que votaram o texto do GAP não falavam o francês, língua oficial da rodada do Uruguai. Aprovaram o que não conheciam, votaram no que não interessava ao País, e assim tem sido conduzida a política brasileira. Temos sempre uma emergência: ou o Congresso vota isso imediatamente ou a crise se estabelece no Brasil. O Fernando Henrique falou: Ou é agora ou amanhã será o caos. Temos de parar o Fernando Henrique. (- Palmas.) Fernando Henrique tem de ser contido. A continuidade da aplicação das receitas do FMI aprofundam a crise, e a entaladela fica cada vez mais complicada, e cada vez será mais difícil para nós, brasileiros, sairmos desta confusão. O meu apelo é mais modesto do que um pedido de renúncia. Fernando Henrique, ou mude ou nos deixe.

A Senadora Marina Silva - Senhores da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, estava pensando aqui no que foi dito, anteriormente, com relação ao fato de termos uma cultura que faz com que nos Estados e municípios se processem interesses que nem sempre atendem aos interesses do País. Acho que foi a Dra. Aspásia que falou sobre os interesses oligárquicos. Li, há algum tempo, uma entrevista na "Veja"; não me lembro, agora, do nome da pessoa que deu a entrevista, mas ele dizia que o grande problema da Nação brasileira não é a elite, é a falta da elite. Nós não temos uma elite, temos uma oligarquia, porque a elite é capaz de pensar estrategicamente, de conceber, é capaz de se colocar dentro de uma situação de crise, abrindo espaço para que a crise se resolva, até concedendo os seus lucros, fazendo com que possa haver mais investimentos na educação, mais possibilidade de compra, para que o mercado volte a ser aquecido - uma série de concessões que uma elite, no bom sentido da palavra, é capaz de fazer. A oligarquia, não. A oligarquia quer o lucro fácil, quer a vantagem, a qualquer preço, da casa grande sobre a senzala. É essa cultura da elite faltoza e da oligarquia permanente, que quer o lucro a qualquer custo, às custas da senzala, que faz com que este País continue atravessando situações como esta. No momento desta dificuldade, para pensar sobre os processos políticos e os econômicos é necessário levar em conta os problemas locais.

Sou autora de uma lei que regulamenta o acesso aos recursos genéticos e biológicos da riqueza brasileira. O Brasil é o maior detentor de biodiversidade do planeta. Temos a maior reserva de água doce do planeta. Podemos dar um pequeno exemplo. Devido à ausência de uma lei que regulamenta o acesso aos nossos recursos naturais, eles são usados de forma indevida, garimpados, como foram o nosso ouro e a nossa prata. E os que fazem a garimpagem genética e biológica ganham milhões de dólares. Existe uma espécie de sapo na Amazônia que é utilizado histórica e milenarmente pelos índios da região. O suor dessa espécie de sapo produz uma substância que equivale à morfina. Um laboratório americano e um italiano produziram um remédio semelhante à morfina, sem seus efeitos colaterais. Esses laboratórios estão faturando US\$25.000.000,00. E os índios, que conheciam, milenarmente, esse segredo, estão pobres, completamente miseráveis no meio da mata. No entanto, a patente já foi registrada.

Se fôssemos capazes de pensar estrategicamente em relação a tudo, inclusive em relação aos nossos recursos naturais, teríamos outros investimentos na ciência e na tecnologia, na educação, em tudo o que é necessário para se tirar um país da crise. Não se tira um país da crise apenas com boa-vontade. Além da boa-vontade, é preciso que tenhamos possibilidades concretas. Sem educação, sem investimento em setores estratégicos não tem como falar em tirar o País da crise. E é o que vem ocorrendo. O Governo faz cortes na área social, o Governo faz todo tipo de corte naquilo que ele mesmo considera fundamental para que nosso Brasil bote o pé no Primeiro Mundo. Se isso não acontece, é porque prevalece a oligarquia e tratam a todos nós como se ainda estivéssemos na senzala. Mas isso não deve ser motivo de susto para nenhum de nós. Na Amazônia, observando o cumaru-de-ferro e todas aquelas árvores com 30m de altura, às vezes, com 2,20m de diâmetro, aprendi que a boa árvore não cresce em sossego, como diz o poeta. Quanto mais forte o vento, mais fortes são as árvores. Por isso tenho a certeza de que, mesmo com esses fortes ventos de crise, seremos capazes de nos fortalecer para construir as saídas de que o Brasil precisa.

O Deputado Federal Aloizio Mercadante - Quero encerrar a nossa participação neste evento que resgata o que tem de melhor no parlamento brasileiro, com esta audiência pública transparente, aberta e pluralista, discutindo o Brasil, seus problemas e alternativas, dizendo que acho que este Governo fragmentou o Brasil em três grandes pedaços. O primeiro pedaço é o Brasil que se integrou à globalização. Empresas se modernizaram. Uma parcela da elite tem acesso ao consumo global, a um padrão de consumo da elite de qualquer outro país: bebe o melhor vinho francês, come o melhor chocolate suíço, visita o Guggenheim e o MoMA, grandes museus de Nova Iorque. Dentro dessa elite, fundamentalmente, o sistema financeiro foi o mais privilegiado. A lógica da acumulação financeira foi a que predominou nesse Brasil que se integrou à globalização. Essa elite usufruiu desse cassino financeiro. Talvez o melhor momento para entender o que isso significa é voltarmos ao dia 12 de janeiro, um dia antes da desvalorização do real. Como denunciei da tribuna da Câmara, nove bancos alteraram sua posição de estar vendendo dólares para comprar mais de US\$1.000.000.000,00. E, só naquele momento, ganharam em torno de R\$800.000.000,00 na entrada do processo de desvalorização. O J. P. Morgan ganhou R\$500.000.000,00 no processo de desvalorização, em um único mês, sem financiar uma casa, um automóvel, um emprego; só no cassino financeiro globalizado.

Há um segundo Brasil que não é esse que se integrou, que é um Brasil que se desestruturou. É um Brasil que eu, como parlamentar, encontro todos os dias nas ruas, nas favelas, nos grandes centros, no rosto triste dos desempregados, nas crianças que perambulam pela rua cheirando cola e vendendo bala. Quer dizer, um Brasil dos desempregados, de tantos que eram empresários e que agora sequer têm uma categoria para entender o que é essa figura do sujeito que fechou a sua porta, que fechou o seu microcomércio, a sua microempresa, que saiu endividado, sem crédito na economia, sem lugar, inclusive, para ser reconhecido sociologicamente. Talvez essa seja uma grande contribuição do sociólogo ao Presidente, a categoria dos desempregados, que é uma nova categoria, que cresce com a velocidade da crise no Brasil. Então, há um segundo Brasil que se desarticulou, que se desintegrou, e cuja expressão mais dramática talvez seja essa multidão de desempregados.

Mas há um terceiro Brasil, que é um Brasil profundo. É um Brasil que tem a consciência da sua história. É um Brasil que tem a consciência do seu tamanho. É um Brasil que vem da tradição de momentos heróicos de uma luta popular, de uma luta de grandes lideranças, que fizeram deste País uma Nação em 177 anos. Acho que hoje estamos exatamente homenageando esse Brasil profundo. Eu, que vim a Minas hoje para abrir esse processo, essa campanha, sinto-me muito honrado com o lançamento dessa frente parlamentar. Gostaria de terminar dizendo que pretendo voltar logo. Espero voltar no dia 21 de abril, não mais para um ato fechado na Assembléia Legislativa, mas quem sabe para colocarmos caravanas do Estado inteiro, do Brasil inteiro, em Ouro Preto e dizer ali mesmo, onde nasceu Tiradentes, onde é o rito, é o marco de um momento fundamental da nossa história, um grito de liberdade em defesa do Brasil, do seu povo. Eu acho que é esse Brasil profundo que vai parar Fernando Henrique e esse projeto. É esse Brasil profundo que vai recompor e reconstruir esta Nação fantástica. E penso que é esse Brasil profundo que esteve presente hoje neste Plenário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que mais uma vez mostra que é vanguarda da história do País. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Deputado Miguel Martini - Creio que o quadro em que se encontra o País foi aqui hoje bem delineado. O calote eleitoral, quer dizer, os interesses do Presidente com o seu grupo levaram o País a essa situação. Sabíamos, e ele sabia, que a desvalorização cambial era urgente, que não se podia manter a estabilidade da economia somente com base no juro e na taxa de câmbio. Mas ele o fez porque queria se perpetuar no poder. As conseqüências que estamos vendo agora nada mais são do que o resultado da concentração de poder decisório nas mãos de pouquíssimos e, principalmente, em cima do capital. Sabemos que o FMI - Fundo Monetário Internacional - só tem um propósito: defender o interesse do capital internacional. Não importa o que vai acontecer com o País, importa que ele defenda os interesses do capital internacional. Então, se quisermos um novo pacto federativo, temos que, nos três níveis da Federação, avaliar que medidas são fundamentais; isso se nós quisermos esperar uma mudança verdadeira. Primeiro, disse bem o Senador Roberto Requião e é verdade, o domínio quase que absoluto do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo tem permitido essa situação que estamos vivendo, tem contribuído isso. A falta de mecanismo, de instrumento adequado para que o Legislativo se defenda dessa influência maior, que seria a lei de orçamento público, essa modificação, a boa aplicação da própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, que vai definir o que o Governo pode ou não fazer... São mecanismos que precisamos retomar, precisamos forçar o Congresso Nacional a no-los dar.

Depois, se os Estados estão em dificuldades, também as Assembléias Legislativas são responsáveis por isso. Agora, estamos vivendo um momento de mobilização - graças a Deus, tenho a certeza de que o Governador Itamar Franco não faz parte dela - de diversos Governadores. Estive no Recife semana passada conversando com Deputados de outros Estados, por cuja situação caótica os Governadores querem colocar as Assembléias Legislativas como responsáveis. Querem envolvê-las e enfraquecê-las ainda mais, sendo que, na maioria dos Estados da Federação, não mais que 3% de todo o orçamento cabem ao Poder Legislativo, e 97% são de responsabilidade do Governador. Não é por isso que os Estados se enfraqueceram.

A UNALE já está trabalhando no sentido de se contrapor à tentativa dos Governadores de enfraquecer os Legislativos Estaduais. É claro que, se se concentra o poder, corre-se o risco de errar muito mais. Sou um convicto do princípio da subsidiariedade e acho que o Congresso Nacional precisa reduzir sua capacidade legiferante, transferindo para os Estados a competência com relação a determinados setores que ele hoje concentra.

A UNALE continuará defendendo todas essas causas, e esperamos que, nos dias 27/3/99 e 28/3/99, saia um documento que venha fortalecer movimentos como este que estão acontecendo no Brasil. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. José Alfredo de Oliveira Baracho - A Profª. Aspásia Camargo trouxe, em sua exposição, a origem da utilização da palavra "pacto", e nos lembramos de que, no Brasil, por diversas vezes, não se falou em pacto federativo, mas em pacto social.

Há poucos dias, lemos um trabalho em que o autor diz que, por ocasião da Constituinte, perdemos a oportunidade de fazer um grande pacto social. Na crise do Governo Collor, disseram também que houve um desapeço por um novo pacto social.

Nesta oportunidade, Minas está fazendo com que a Presidência da República tenha um interlocutor. Até então, só falava o Presidente da República, como se suas palavras fossem corretas e como se ele estivesse realizando o melhor dos Governos para o Brasil. Por isso é que este momento é muito significativo para o nosso País, pois é a chance que temos de fazer uma reformulação em profundidade.

Durante este debate, todos os temas essenciais do federalismo, no seu relacionamento econômico e tributário, foram tratados. Temos, agora, de pegar todo esse material e efetivá-lo, para que haja uma vinculação de todos os Poderes brasileiros.

Minas sofreu muito: perdemos a PETROBRÁS, a CEMIG, a USIMINAS, a AÇOMINAS e Bancos do Estado. Se fizermos um estudo aprofundado, constataremos que não se estão fazendo privatizações, em alguns países da Europa, como se está fazendo aqui. Nem na França, nem na Bélgica, nem na Inglaterra. E, quando se fazem, o sistema é muito fiscalizado: o que se está vendendo? Como vai ser vendido? É feita uma análise de ordem constitucional, legislativa e regulamentar. Entre nós, não. Não sabemos para que estão fazendo essas privatizações e que benefícios a sociedade brasileira vai receber. Estamos nos empobrecendo.

Conversando com um grupo de sindicalistas sobre a privatização das malhas de ferrovias brasileiras, eles me mostraram um documento feito em Nova Iorque, com poucas páginas, que defendia o sistema de privatização e que custou um preço altíssimo.

Posteriormente, a avaliação da AÇOMINAS foi feita toda por baixo. Então, o que anda acontecendo são doações das mais graves, em relação às quais temos que nos precaver.

Hoje, aliás, fala-se no reexame da venda de ações da CEMIG, uma grande empresa que funciona bem e que levou luz a todo o Estado de Minas Gerais, não importando onde fosse. Onde era possível colocar um poste de luz para iluminar o caminho de uma escola, lá estava a CEMIG. Essa CEMIG é destruída.

Então, todos esses questionamentos devem ser feitos de uma maneira efetiva, para uma reorganização do Brasil e de nosso federalismo. Muito obrigado.(- Palmas.)

O Sr. Presidente - Esta Presidência agradece a honrosa presença dos ilustres expositores, que, com seus conhecimentos, enriqueceram os debates e proporcionaram aos parlamentares e à sociedade elementos para uma avaliação abrangente da realidade brasileira, a partir da globalização econômica e da necessidade de se revisar o pacto federativo. Queremos agradecer também a presença nesta nossa teleconferência dos companheiros, Deputados Estaduais e Federais que vieram de tão longe, alguns da Amazônia, do Pará, de Rondônia e do Acre, e de todos os que aceitaram o nosso convite, vieram e participaram conosco.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a reunião de debates de hoje, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 5ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 15/3/99

Presidência dos Deputados Anderson Adauto, José Braga e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Coordenador - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Leitura da Proposta da Carta de Princípios da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados - Palavras dos representantes dos Estados - Palavras do Deputado Federal Sérgio Miranda - Palavras do Deputado Márcio Cunha - Palavras do Sr. Renato Barros - Aprovação da Carta de Princípios - Eleição da Comissão Coordenadora da Frente Parlamentar - Eleição da sede provisória da Secretaria da Frente Parlamentar - Palavras do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Adauto - José Braga - Durval Ângelo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Alves Viana - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Newton de Moraes - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Marina Silva, Senadora pelo PT do Estado do Acre, e os Exmos. Srs. Deputado José Braga, 1º-Vice-Presidente desta Assembléia; Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente de Honra do PT; Deputado Federal José Dirceu, Presidente Nacional do PT.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados. Em nome da Assembléia Legislativa de Minas, agradecemos, com entusiasmo, a presença de todos e a presteza com que atenderam ao chamado para participar deste importante momento de mobilização em defesa da autonomia dos Estados federados. A Presidência passa a coordenação dos trabalhos ao Deputado Durval Angelo, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

## Palavras do Sr. Coordenador

Sr. Presidente, Deputado Anderson Aduato, demais colegas da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Senadora Marina Silva, pelo PT do Acre, minhas senhoras e meus senhores, a proposta da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados nasceu na última reunião dos Governadores, em Porto Alegre. Num fórum paralelo, naquele momento, com a presença de Deputados Estaduais e Federais de oito Estados da Federação, decidiu-se constituir uma frente parlamentar que provocasse a discussão do pacto federativo nos Estados brasileiros, a fim de não só colocar um marco maior na discussão das dívidas públicas dos Estados e municípios brasileiros, mas também de deixar bem claro que, ao falar em princípio federativo, estávamos, antes de tudo, falando em democracia. Quanto mais próximas as ações públicas e a intervenção do setor público estiverem da população, mais facilmente a sociedade poderá exigir e cobrar os seus direitos.

A idéia do pacto seria algo ampliado no processo do qual participariam os Estados membros da Federação, a fim de debater e discutir. Essa Frente, no entender dos Deputados que estavam no Rio Grande do Sul, iria provocar a discussão de um trabalho itinerante pelos Estados, envolvendo também a sociedade civil organizada. Naquele momento, surgiu a proposta de que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais sediasse a realização do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados.

Só que em Minas, em função de algumas questões peculiares, estávamos desenvolvendo um movimento mais amplo, que se intitulava, por proposta do Presidente da Assembléia, Deputado Anderson Aduato, Minas Unida Vence a Crise. Então, essa ação do Poder Legislativo mineiro tem hoje, neste momento nacional de lançamento da Frente Popular, um impulso a mais para discutir com a sociedade mineira a questão da dívida do Estado de Minas Gerais e os impasses atuais na relação com o Governo Federal. Mas sabemos que a experiência de Minas Gerais também poderá servir de modelo para que os Estados da Federação compreendam, mais ainda, que não adianta discutir pacto federativo sem envolver a sociedade civil organizada, sem discutir algumas questões maiores da própria democracia e sem discutir a própria questão social.

Encaminhamos, para distribuição, a Proposta da Carta de Princípios. Gostaria de saber se todos os presentes já receberam essa proposta, porque seria melhor que, no momento em que o Deputado Gil Pereira fizer a leitura da Carta, todos possam acompanhar. Gostaria de saber se todos já têm em mãos a Proposta da Carta. Ainda não? Pediria que a assessoria providenciasse. Já está sendo feita a distribuição.

- Neste instante assume a Presidência o Deputado José Braga.

## Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Coordenador - A coordenação esclarece aos participantes que a reunião transcorrerá na seguinte ordem: será feita a leitura da Proposta da Carta de Princípios da Frente Parlamentar, em defesa dos Estados. A seguir, farão uso da palavra um representante por Estado e os demais participantes inscritos. Após os debates, haverá a aprovação simbólica da Carta de Princípios e a eleição da Comissão Coordenadora da Frente Parlamentar. Também nesse momento vamos definir onde funcionará, no primeiro instante, a própria secretaria dessa Frente, para estar permanentemente recebendo sugestões e críticas dos Estados, encaminhando-as, de alguma forma, à coordenação dos trabalhos.

A fim de proceder à composição da comissão coordenadora, a coordenação solicita aos Estados que indiquem seus representantes junto à assessoria da Assembléia Legislativa de Minas, na entrada do Plenário. Solicitaria ao Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário da Assembléia Legislativa de Minas, que fizesse a leitura da Proposta da Carta de Princípios, que será modificada com as sugestões contidas nas intervenções dos representantes dos Estados.

## Leitura da Proposta da Carta de Princípios da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados

O Sr. Secretário (Deputado Gil Pereira) - (- Lê:)

"Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados

(Proposta da Carta de Princípios)

A situação do País é grave. A decretação de moratória pelo Governo de Minas Gerais, o pagamento em juízo de parcelas da dívida com a União, feito no Rio Grande do Sul, e a intenção de vários outros Governos de adotarem medidas semelhantes demonstram uma irrefutável situação de insolvência: os Estados estão quebrados. O pagamento da dívida nos termos estabelecidos pelo Governo Federal suga progressivamente os recursos orçamentários, obrigando os Governos Estaduais a abdicarem de deveres e compromissos básicos com a população.

Aos efeitos perversos desse endividamento, que desestrutura os Estados, os municípios e a própria Federação, soma-se uma política econômica recessiva, cujos resultados concretos são o desestímulo dos setores produtivos e o aumento do desemprego. Essa política é uma declaração pública de como o País tornou-se presa do capital especulativo, livre de qualquer legislação que lhe imponha regras ou compromissos, e das instituições financeiras internacionais.

A questão da dívida com a União motivou Governadores de vários Estados a se reunirem recentemente em Porto Alegre, em busca de entendimentos para uma renegociação com o Governo Federal.

Parlamentares de todo o País presentes ao encontro lançaram, naquele momento, a proposta de criação de um movimento que ampliasse o foro de discussão do tema, levando-o para as Assembléias Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, por estar em jogo o interesse de todos os Estados e de toda a sociedade brasileira. Nascia ali a Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados, que hoje oficializamos e que se pautará pelos seguintes objetivos:

- Levantar todos os parlamentos e a toda a sociedade brasileira as discussões sobre o endividamento dos Estados, buscando soluções coletivas para a renegociação das dívidas com a União.

- Lutar pela revogação da Lei Kandir e do Fundo de Estabilização Financeira, instrumentos que transferem para o Governo central parte substancial dos recursos dos Estados.

- Sensibilizar os Deputados Federais e Senadores para que se aprove no Congresso uma reforma tributária que reduza a centralização de impostos nas mãos da União, com repartição mais justa entre os Estados e municípios.

- Estimular o debate sobre um novo pacto federativo, no qual a subordinação imposta aos Estados e municípios seja substituída pela autonomia, pela convivência harmônica e pelo equilíbrio de atribuições e responsabilidades.

A Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados institui-se como organização suprapartidária, reunindo Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores de todas as unidades da Federação. Será um fórum permanente de discussões e apresentação de propostas, até que seus objetivos sejam alcançados.

Deverá estimular, em todos os Estados, a realização de debates sobre os temas propostos, envolvendo a sociedade civil organizada, e a elaboração de um estudo detalhado sobre a dívida estadual, mostrando suas características, sua evolução e o que ela representa no comprometimento da receita.

Deverá criar uma central de informações sobre os endividamentos estaduais, para que subsidiem e facilitem uma negociação conjunta das dívidas com a União.

A Frente terá uma coordenação, com um representante por Estado. Terá uma secretaria, funcionando em um dos Estados. E trabalhará em colaboração com a União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE.

Belo Horizonte, 15 de março de 1999."

#### Palavras dos Representantes dos Estados

O Sr. Coordenador - Farão uso da palavra, neste momento, representantes dos diversos Estados aqui presentes. Em seguida, farão uso da palavra os Deputados desta Casa que desejarem se manifestar sobre a Frente Parlamentar que hoje lançamos e sobre a proposta da carta de princípios deste movimento. Cada orador disporá de 3 minutos. O primeiro inscrito era o Deputado Estadual Orlando Pessuti, do PMDB do Paraná, que justificou a sua ausência devido ao horário do seu voo, mas que, antes de sair, reafirmou a esta coordenação o seu apoio ao movimento, colocando o Paraná junto com o resto do Brasil nessa luta de defesa da autonomia dos Estados. Com a palavra, a representante do Estado do Acre, a Senadora Marina Silva, do PT, Líder do Bloco de Oposição no Senado. (- Palmas.)

A Senadora Marina Silva - De alguma forma, há uma série de questões as quais - eu acredito, e, com certeza, todos nós que aqui estamos acreditamos - já foram ditas pela manhã. Talvez sejam aqueles debates que possam dar conteúdo aquilo que estamos realizando agora, que é a instituição de uma frente de parlamentares que irão atuar em defesa da autonomia dos Estados. É claro que a autonomia que estamos pleiteando para os nossos Estados, e aí estou falando na condição de Líder do Bloco da Oposição no Senado, do PT, do PDT, do PPS e do PSD. E também, na condição de Senadora de um dos Estados da Federação que, com certeza, a exemplo de outros Estados do Norte e do Nordeste, sofre uma séria consequência - o fato de sermos Estados dependentes de repasses da União.

A pior mazela da dependência dos Estados em relação à União talvez possa ser colocada em dois planos. O primeiro refere-se à centralização praticada, gradativa e processualmente, após a Constituição de 88, em que instituímos uma relação de autonomia com os Estados e municípios e uma recentralização, por parte do Governo Federal. Esse aspecto precisa ser debatido e colocado no âmbito da discussão do pacto federativo. O outro aspecto é que os nossos Estados, principalmente aqueles que têm caráter de dependência econômica, como é o caso do meu, diferentemente dos Estados de maior porte, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e assim por diante, se colocam diante do Governo Federal de maneira subalterna.

O fato de sermos dependentes nos tem levado a praticar a velha política de "andar de pires na mão", de trocar algum tipo de benefício para os nossos Estados pelo voto da bancada, para votar a favor da reforma da Previdência, das privatizações e de uma série de questões que são nefastas ao interesse público e ao interesse nacional.

É preciso fundamentalmente que se mude essa realidade. Os Governos e os Estados devem buscar sua autonomia, a partir de uma nova política e de uma nova postura. Essa postura que está sendo adotada pelo Governador Itamar Franco e pelos Governadores dos demais partidos de Oposição, como Olívio Dutra, Jorge Viana, Zeca do PT e o companheiro Lessa. Essa nova postura de ter programa e propostas para enfrentar a crise, a partir dos Estados, é que deve ser a marca dessa nossa luta.

Concluindo, Sr. Presidente, meus senhores e minhas senhoras, quero dizer que vamos estar agora nos preparando para enfrentar a batalha que todos os trabalhadores do País terão, a partir de 1º de maio, que é, ao mesmo tempo, colocar que não temos o que comemorar, mas muito que lutar. Até porque o Governo colocou a possibilidade de um aumento de 6% para os salários - o que é uma vergonha - e agora sequer fala mais nesse percentual. Então, teremos uma grande batalha.

Quero deixar como proposta e como forma de demarcar a autonomia e o respeito que queremos, a partir de uma visão afirmativa, questionando essa política do Governo de atraso econômico e social, de cortes nos recursos para investimento em áreas estratégicas do nosso conhecimento social, cultural e científico, uma agenda social.

Espero que os Srs. Governadores - principalmente, os da Oposição - como obrigação, apresentemos uma agenda social. No Acre, estamos trabalhando essa agenda para investimento no setor de geração de emprego e renda, para investimento na saúde e na educação. No caso do nosso Estado, por se tratar de uma economia dentro da Floresta Amazônica, vamos fazer um programa ousado de desenvolvimento sustentável. Assim, poderemos mostrar que é possível compatibilizar crescimento econômico, justiça social e preservação do meio ambiente.

Minhas senhoras e meus senhores, com essas palavras, quero reiterar o compromisso da Bancada do Bloco da Oposição no Senado de apoiar a luta em defesa da autonomia dos Estados e de levar essa discussão para o seu território privilegiado, que é o Senado da República. Daremos uma contribuição de como nos firmamos frente à Federação, que quer aviltar e vergar a espinha dos Estados. Mas não conseguirei, porque o povo brasileiro é corajoso, criativo e terá a capacidade de dar a resposta que o Brasil precisa ter, nesse momento de tantas dificuldades.

Espero que possamos sair daqui com o compromisso de que vamos colocar os problemas e fazer denúncias, mas também de apresentarmos, concretamente, qual é o caminho que o Brasil deveria tomar diante da crise, a partir dos nossos Estados. Porque falam da macroeconomia, mas sobre a economia do cotidiano, de quem está desempregado, de quem está sem condições de sobrevivência, essa que entendemos, ninguém fala. Porque a Federação nada mais é que a unidade dos Estados, dos municípios e dos cidadãos do País, daqueles que ainda não desistiram de lutar pela sua dignidade e pelo respeito à sua capacidade de sair da crise, muito embora esta tenha sido construída e criada por outros, durante todos esses anos de política de entreguismo. Muito obrigada.

- Nesse instante, assume a Presidência o Deputado Gil Pereira.

O Sr. Coordenador - Solicitamos ao Deputado representante do Estado do Ceará que se identifique na assessoria da Mesa. Representando o Estado do Amazonas, o Deputado Belarmino Luís Albuquerque, do PTB. (- Pausa.) Com a palavra, representando o Estado do Espírito Santo, o Deputado Cláudio Vereza, do PT.

O Deputado Cláudio Vereza - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadores, demais parlamentares, senhores e senhoras, venho a esta tribuna especialmente para desvendar um pouco do

"marketing" que o Governo do Espírito Santo tem feito, com o objetivo de construir um contraponto aos Governos de Oposição, aos Governadores de partidos de Oposição.

Gostaria de desmistificar esse trabalho que tem sido feito, especialmente na mídia nacional, buscando criar um contraponto, a partir do Governo José Inácio, no Espírito Santo, à política de questionamento que os Governos de Oposição têm feito. O Governo começa com uma primeira grande mentira, ao anunciar a demissão de 21 mil servidores. Na verdade, fez apenas a suspensão de contratos temporários por dois meses e meio, com o objetivo de economizar durante esses dois meses e meio e, agora, já está recontratando praticamente todos os 21 mil servidores, já que pertenciam a setores básicos, como saúde, educação e segurança. Ele não tinha como manter esses contratos suspensos.

A segunda grande mentira é o anúncio de que o Estado gasta 95% de sua receita com a folha. Esse cálculo é feito, quando se retira da receita os recursos correspondentes a 43% da receita de ICMS para o Fundo de Atividades Portuárias, um incentivo para empresas importadoras. Não é, também, revelada à população a questão da dívida do Estado com a União. O Estado gasta quase 22% de sua receita com o pagamento da dívida com a União, e em nenhum momento o amigo nº 1 do Presidente da República leva essa questão em consideração, não questiona o fato, dizendo que tem que honrar esses compromissos. E o Estado, é lógico, vai a uma verdadeira falência, dentro dessas condições. Não questiona a Lei Kandir. O Espírito Santo é, praticamente, uma plataforma de exportação, sua economia é calcada na exportação. Com a Lei Kandir, não há formas de um Estado como o Espírito Santo sobreviver. Não fala no FEF, que retirou dos Estados e dos municípios uma quantidade imensa de recursos.

Mas a grande mentira foi aquela montada especialmente para a mídia, com a visita do Presidente, do "Imperador", ao Espírito Santo. Ele foi ao Espírito Santo inaugurar uma escola não construída com recursos da União, para inaugurar um sistema de comunicação por via de computador não instalado com recursos da União e para abrir o ano letivo, que só começou hoje - ele esteve lá no dia 22 de fevereiro. Foi uma imensa mentira para o País inteiro, a fim de fortalecer o Governo do Estado, como uma espécie de bom aluno - melhor do que o professor -, que está fazendo o grande dever de casa. É aquela cantilena toda.

Na verdade, a única medida de impacto é uma medida completamente inconstitucional, ilegal, algo que ele chama de "contingenciamento de 20% do salário de todos os servidores", a qual já recebeu mais de 20 liminares na Justiça do Trabalho; portanto, é também uma medida de economia de curto prazo, que não terá condição de vingar, já que é completamente ilegal, um verdadeiro confisco de salário, sem data garantida para devolução. Ele apresenta no pacote de reforma a proposta de extinção dos conselhos populares, dos conselhos de representação das diversas políticas de saúde, de educação, os conselhos de uma maneira geral, dizendo que isso é uma política de economia. E vemos a Profª. Aspásia e os demais membros da Mesa do horário da manhã dizerem - tenho essa convicção também - que, sem a sociedade participar da definição das políticas de nosso País, não existe solução, não existe nada de novo. E o Governo, que se diz moderno, integrado à modernidade pregada por Fernando Henrique, propõe simplesmente a extinção de todos os conselhos que prevêm a participação da sociedade. De quebra, propõe também uma agressão às mulheres, com a extinção das delegacias de mulheres, uma conquista do País inteiro.

Quero, então, encerrar o meu pronunciamento reforçando essa Frente e a ela me integrando, contra essa total subordinação, essa total submissão de diversos Estados - e, infelizmente, o meu - à União, ao poder central, que, por sua vez, se submete ao famigerado FMI. Temos de lutar contra isso. (- Palmas.)

O Sr. Coordenador - Representando o Estado de Goiás, com a palavra, o Deputado Estadual Rubens Otoni Gomide, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás.

O Deputado Rubens Otoni Gomide - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ilustres visitantes, Deputado Federal José Dirceu, trago a palavra, a mensagem, o apoio do povo de Goiás a toda essa discussão do pacto federativo e à formação da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados.

Em Goiás, a situação não é diferente. Lá também sentimos os efeitos da política do Governo Federal, que insiste em centralizar, reter, seqüestrar recursos dos Estados, não para executar políticas públicas, mas simplesmente para pagar juros da agiotagem internacional.

Não há como ficar indiferente a isso. Não há como ficar indiferente porque as conseqüências são muito graves para o nosso povo. Por isso, irmanamo-nos no esforço de construir uma nova realidade política, uma nova relação entre Governo Federal e os Governos Estaduais, entre a União e os Estados, para podermos, nessa discussão do pacto federativo, não apenas modificar essas relações, mas ir além e conseguir criar, no Brasil, um novo modelo de desenvolvimento econômico-social que atenda à maioria do povo brasileiro.

Nosso objetivo, ao reforçar, ao respaldar a formação dessa Frente, é de fortalecer os Estados. E fortalecer os Estados significa, sim, discutir de igual para igual a questão das dívidas deles, deixando o Estado em condições de ter sua autonomia. Mas significa mais, significa discutir sua autonomia, respeito e a recuperação de suas prerrogativas. Significa discutir o pacto dos Poderes instituídos no Brasil, o Judiciário, o Legislativo e o Executivo, e garantir também a participação popular, porque o pacto federativo realmente será garantido nas ruas, com a participação popular, discutindo, debatendo, pressionando, fazendo realmente valer aquilo que é o interesse da maioria da população.

É por isso que estamos aqui. Estamos aqui trazendo essa disposição. Em Goiás já formamos a Frente Parlamentar em Defesa do Brasil, com a maioria dos Deputados Estaduais respaldando nove partidos políticos. Lançamos na semana passada um movimento em defesa do Brasil, com a participação de 73 entidades de todos os partidos políticos, e no próximo dia 26 estaremos nas ruas levando a nossa mensagem, fazendo com que o povo realmente participe e influencie decisivamente, nesse novo modelo de desenvolvimento que precisamos buscar para o nosso País, para que possamos fazer o pacto não só a partir das instituições, mas com a participação popular. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o representante do Estado de Mato Grosso, Elarmim Miranda, do PMDB.

O Deputado Elarmim Miranda - Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, companheiros Deputados, senhoras e senhores, quero inicialmente dizer que Mato Grosso aqui é representado por nós e por José Carlos Junqueira de Araújo, Líder do nosso partido.

Mato Grosso é solidário nessa proposta, mas, antes de concluir, queria dizer, Sr. Presidente, aos Deputados que compõem a Mesa que ontem à noite li a entrevista do Mailson da Nóbrega, em que ele dizia que foi praticamente convidado para ser o Ministro da Fazenda no Governo Sarney, mas a sua indicação só se consumou depois que ele conversou com o dono da Rede Globo, Dr. Roberto Marinho. Este é o País, esta é a Pátria em que vivemos, onde um grupo de comunicação decide quem vai ser Ministro de Estado, e aqui viemos falar em soberania. Que soberania é essa, que poder central não tem poder para escolher o Ministro e vai submeter o nome a um grupo de comunicação que manipula e que forma a opinião pública, contra os interesses públicos e contra os interesses do povo brasileiro?

Aqui terá que ser revisto o conceito de soberania. Terão que ser revistas as aulas de Direito Constitucional, terá que ser revista a aula de Teoria Geral do Estado, e não se pode mais, companheiros de Minas, mentir que esse País é soberano, reunir aqui brasileiros, quando cada um de nós sabemos que estamos atrelados ao capital internacional. Que temos um Governo que não está em posição vertical, porque lhe falta brio e lhe falta coragem.

Temos que admitir aqui em Minas que é necessário mudar esse relacionamento. Aqui se começa a rever os valores da Pátria, mas aqui terá de ser dito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aqui em Minas se ocupem as ruas, as fábricas, as universidades, as casas dos trabalhadores, do negro, do índio, da mãe solteira, para discutir com eles que este País não nos pertence. Para discutir que a nossa soberania não existe.

E para dizer-lhe que foi aqui, em Minas, que começou um processo de rebelião, ao qual Mato Grosso, por meio de dois de seus Deputados, adere.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que referendamos essa carta de princípios. Esse movimento suprapartidário terá nosso apoio. Cumprimentamos o povo de Minas, na esperança de que esta pátria, que é minha e sua, em um muito breve porvir, ainda que a globalização seja inevitável, possa ser dirigida pelos brasileiros, para os brasileiros e pelo Brasil. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Estadual Loester Nunes de Oliveira, do PDT, representando o Estado do Mato Grosso do Sul.

O Deputado Estadual Loester Nunes de Oliveira - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, demais autoridades, senhores e senhoras, venho do Estado do Mato Grosso do Sul para, nesta oportunidade, parabenizar os mentores do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados, que não poderia vir em outra hora. Realmente, estamos diante de uma dificuldade crucial do País. Nossos Estados estão arrebatados, e meu Estado não está em situação diferente. O Estado do Mato Grosso do Sul é

governado, com uma linha de oposição ao Presidente da República, pelo ex-Deputado Zeca do PT, um homem de firmeza e coerência, que pegou um Estado com quatro folhas de pagamento atrasadas. Realmente, o Estado está totalmente destruído, e, nesta hora, não podemos ficar parados. Precisamos de participar da luta pela mudança desse modelo político que está implantado em nosso País.

Nesta oportunidade, quero responder àqueles que, de uma ou de outra forma, fizeram críticas ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, por não ter ele decretado a moratória, acompanhando o Governador de Minas Gerais. Quero dizer que o Estado do Mato Grosso do Sul e o Estado de Minas Gerais estão em situações diferentes. Oxalá fosse o nosso Governador um homem com a força do Governador de Minas Gerais, um ex-Presidente da República, o pai do Plano Real, o mentor do atual Presidente da República. Mas, assim mesmo, com toda essa força, com toda sua firmeza política em seu passado limpo e honesto no Governo de Minas Gerais, ele está sendo ameaçado, a toda hora, de intervenção em seu Estado. Por isso, tem falado em trincheiras e, realmente, tem sido manchete em todo Estado. Se isso estivesse acontecendo em meu Estado, se o Zeca do PT tivesse declarado moratória, não estaríamos falando em intervenção; já teria havido a intervenção em nosso Estado há muito tempo. Por isso, temos de colocar as coisas em seu devido lugar. Nosso Governador está unido com os Governos de oposição e está trabalhando, mas não pode, de maneira alguma, tomar posições que venham a prejudicar totalmente nosso Estado. Era isso o que eu queria dizer, deixando ao povo mineiro o abraço do povo sul-mato-grossense. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Estadual Edson Rezende, do PSB, representando o Estado de Minas Gerais,

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais autoridades, senhores e senhoras, a lógica neoliberal tem-nos levado de nações a mercados e de cidadãos a consumidores.

E o Brasil tem sido refém do FMI, do Banco Mundial e dos megaespeculadores. Com isso, os resultados estão sendo a recessão econômica, o desemprego em massa, as desigualdades sociais nunca vistas, o sucateamento dos serviços públicos, a queda na qualidade de vida da população brasileira, colocando em risco as instituições e a desagregação social.

Com isso, senhores, o grande risco que, responsabilmente, devemos levantar é o problema da turbulência social que se avizinha, se não resolvermos esse caos. Por outro lado, a Constituição cidadã, por meio de medidas provisórias e de decretos, tem sido descumprida a todo momento o que provoca o desequilíbrio entre os Poderes, especialmente quando intervém o Legislativo. Além disso, desorganiza os Estados nas suas finanças, nos seus problemas sociais, quando deixa de repassar grande parte do FUNDEP, quando institui a Lei Kandir e o Fundo de Estabilização Fiscal, retirando dos Estados e municípios 20% da sua arrecadação. É assim, senhores, que estão feridos o pacto federativo e a autonomia dos Estados.

Pois bem, Minas, como tradicionalmente, levantou a sua voz pela luta em prol da liberdade e da liberdade da maioria da população, que sofre com o desemprego, com a miséria, com a violência, com o problema grave da saúde, com o analfabetismo e tantas outras mazelas. É por isso que Minas Gerais se levanta, não num sentimento único e exclusivo de Estado, mas porque percebe e percebeu o sentimento de todo o País, daqueles que não acreditam mais nesse Presidente, nas suas políticas neoliberais, que, forçosamente, negociam com os megaespeculadores, com o Banco Mundial e o FMI.

Senhores, esse é o grito de liberdade, que parte de Minas Gerais, que, durante março e todo o mês de abril, estará em todos os rincões de Minas, debatendo com todos os mineiros.

Srs. Deputados, senhoras e senhores, agora é hora de botar o bloco na rua, porque acima dos municípios está o povo, acima do Estado estão os municípios e acima da União estão os Estados. Mas, em primeiro lugar, está o povo de Minas Gerais e o povo de todo o Brasil.

Sr. Presidente, gostaria de ler uma poesia de Carlos Drummond de Andrade. (- Lê:)

"Estou preso à vida e olho meus companheiros. / Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças. / Entre eles considere a enorme realidade. / O presente é tão grande, não nos afastemos. / Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas."

Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Deputado. Com a palavra, o Deputado Estadual Gabriel Guerreiro, representando o Estado do Pará.

O Deputado Estadual Gabriel Guerreiro - Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, Sra. Senadora, demais autoridades, estamos aqui para representar o Estado do Pará.

Em nome dos Deputados Estaduais que estão aqui, o Deputado André Dias, o Deputado Anteno Bararu, o Deputado Federal pelo PT, Babá, quero saudar a iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais ao propor essa teleconferência de hoje de manhã, para discutir o pacto da Federação brasileira e lançar a Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados Federados Brasileiros.

Não quero aqui colocar uma posição do meu Estado, até porque o faria de forma indevida, na medida em que existem opiniões diversificadas na nossa região. Mas quero colocar aqui, senhores, algumas questões que considero de vital importância para a discussão da Federação brasileira. Primeiro, qual é o papel da Federação? No nosso entendimento, o Governo da Federação deve promover a equidade entre os Estados federados. Deve haver um sistema de vasos comunicantes para que as situações se equilibrem entre os Estados. Isso não vem ocorrendo há muito tempo no Brasil.

Durante a Constituinte, da qual tive o orgulho e a honra de participar como Deputado, fizemos uma redistribuição do bolo tributário nacional, tentando melhorar a situação dos Estados e, principalmente, a dos municípios. Uma nova divisão desse bolo tributário foi proposta e aprovada na Constituição, e hoje, com a sequência de reformas feitas, concentrou-se novamente a renda nas mãos da União, que não cumpre o papel de distribuição dessa renda para minorar os enormes desequilíbrios regionais existentes no País - que o digam o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste. É preciso que se faça a revisão do pacto e das posições atuais do Governo Federal, que retomou dos Estados e dos municípios os valores determinados pela Constituição, através de medidas provisórias e leis, que não têm o mesmo valor da Constituição, visto que houve uma grande participação popular naquela altura da vida do País. O que é o FEF ou a Lei Kandir para os municípios senão uma maneira de açambarcar e reconcentrar o dinheiro nas mãos do Governo Federal, para atender a seus interesses? É necessário rever tudo isso.

Gostaria de colocar aqui, também, a questão da iniciativa e das prerrogativas das leis. Existe má distribuição das competências para legislar entre a União, os Estados e os municípios, e isso precisa ser revisto urgentemente. Além disso, com a hipertrofia do Executivo, os Legislativos estaduais e municipais têm limitações extremamente duras no que concerne à iniciativa das leis. O Pará quer ver e discutir esse novo pacto federativo. O nosso Estado tem posições a serem apresentadas. Queremos o desenvolvimento do Brasil, mas um desenvolvimento que garanta a nós, da Amazônia, e principalmente do Pará, participação efetiva nas decisões que nos dizem respeito e naquilo que a Federação tem a obrigação de fazer, que é criar maneiras equânimes de minorar o processo de diferenças regionais. O Pará tem contribuído decisivamente com a balança comercial brasileira. Demos um superávit de R\$1.700.000.000,00 ano, pelo menos nos últimos 15 anos, para a balança comercial. Entretanto o retorno tem sido mínimo, e não recebemos do Governo Federal um tratamento adequado. Queremos discutir isso.

Por isso, saúdo essa iniciativa da Assembléia Legislativa de Minas. Queremos participar, mas precisamos saber que a Federação brasileira deve aos Estados menos desenvolvidos uma nova ordem, e os Estados federados, principalmente aqueles que têm um vaso comunicante, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, isto é, os Estados do Sul e do Sudeste, precisam rever suas posições em relação ao grande problema nacional. Temos problemas políticos. O Governo brasileiro sacrificou este País, e o retorno é ruim. Sabemos que precisamos mudar muita coisa no Brasil. Portanto, essa discussão tem o nosso apoio, tem o apoio do Estado do Pará, independentemente das colorações partidárias a que pertencemos. Essa é a posição que desejamos deixar aqui. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Frei Anastácio Ribeiro, do PT, representando o Estado da Paraíba.

O Deputado Frei Anastácio Ribeiro - Sr. Presidente, quero saudar os membros da Mesa na pessoa do Presidente do nosso partido, José Dirceu, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Prefeitos, Vereadores, meus senhores e minhas senhoras, Minas Gerais pegou a régua e o compasso e traçou o seu destino. Cabe a nós, neste momento, traçar também o nosso destino, o destino da nossa Nação, do nosso Estado. A Paraíba é um Estado com 3.500.000 habitantes, sendo que cerca de 70% da população vive com uma renda mensal de 1/4 do salário mínimo. Nos últimos cinco anos, o nosso Estado se endividou cada vez mais e pagou R\$660.000.000,00, desembolsando mensalmente 16% do seu orçamento, para pagar as dívidas ou os juros da dívida que tem para com a União. Hoje a dívida da Paraíba para com o Governo Federal é superior a R\$2.000.000.000,00. Por isso, pagá-la, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é levar a população do nosso Estado a viver, cada vez mais, na fome e na miséria. Dessa forma, cometeremos um crime, porque o nosso povo será submetido a todo tipo de exclusão na Federação brasileira.

Portanto, não lutar por um novo pacto federativo é se submeter ao papel da Rainha da Inglaterra, é traição ao voto popular que tivemos, é um erro irremediável, um crime que não se prescreve. Portanto, o que Itamar Franco fez, decretando a moratória, não é calote nem palavrão. A moratória é ditada pelo interesse público e não pelo privado, é hoje uma necessidade, até que se defina o pacto federativo, que não existe mais. O Brasil, de República Federativa passou a República Provincial, onde os nossos governantes vivem com o pires na mão a pedir ao rei, como um leão, e os Estados, como um cordeirinho, a se submeter a todo tipo de humilhação, sem que haja, de fato, sensibilidade para com o nosso povo.

Portanto, na Paraíba, a partir de depois de amanhã, na próxima quarta-feira, os trabalhadores do campo vão às ruas, o movimento organizado da cidade vai às ruas, para exigir que de fato se mude toda essa política que aí está. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Ribamar Pereira, do PMDB, representando o Estado do Piauí.

O Deputado Estadual Ribamar Pereira - O Piauí veio dizer sim a Minas Gerais. Veio dizer aqui, em nome da Assembléia Legislativa, onde sou o Líder do PMDB, que iremos, sim, às ruas daquelas cidades do Piauí para dizer que Minas Gerais está certa, para dizer ao povo piauiense que Itamar Franco está certo, para dizer ao povo piauiense que iremos fazer movimentos e audiências públicas. Tenho certeza de que todos os senhores e senhoras que aqui estão, Deputados e Deputadas e também pessoas do povo, irão fazer isso para que acabe, de uma vez por todas, essa farsa em que está o Governo Federal, querendo culpar o Governador Itamar Franco pela situação em que o País se encontra. Os brasileiros, iludidos pela grande imprensa nacional, em alguns momentos andaram com essa dúvida, mas, com certeza, sairemos daqui, iremos às ruas e às praças para dizer ao povo brasileiro, ao povo piauiense que Itamar está certo e, por isso, continua a merecer a admiração do povo brasileiro. Portanto, estamos aqui nessa missão de lutar e dizer ao povo sofrido do meu Estado, às sociedades organizadas do meu Estado e discutir com esse povo, com os trabalhadores do campo e da cidade, com as associações, com a Igreja, e dizer a todos eles que haveremos, sim, a partir de Minas Gerais, de dar esse grito de independência e lutar para que o País realmente encontre novos rumos na política e na administração deste País. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, a Deputada Estadual Cida Diogo, do PT, representando o Estado do Rio de Janeiro.

A Deputada Cida Diogo - Boa-tarde a todos os membros da Mesa e a todos os presentes. É com muita satisfação que venho aqui representar meu Estado e dar total apoio a esse movimento nacional que hoje se inicia com a implantação da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados. Esse movimento, no meu entender, muito mais que defender a autonomia dos Estados, vem defender a soberania do nosso País. O Governo Federal vem impondo ao nosso País uma submissão em relação ao FMI, aos nossos especuladores internacionais, querendo obrigar também os Estados a partir por essa linha de submissão. Esse movimento representa que estamos hoje em um momento importantíssimo do nosso País, na defesa da nossa Nação, na defesa da soberania do nosso povo. Portanto, hoje temos que centrar todos os esforços no sentido de colocar a população consciente da grave situação a qual nosso País atravessa, da necessidade da unidade nacional em defesa do nosso País, da mobilização nacional, de colocar a população na rua com o objetivo de obrigar este Governo Federal a rever suas relações com os Estados brasileiros, com o FMI, defendendo o nosso País. Hoje, este Governo, não satisfeito de já ter privatizado quase a totalidade do patrimônio nacional, anuncia a privatização da PETROBRÁS, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Daqui a pouco teremos a privatização da Amazônia e do quintal de nossas casas. Por isso, temos que colocar a população nas ruas em defesa do nosso País e conscientizar cada cidadão que tem no seu sangue e na sua consciência a importância de defender a nossa Nação. Acho hoje que também devemos, através dessa Frente, sair daqui com uma proposta concreta de atuação de rua para organizar esse movimento e trabalhar pela mobilização nacional. Já temos apontado que no Estado de Minas, no dia 21 de abril, estará se realizando um grande ato nacional no Município de Ouro Preto. Temos que aproveitar e fazer com que na semana do dia 21 de abril todas as Assembléias Legislativas realizem atos. Cada um de nós temos que voltar para o nosso Estado e estimular outros Estados que não estão representados aqui hoje a fazer um grande ato em cada Assembléia Legislativa deste País com vistas a fortalecer esse movimento e preparar essa grande mobilização do dia 21 de abril. Obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Estadual José Mário de Melo, do PDT, representando o Estado de Rondônia.

O Deputado José Mário de Melo - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhoras e senhores, antes de qualquer coisa, gostaria de parabenizar a Assembléia Legislativa de Minas por este encontro, e trazer também um comunicado, Sr. Presidente, do povo de Rondônia ao povo de Minas Gerais: o sacrifício imposto a esse povo aqui não é em vão. O sacrifício, assim como a Inconfidência, trará não só a autonomia, mas uma coisa intrínseca a todo o povo brasileiro, que é o direito à cidadania, que nos estão tolhendo neste País. Peço vênias, Sr. Presidente, para adentrar um pouco nas questões das desigualdades regionais. Não é uma denúncia, mas um fato pitoresco. Ouvindo aqui atentamente os senhores parlamentares que fizeram palestra aqui, Rondônia é um Estado que tem um potencial muito grande, está equalizando suas riquezas na área de mineral, é um grande produtor de grãos, mas tem um problema grave para entrar no segundo ciclo, assim como o Estado do Acre, que é uma questão vital para o nosso Estado, a questão da energia.

Temos um problema grave no Estado do Amazonas - aqui há alguns amigos parlamentares -, que é a questão do gás de Urucu: o Governo do Estado do Amazonas insiste em mudar o seu traçado por uma questão de ICMS. Para o nosso povo de Rondônia, não nos diz respeito, nem com relação ao Estado do Acre, porque precisamos é de energia. Mas querem fazer uma estação no Município de Humaitá, no Estado do Amazonas, mudando todo um traçado, para que tenham em mãos a questão do ICMS recolhido no Estado de Rondônia. Assim, solicitamos à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas que discuta essa situação com o Governo do Estado. Temos as nossas situações, que nos fazem necessitar urgentemente dessa energia para potencializar o nosso Estado.

Gostaria, ainda, Sr. Presidente, de falar um pouco sobre a submissão dos Governos Estaduais no que diz respeito ao Poder central. No Estado de Rondônia, ocorreram fatos como os que aconteceram também em outros Estados. Houve uma intervenção do Banco Central em um Banco, em meados de janeiro de 1995, no início do Governo anterior; nosso Banco tinha um déficit em torno de R\$70.000.000,00, de operações de sua carteira imobiliária e de correntistas normais. A pedido do Governo anterior, o Banco Central interveio. Com relação à intervenção, o nosso Estado a aceitou, porque a situação não comportava outra solução.

Mas, Sr. Presidente, não compete ao povo do Estado de Rondônia, que estava sob o regime de administração especial temporária - que seria para fazer uma análise e dar uma solução mais rápida possível para o Banco; o Banco Central, através de seu preposto, passou três anos e meio controlando o Banco do Estado de Rondônia e nos entregou uma dívida de R\$500.000.000,00 - não compete ao nosso Estado pagar. Essa dívida, negociada em 30 anos, será de R\$3.000.000,00 por mês. Para Estados como Minas Gerais, como o Rio de Janeiro, como o Rio Grande do Sul e como São Paulo, não representa nada, como não representa o FPE para esses Estados. Mas, para o povo de Rondônia, faz parte, para a saúde, para a educação e para estradas, como todos necessitamos. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Estadual Édio Vieira Lopes, do PPB, representando o Estado de Roraima.

O Deputado Édio Vieira Lopes - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhores parlamentares, temos acompanhado atentamente, desde o início dos trabalhos, todas as intervenções. Como não poderia deixar de ser, a pauta de todas as intervenções foi a questão econômica. Gostaríamos, como diz o bom gaúcho, de enveredar por outra área.

No nosso entendimento, a questão é muito mais ampla. O Brasil precisa urgentemente repensar não só a questão tributária, de arrecadação e divisão da receita entre os membros federados, mas também repensar a autonomia dos Estados. Os Estados não têm competência de legislar sobre absolutamente nada. Que me perdoe este santuário do parlamento brasileiro, a Assembléia de Minas Gerais, mas estamos caminhando celeremente para ser peças decorativas. Não é à toa que grande parte da imprensa nacional já começa a perguntar para quê existem as Assembléias Legislativas dos Estados.

Vejo, no art. 49 da nossa Constituição, que o constituinte colocou que o Poder Executivo, para alienar uma área de 2.500ha ou mais, tem que pedir o "ad referendum" do Congresso Nacional. No entanto, esse mesmo Poder Executivo, baseado nos estudos de uma FUNAI arcaica, corrompida, incompetente, órgão de quarto ou quinto escalão dessa República, o Presidente da República, sem ouvir o Congresso Nacional, os Estados ou as Assembléias dos Estados, de uma canetada, demarca uma área de mais de 9.000.000ha, maior que Portugal e maior que a Bélgica e a Holanda juntas, para não mais que 6 mil índios.

Essas questões precisam ser discutidas conjuntamente com a questão tributária. E não adianta aqui ficarmos crucificando um Presidente da República. O culpado é o Congresso Nacional, que não avoca para si a competência de legislar. Está aí o instituto da medida provisória, quando o Congresso Nacional delega ao Presidente da República a única prerrogativa inalienável do legislador, que é a de legislar. E depois, ficamos aqui chorando o leite derramado. É preciso repensar o modelo, é preciso reescrever as competências da União, dos Estados e dos municípios. E aí, então, teremos uma Federação de fato.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer, em nome da Assembléia do Estado de Roraima, menor Estado deste País, que estamos solidários com a questão de Minas. Concluo dizendo: de onde poderia nascer um movimento de ressurreição da Federação brasileira senão das Minas Gerais, histórica e tradicional vanguarda de todas as bandeiras de salvação deste País? Muito obrigado, Sr. Presidente. (- Palmas.)

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Federal José Dirceu, do PT, representando o Estado de São Paulo. Convidamos a tomar assento a esta Mesa o Líder do PMDB, Deputado Antônio Andrade. (- Palmas.)

O Deputado Federal José Dirceu - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiro Lula, meus senhores e minhas senhoras. Venho falar em nome da Assembléia Legislativa de São Paulo e de seu povo, ainda que Deputado Federal. Tenho certeza de que a maioria do povo paulista tem consciência, até porque é vítima dos efeitos da reconcentração tributária e do rompimento do pacto federativo a que estamos assistindo desde 1993. Lutamos 21 anos contra a ditadura militar e conquistamos a Assembléia Nacional Constituinte, o Congresso Constituinte. E foi naquele pacto constitucional que os municípios e os Estados brasileiros receberam a autonomia político-administrativa, e o parlamento, a Câmara Municipal e a Assembléia Legislativa receberam de volta a iniciativa em matéria financeira e orçamentária e o poder de legislar. O que assistimos, no Brasil, é o rompimento desse pacto federativo, não só através do FEF, da Lei Kandir, do Fundo de Valorização do Magistério e Desenvolvimento da Educação, da negociação da dívida dos Estados no ano passado, mas, principalmente, através do esvaziamento do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda, que é a base para o Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados, e o esvaziamento do ICMS, que é a base para a cota-parte de 25% dos municípios. A criação da CPMF, do Imposto Seletivo sobre Combustíveis, a consolidação e o aumento da contribuição sobre o lucro da COFINS, do Imposto sobre Operações Financeiras, significam o esvaziamento do Imposto de Renda e do IPI. Se Prefeitos e Governadores, se nós não levantarmos o País contra essa política, teremos o fim da Federação e a redução dos Governadores e dos Prefeitos a delegados do Poder central.

É por isso que quem hoje recebe Prefeitos e Governadores são o Sr. Pedro Parente e o Sr. Pedro Malan. Essa é a verdade nua e crua do Brasil. Todos que estão aqui sabem que estamos assistindo a um processo de municipalização da educação e da saúde, e que os municípios, na verdade, sustentam, de certa forma, a segurança pública, porque sustentam a Polícia Civil, em grande parte, a Justiça Eleitoral e a Militar, ou seja, o agravamento da crise social com o desemprego, com o aumento do empobrecimento da maioria da população, porque é a isso que estamos assistindo com o aumento das tarifas públicas, com o aumento dos impostos, com a redução do valor real do salário, com a desvalorização cambial e com a volta da inflação. Haverá o empobrecimento geral dos Estados, dos municípios e da sociedade. E a demanda vai bater às portas de quem? Dos Prefeitos e dos Vereadores. Do sistema de saúde, de educação, do Estado e do município. Onde vão explodir a violência e a criminalidade? Nas cidades, não em Brasília, não na União. Não existe a União, o que existe são as cidades, o povo brasileiro. Por isso a Assembléia Legislativa de Minas e todos que estão aqui, em boa hora, criam essa Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados. E só há uma solução para alterar essa situação - e o Governador Itamar Franco deu o exemplo ao decretar a moratória e ao chamar o Brasil à mobilização e à luta -, a mobilização da sociedade. Espero que todos nós que estamos aqui hoje, Deputados, Senadores, cidadãos, representantes de entidades, de partidos, cada um cumpra o seu dever, mobilizando a sociedade. Minas vai, de novo, falar ao Brasil no dia 21 de abril. No dia 26 de março vamos realizar um fórum nacional de lutas, que Lula e nós todos lançamos hoje aqui em Minas Gerais e que agrega os partidos de esquerda e da Oposição, e 80 entidades nacionais como CUT, MST, CONTAG, OAB, CNBB e Central de Movimentos Populares. Vamos lançar uma grande mobilização no País. Que todos os Estados criem um fórum nacional de lutas, reúnam as suas entidades, as suas associações, e ocupemos as ruas do Brasil. Que o povo brasileiro tome a palavra, porque só ele poderá romper com esse impasse e restabelecer não só o pacto federativo, mas fazer um governo que o Brasil precisa, um governo democrático e popular. Obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Estadual José Augusto Puglisi, do PMDB, representando o Estado de Tocantins.

O Deputado José Augusto Puglisi - Início as minhas palavras cumprimentando o povo de Minas Gerais por ter eleito, como Governador deste Estado, esse homem honrado que foi Presidente do Brasil e teve a coragem cívica de decretar a moratória, para que nós todos hoje pudéssemos estar aqui para repensar o Brasil. E repensar o Brasil é repensar os Poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Todos sabemos que hoje impera a lei do "manda quem paga, e obedece quem tem juízo". Há uma prepotência do Poder Executivo nacional com relação aos Executivos Estaduais. Se não fosse assim, o Presidente da República não teria bloqueado os recursos do Estado de Minas, porque o seu antecessor não pagava as suas contas, mas os recursos entravam. E essa mesma prepotência a que estamos assistindo faz o Poder Executivo dos Estados, o Legislativo e o Judiciário.

No meu Estado, o Tocantins, para dar um exemplo do que isso significa, o Governador Siqueira Campos demitiu o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, como se fosse um empregado seu. Gastaram-se 60 dias para que retornasse aos seus trabalhos, por via do Supremo Tribunal Federal.

O Poder Legislativo, basicamente no Brasil como um todo - no Congresso Nacional não é diferente -, em sua maioria, é dos Governadores e do Presidente. O Congresso Nacional deu um péssimo exemplo ao aprovar o FEF, que já retirou minguados recursos dos Governos Estaduais e Municipais. O dinheiro é pouco, e ainda foram retirados mais 20%. Deu outro péssimo exemplo ao assinar uma carta em branco, para que o Sr. Presidente da República pudesse vender os bens do Brasil. E isso foi seguido por vários Governadores. No meu Estado, não é diferente, quando, com um decreto parecido, avocou para si e para a sua assessoria o direito à privatização.

Quero parabenizar este fórum, porque repensamos o Brasil como um todo. Isso passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos partidos políticos, para que possamos cobrar, em qualquer instância, municipal, estadual ou federal, que o cidadão que, nas praças públicas, defende uma bandeira, defende uma doutrina, não vá servir apenas de barganha quando chega ao parlamento municipal, estadual ou federal, agindo contrariamente àquilo que pregou.

Não estou envergonhado, por enquanto, por ser Deputado Estadual, porque tenho coragem de denunciar o que acontece neste País. Estou aqui, em nome do meu Estado e do meu partido, o PMDB, do qual tenho a honra de ser o Líder em Tocantins, para dizer que estamos juntos. Estamos juntos, Minas Gerais, nesta luta que se iniciou hoje e não sei quando irá acabar, mas que tem que acabar quando nós, homens e mulheres de bem, estivermos legislando tão-somente para transformar os nossos dias, e principalmente os dos mais sofridos desse longínquo Brasil, nos seus cantos e recantos, em dias melhores. Vamos à luta. O Tocantins está junto. (-Palmas.)

#### Palavras do Deputado Federal Sérgio Miranda

Meu caro Presidente, Deputados, representantes de movimentos sociais, gostaria de saudar a iniciativa da Assembléia, que é um marco, por utilizar o espaço institucional para debater os problemas do Brasil. Gostaria de elogiar também o material que foi distribuído. Queria chamar a atenção para o material dos Profs. Cláudio Gontijo e Fabrício Augusto de Oliveira, assessores do Governador Itamar Franco, em que expõem, com clareza, o modelo alternativo macroeconômico para o País, em contraposição ao modelo do FMI. E ainda gostaria de elogiar a revista da Assembléia, que, a cada edição, tem melhorado a sua qualidade.

No pouco tempo que tenho, quero chamar a atenção para a essência deste debate. A grande inovação que traz, para o quadro político, é que o Governador Itamar Franco compreende que a governabilidade dos Estados depende da mudança do modelo econômico que entrou em crise e que, a partir do acordo feito entre o Governo Federal e o FMI, aprofundou essa tendência, trazendo para Estados, municípios e povo brasileiro dificuldades insuperáveis.

Chamo a atenção também para as possíveis manobras em que poderemos ser envolvidos. Vou citar apenas uma: houve uma reunião, em Brasília, entre alguns Governadores, o Ministro Pimenta da Veiga e o Ministro Pedro Malan, em que se decidiu propor tirar FPE e FPM do FEF, aumentando para 40%.

Quero denunciar isso, meus caros companheiros. Isso é um ataque ao setor social do País, e os Governadores que aceitam isso estão saindo da frigideira e caindo na brasa. O que eles querem, essencialmente? E o Deputado Dirceu foi brilhante aqui, ao expor que o Governo aumenta as contribuições sociais e não cuida do imposto de renda e do IPI. Aumentaram as contribuições sociais CSLL, Cofins, CPMF e vão retirar 40%, que estava vinculado à ação social, à saúde e à previdência, para pagar a dívida. Todos nós ficávamos atônitos - eles estão aumentando apenas a contribuição. Como vão pagar dívida com contribuição? Aí é que está: retiram FPM, FPE. Os Estados dizem: está bom, está bom. Está bom coisa nenhuma.

É uma traição dos Governadores ao setor social do País, dos Governadores que entrarem nessa, ao contrário do Governador Itamar Franco, que tem a coragem de dizer que quer a eliminação do FEF. O FEF é uma forma de desvincular verbas da educação e da área social para pagar dívidas. Não atinge apenas FPM e FPE. Atinge mais e profundamente a área

social deste País. Vejam, então, que os problemas são muitos e complexos. Estamos começando aqui, em Minas, aqui, na Assembléia Legislativa, um movimento que, antes de ser organizado, de ser mobilizada a sociedade, necessita de esclarecimento, de ser tirada essa névoa que existe na cabeça dos brasileiros, articulada pelo Governo Federal, pelos poderosos meios de comunicação, e de ser esclarecido o que está acontecendo com este País.

A partir do esclarecimento, temos condições de mobilizar a sociedade. Esse movimento tem um adversário. Não estão todos unidos para vencer a crise. Ele tem um adversário que tem nome e sobrenome: Fernando Henrique Cardoso e a sua política antipátria e antipovo. Não mudaremos o País se não mudarmos o Fernando Henrique. É um movimento que tem um objetivo: um outro projeto vai nascer da negação do modelo que está aí.

Quero chamar a atenção para essas pequenas coisas, para a questão desse acordo espúrio para retirar FPM e FPE, deixando 40% dos recursos das contribuições para pagar a dívida.

Outra: mudaram no cálculo da receita corrente líquida e retiraram o FUNDEP, mas isso é uma questão técnica. Era natural que se fizesse isso. Então, são pequenas coisas a respeito das quais não devemos nos enganar. Minas unida, o Brasil unido em defesa do Brasil com "s", indo às ruas, mobilizando a sociedade.

#### Palavras do Deputado Márcio Cunha

Sr. Presidente, ilustre Senadora, Vice-Presidente desta Casa, Secretário, Deputado José Dirceu, Presidente do PT, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, gostaríamos de dizer, como integrantes da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa, da nossa alegria, da nossa felicidade de poder constatar que Minas foi ouvida; partiu de Minas, mais uma vez, a grande resistência. Vou-me ater ao tema da minha inscrição, mas não poderia deixar de dizer que não admitimos a forma como foi feita nem como vinha sendo conduzida a dívida do Estado de Minas Gerais pactuada pelo Governo passado, que, numa mensagem à Assembléia, reconhecia impossível de ser paga.

Minas reconhece seus débitos; Minas sabe perfeitamente honrar os seus compromissos, mas não aceita omissão; Minas não aceita submissão. E foi esse o recado que, por nosso líder maior, o Governador Itamar Franco, demos à União e a este País. Hoje, sem dúvida alguma, a grande discussão é o pacto federativo.

Não podemos permitir que a União continue a forçar os Estados membros da Federação a serem meros pedintes. Os críticos, os adversários do Governador Itamar Franco, na pior das hipóteses, reconhecem que ele intuiu que esse modelo federativo que vivemos hoje é fracassado e que, portanto, tem que ser redimensionado, tem que ser rediscutido e tem que ser transformado. E é exatamente nesse sentido que alguns dos Deputados da Assembléia Legislativa, entre eles o Durval e o Presidente Anderson Aduato, junto com companheiros do Rio Grande do Sul, idealizaram a formação dessa Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados.

É assim que faremos e é assim que agiremos. Portanto, hoje consagrarmos essa frente parlamentar é de fundamental importância para que possamos dizer ao País inteiro que as instituições têm que ser efetivamente respeitadas. E não podemos mais permitir que essas questões sejam deturpadas.

Quero lembrar a todos que, a partir deste final de semana, estaremos em audiências públicas em diversas regiões do Estado - para ser mais preciso, em 15 cidades-pólo -, aonde levaremos a realidade dos números, a realidade da dívida, para mostrarmos ao povo mineiro que o Governador de Minas, Dr. Itamar Franco, agiu com responsabilidade, dentro da lei e, acima de tudo, preservando a instituição que é o Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Exa. a oportunidade e, mais uma vez, congratular-nos com os companheiros Deputados dos diversos Estados que aqui estão para, além de respaldar a atitude do nosso Governador, dizer ao Brasil que temos, efetivamente, de rediscutir o pacto federativo. Parabéns a cada um dos Srs. Deputados que vieram somar forças conosco. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Coordenador - A coordenação registra a presença dos Deputados Federais João Fassarella e Tilden Santiago, de Minas Gerais.

Terminamos a fase de os representantes de 17 Estados fazerem uso da palavra, e gostaríamos, antes de passar a inscrição para o representante do fórum popular, que seria o último inscrito nesta tarde, de registrar sugestões que a coordenação está recebendo, no sentido de que o núcleo inicial da Frente Parlamentar de Defesa da Autonomia dos Estados seja formado preliminarmente pelos oradores escolhidos e inscritos, até acontecer uma deliberação mais ampla nos Estados. Essa foi a sugestão que praticamente a maioria dos que procuraram a coordenação estão fazendo.

Então, fica aí, inicialmente, essa sugestão, vamos deliberar depois. A outra seria, de forma inicial, que a secretaria dessa Frente fosse a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que depois discutiria uma infra-estrutura mínima para instalação e o funcionamento da Frente.

#### Palavras do Sr. Renato Barros

O Sr. Coordenador - Passo a palavra ao Renato Barros, que falará em nome do Fórum Democrático e Popular de Minas Gerais, que está articulando entidades da sociedade civil para discutir a questão do pacto federativo e o apoio à renegociação dos Estados.

O Sr. Renato Barros - Boa-tarde aos Deputados e às Deputadas, aos companheiros dos movimentos sindical e popular, acho que é um marco importante a organização, por esta Assembléia, da atividade de hoje, que nos engrandece e fortalece cada vez mais, para que possamos sair às ruas neste momento crucial para o povo brasileiro, quando se abre o debate sobre a questão da dívida externa e da mudança política da economia do nosso País.

Ouvi uma Deputada do Rio de Janeiro citar a importância de o povo ir às ruas, mas é importante reafirmarmos que o povo de Minas Gerais já tem agendada, para o próximo dia 26 de março, uma grande manifestação, o "Dia Nacional de Luta. Basta de FHC.", para a qual estaremos chamando todos os segmentos organizados da sociedade. Queremos ir às ruas, questionar essa política econômica, que é antipovo e que destrói os brasileiros.

Também estaremos organizando em Belo Horizonte, no dia 9 de abril, um júri popular, para o qual estamos convidando personalidades nacionais - e quero levar o convite a todos os parlamentares. Estaremos na Praça Sete, julgando esse Governo com essa política antipovo, de destruição e entreguismo da economia do nosso País. São momentos importantes para nós.

É necessário que não somente Minas Gerais, mas todos os Estados e municípios se organizem e saiam às ruas, para que possamos combater e dar um "basta" a esse Governo. É preciso também ressaltar a importância, para nós e para o povo brasileiro, do dia 21 de abril. Queremos que todos os segmentos da sociedade lá estejam, discutindo e aplicando um "basta" a esse Governo. Esperamos, com isso, chamar a atenção do povo brasileiro para que consigamos fazer grandes mudanças.

Por último, é importante ressaltar que hoje, às 19 horas, estaremos na Escola de Direito, na Praça Afonso Arinos, realizando a plenária do Fórum Democrático e Popular, quando discutiremos a preparação do ato dos dias 26 de março e 21 de abril. É importante que tenhamos ali a presença dos parlamentares e de todas as entidades do movimento social, para contribuírem nessa organização, pois esse é um momento vital para a sociedade brasileira. Muito obrigado. (- Palmas.)

#### Aprovação da Carta de Princípios

O Sr. Coordenador - Para o encerramento, passaremos a palavra ao companheiro Lula, mas, antes disso, vamos deliberar sobre a questão da Frente, pois já temos, agora às 5h15min, no auditório da Assembléia, uma entrevista coletiva.

A primeira questão é a seguinte: seria aprovada aqui, para os parlamentares presentes, a proposta da Carta de Princípios da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados,

apresentada pelos Deputados de Minas Gerais.

Se tiverem alguma sugestão ou dúvida sobre a redação, os companheiros poderiam deixá-la por escrito. Acho que os princípios gerais que nos unem são esses que aqui estão. Então, qualquer problema de redação, os companheiros e os Deputados presentes podem passá-lo à Coordenação do evento, por escrito. Em votação. Para a aprovação, como ato simbólico do espírito de unidade deste evento, a Coordenação solicita aos participantes que, de pé, manifestem sua aprovação à carta de princípios da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados. (- Pausa.) Aprovada, por aclamação, a carta de princípios da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados.

#### Eleição da Comissão Coordenadora da Frente Parlamentar

O Sr. Coordenador - Esta Coordenação passará à eleição da Comissão Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados. Informamos que, por indicação das delegações dos Estados, foi feita a proposta de que, de forma provisória, os representantes que falaram pelos Estados e a Coordenação do evento ficassem como coordenação provisória da Frente Parlamentar. Em votação, a proposta. Solicito aos representantes dos Estados que a aprovam que fiquem de pé. (- Pausa.) Aprovada a proposta. Está eleita a Comissão Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados.

#### Eleição da Sede Provisória da Secretaria da Frente Parlamentar

O Sr. Coordenador - A última proposta: que seja aqui, em Minas Gerais, na Assembléia Legislativa, a secretaria provisória da Frente. Peço aos representantes dos Estados presentes que concordam com a proposta que permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Antes de passar a palavra a Luiz Inácio Lula da Silva, passo a palavra ao Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Anderson Aduato. (- Palmas.)

#### Palavras do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Com a palavra, o Presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. (- Palmas.)

O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva - Sr. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, companheiro Durval Ângelo, que coordenou os trabalhos na tarde de hoje, companheiros e companheiras parlamentares, representantes dos 17 Estados da Federação, companheiros representantes dos partidos políticos, sindicalistas e representantes dos movimentos populares, um dia, em 1988, festejamos, no Congresso Nacional, a inclusão na nova Constituição do capítulo das medidas provisórias. Depois de meses de discussão, copiamos da Constituição italiana as medidas provisórias, com dois objetivos: primeiro, o de acabar com a figura do decreto-lei, tão utilizado pelo regime militar. Segundo, garantir ao Presidente da República que, em momentos de extrema excepcionalidade, pudesse utilizar as medidas provisórias como forma de não ver a administração prejudicada, até pelo fato de ele não ter maioria dentro do Congresso Nacional.

O que vimos a partir de 1990, com a posse de Collor na Presidência da República? As medidas provisórias, que tinham caráter de excepcionalidade em momentos de extrema dificuldade, foram banalizadas. E o Governo passou a utilizar medidas provisórias para comprar carros, para vender carros, para comprar terrenos, para vender terrenos, para trocar de terno, para trocar de camisa, ou seja, desmoralizou um instituto jurídico que, na Itália, mesmo existindo há mais de 30 anos, não foi utilizado 1% do que foi no Brasil em apenas um mandato, seja do Collor ou do Fernando Henrique Cardoso. E, o mais grave, o Congresso Nacional se submete com muita facilidade às medidas provisórias, fazendo com que, às vezes, elas funcionem ou não funcionem de acordo com a vontade do Presidente da República, sem que o Congresso Nacional avoque para si os próprios prazos estabelecidos pelo instituto da medida provisória.

Faz exatamente oito anos que nosso País tem sido governado por via de medida provisória. Nunca, na história do Brasil, vimos o Congresso Nacional - tanto Câmara quanto Senado - ser desrespeitado como agora, criando-se na cabeça da sociedade a idéia de que não serve para absolutamente nada. Por isso, muitas vezes ouvimos o povo, nas ruas, dizendo o seguinte: se o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas não valem nada, por que não são fechados? Nós, que somos políticos e disso temos orgulho, temos que dizer, em alto e bom som, para quem quiser ouvir que, por menos que funcionem o Congresso Nacional, uma Assembléia Legislativa ou uma Câmara Municipal, esse funcionamento, mesmo que precário, é a demonstração inequívoca de que não vivemos um regime autoritário. Senão, voltaríamos à experiência de 1977 ou à de Fujimori, no Peru. Precisamos mostrar à sociedade brasileira que ela precisa, à época das eleições, estabelecer formas criteriosas para escolher seu representante, pois somente assim poderemos justificar o funcionamento das Casas Legislativas neste País, e os Deputados e Deputadas conquistarão o direito de andar de cabeça erguida. Mas como este País, muitas vezes, é feito de mentira, um dia vendeu-se à sociedade brasileira, aos Governadores, aos Deputados e Prefeitos a idéia da necessidade de se enxugar o Estado brasileiro e de se moralizar a administração pública, e, em nome disso, demitiram-se centenas de funcionários públicos, sem nenhum critério, apenas a pretexto de cumprir a orientação do Governo Federal de diminuir a máquina. Outro dia, vendeu-se para a sociedade a idéia da necessidade de se desfazer das estatais, pois eram todas deficitárias. Nunca se discutiram as causas que levaram tais empresas a ser deficitárias, mas simplesmente a necessidade de destruí-las. Outro dia, disseram-nos da necessidade de vender os Bancos, que estavam causando prejuízos. Agora está dizendo que é preciso vender todo o sistema de água e esgoto, para deixar o Estado enxuto. Com esse mesmo discurso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tomou posse no dia 1º/1/95, dizendo que a meta principal de seu Governo seria reduzir a dívida pública e diminuir o déficit fiscal. Passados cinco anos, a dívida pública, que era de US\$65.000.000.000,00, passou para US\$350.000.000.000,00; a dívida externa, sobre a qual pagamos juros todos os anos, está por volta de US\$300.000.000.000,00; e os municípios, os Estados e a União estão falidos. O FMI empresta dinheiro para o Governo Federal, mas impõe condições para gastar esse dinheiro. A soberania nacional não decide como gastar, mas sim o FMI, que determinará quanto o Brasil poderá utilizar desse montante até para acabar com a especulação cambial. E o Governo brasileiro, da forma mais cínica possível, diz para os Governadores dos Estados: empreste dinheiro para vocês, mas terão que vender o resto do que ainda existe no Estado. A pergunta que faço é a seguinte: em nível federal, quando não tivermos mais PETROBRÁS, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e energia elétrica, qual será o papel do Governo Federal?

Em nível estadual, quando não houver mais nenhuma empresa, quando a sobrecarga já tiver sido jogada nas costas dos aposentados e funcionários públicos, em cima de quem se jogará a responsabilidade pelo fracasso dos Estados, dos municípios e do Governo Federal? Mais ainda: somos induzidos a acreditar que era preciso ser assim, para que o Brasil pudesse investir na educação e na saúde. Vocês, que são Deputados Estaduais, sabem perfeitamente que não melhorou a educação, que não melhorou a saúde, que não melhoraram os salários. Portanto, temos de perguntar que tipo de governo, que tipo de política é essa que está sendo colocada em prática no Brasil. Tudo que foi feito com sacrifício pelos Estados, pelos municípios e pelo povo brasileiro não serviu para outra coisa senão para o pagamento de juros das dívidas externa e interna, feitas pelo Governo Federal.

Qual é o papel que temos de seguir agora? Que tipo de política industrial queremos para o nosso País? Que tipo de política agrícola queremos para o nosso País? Que tipo de seguridade social queremos para o nosso País? Que tipo de educação queremos para o nosso País? Está na hora de começarmos a fazer isso. Está na hora de cada Deputado Federal, cada Deputado Estadual, cada Vereador colocar o seu mandato a serviço de uma coisa maior, isto é, a defesa da soberania nacional. (- Palmas.)

Uma companheira que me antecedeu disse uma coisa importante, sobre a qual devemos refletir. Já vendemos quase tudo. Vocês estão lembrados de quanto foi o valor da Cia. Vale do Rio Doce. Vocês estão lembrados de quanto foi o valor do sistema de telecomunicações deste País. Vocês estão lembrados dos valores das nossas empresas hidroelétricas. Vocês estão lembrados de outras empresas que foram construídas ao longo de tantos anos. Agora querem destruir a Justiça do Trabalho. Depois querem vender a PETROBRÁS. Depois querem vender o Banco do Brasil. Depois querem vender a Caixa Econômica Federal. O que irá sobrar?

A minha preocupação é que, diante dessa crise, os Estados Unidos da América do Norte poderão impor ao Brasil a assinatura do acordo da ALCA, que tínhamos nos recusado a assinar na época em que houve o encontro dos Ministérios das Relações Exteriores em Minas Gerais, em 1997. Impor ao Brasil o acordo de livre comércio não significa, como alguns acreditaram, há algum tempo, facilitar emprego para o Brasil. Significa quebrar ainda mais a indústria brasileira, a fim de fortalecermos a indústria americana ou a indústria dos países desenvolvidos, porque o Brasil ainda não tem competência tecnológica para competir. Quando implantarem a ALCA e venderem todas as empresas, o que nos restará para o pagamento de juros? Quem sabe comecem a pedir parte do nosso território; quem sabe a biodiversidade da Amazônia possa interessar. Quando iremos reagir? Quando vamos, enquanto cidadãos brasileiros, levantar a cabeça e dizer que chega? Chega! Já venderam até a alma deste País, estão vendendo a auto-estima de um povo. É preciso começarmos uma reação. Não esperem a reação de muitos Governadores. Vocês precisam começá-la nas Assembléias Legislativas. É preciso que o Poder Legislativo comece a dizer a que veio e aonde vai. Por isso, a iniciativa da Assembléia de Minas Gerais, coordenada pelos Deputados Anderson Aduato e Durval Ângelo, é importante para o meu partido e, possivelmente, para todos os partidos que estão aqui, porque representa a possibilidade de começarmos a percorrer este País, visitando as Assembléias Legislativas, visitando as associações de empresários, visitando as associações sindicais, visitando, enfim, parte da sociedade brasileira viva, dizendo que não queremos mais entregar nosso País, que queremos ter o direito de administrar. A exigência que o Governo está fazendo, de transferir para os Estados a responsabilidade e não transferir o dinheiro, a exigência que o Governo está fazendo, de transferir para os municípios o ônus da despesa e não o bônus dos recursos, está fazendo com que, em todos os Estados brasileiros, além dos Governadores, estejam, na grande maioria, falidos os Prefeitos, sem poder pagar os salários e sem poder investir naquilo que é considerado essencial.

Minas Gerais, outra vez, teve a grandeza de dar o primeiro grito de liberdade. Se deixarmos essa luta ficar apenas entre Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco, possivelmente essa coisa não terá solução nunca. Se pensarmos que essa luta é apenas entre Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco ou entre Fernando Henrique Cardoso e Olívio Dutra ou entre Fernando Henrique Cardoso e não sei quem mais, estamos enganados. Precisamos entender que o problema não é de Estado para Estado, mas o problema é a política nacional, que está errada, o modelo implantado neste País, que está errado, e temos que tentar brecá-lo o quanto antes, porque senão, quando formos gritar, não teremos mais ninguém para nos ouvir. (- Palmas.)

Portanto, precisamos aproveitar esse momento e começar a discutir o Brasil. Não é discutir o umbigo de cada um de nós, representados pelos Estados, é discutir o que aconteceu no Brasil nos últimos 20 anos, o que aconteceu no Brasil nos últimos 10 anos, o que aconteceu no Brasil nos últimos 5 anos. E, pasmem, pela primeira vez na história do Brasil, estamos com um Presidente que, aos 58 dias de mandato, já cansou todo o mundo. Se faltassem três meses, seis meses ou sete meses, estaria todo mundo já pensando nas eleições, mas não tem eleição. E a pergunta que se faz é: como é que vamos agüentar, durante quatro anos, este País vendo aumentar a recessão, este País vendo decrescer seu PIB, este País vendo pequenos e médios agricultores quebrarem e indo morar nas favelas das grandes cidades, este País vendo suas pequenas e médias empresas fecharem ou pedirem concordata, porque não têm financiamento? Financiamento é só para especulação internacional.

Acho que, entre as propostas aprovadas aqui, não pode faltar, companheiro Durval Ângelo, uma proposta para começarmos a marcar, nos outros Estados, atos semelhantes a esse ou outros atos. E mais ainda: os Deputados, independentemente de qualquer partido a que pertençam, precisam começar a engrossar os movimentos que estão acontecendo nas ruas. No dia 26 vai haver ato público, no dia 30 vai haver ato público, no dia 21 de abril, em Ouro Preto, vai haver um ato público. E precisamos engrossar, porque começamos a perceber que tudo neste País começa pequeno e vai ganhando vulto. A Globo não dá, depois começa a dar, o Sílvio Santos não dá, depois começa a dar. Quem não está lembrado da Campanha das Diretas e do "impeachment" do Collor? Tudo começou com um movimento de meia dúzia de pessoas que pareciam loucas. Quem sabe agora mesmo alguém esteja pensando que os Deputados dos seus Estados, que vieram aqui, são loucos. Mas alguma coisa já aconteceu no mundo sem que um louco tivesse dado o primeiro passo? Pois bem, sejamos todos loucos, em defesa do Brasil. Minas Gerais dá o pontapé inicial. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Antes de encerrar, a Presidência solicita aos integrantes da Comissão Coordenadora da Frente Parlamentar que se dirijam ao auditório neste andar, saindo à esquerda, para a entrevista coletiva a realizar-se em seguida. Convidamos também os membros desta comissão coordenadora, assim como os Deputados de outros Estados que se encontram presentes neste Plenário, para nos aguardar, aqueles que quiserem, para que possamos ir, todos juntos, até o Palácio da Liberdade, onde teremos um encontro formal com o Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco. A Presidência agradece a honrosa presença dos representantes dos diversos Estados e, em especial, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de logo mais, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às dez horas do dia dezesseis de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Amílcar Martins, Luiz Menezes e Ronaldo Canabrava, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Canabrava, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a ouvir os Srs. Ertúzio de Souza Calazans, Presidente da Empresa de Serviços de Contabilidade e Assessoria Ltda. - ESCAL -, e Paulo César de Souza, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS -, que irão discorrer sobre as questões relativas à reforma da Previdência Social. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. A Presidência submete a votação os Requerimentos nºs 37, 45 e 51/99, que são aprovados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposição da Comissão. Com a palavra, o Deputado Ronaldo Canabrava procede à leitura de requerimento do Deputado José Henrique, de Belo Horizonte, e que se solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Administração Pública, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e desta Comissão, para avaliar a aplicação em Minas Gerais das reformas administrativas e da seguridade social do funcionalismo, em particular a previdenciária, e que seja convidado o Sr. Afonso Ligório de Faria, Superintendente do INSS em Minas Gerais. A seguir, o Deputado Ronaldo Canabrava procede à leitura de outro requerimento, do Deputado Rogério Correa, em que se solicita seja realizada audiência pública desta Comissão na Câmara Municipal de Mariana, com as autoridades que menciona, para discutir a violação do direito a organização sindical cometido pela Cia. Vale do Rio Doce contra o Sindicato Metabase de Timbopeba. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. A seguir, o Deputado Ronaldo Canabrava assume a direção dos trabalhos para que o Deputado Ivo José apresente requerimento, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Direitos Humanos, de Política Agropecuária e Agroindustrial, de Meio Ambiente e Recursos Naturais e desta Comissão para discutir, em audiência pública, a criação do Instituto de Terras de Minas Gerais, que se responsabilizará pela política agrária do Estado. A seguir, esse parlamentar apresenta outro requerimento, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão com as entidades que menciona para discutir as recentes demissões de empregados do setor de vendas da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, e que seja feita uma visita ao referido estabelecimento, com representantes do Sindicato dos Empregados dos Serviços de Saúde. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Reassumindo a Presidência, o Deputado Ivo José registra a presença dos Srs. Carlos Roberto Moreira e Sérgio Ricardo Greco, assessores do Prof. Ertúzio, e passa a palavra ao Deputado Ronaldo Canabrava, autor do requerimento que motivou o convite, o qual teve suas considerações iniciais. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Prof. Ertúzio, que discorre sobre o tema em pauta. Passa-se à fase de debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 1999.

Ivo José, Presidente - Luiz Menezes - Amílcar Martins.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da comissão de assuntos municipais e regionalização

Às dez horas do dia dezesseis de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Ailton Vilela, Eduardo Brandão e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara abertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos parlamentares presentes. A Presidência dá à Comissão ciência dos Ofícios nºs 221 e 101/99, respectivamente, do Vereador João Ari Carvalho, Presidente em exercício da Câmara Municipal de São Borja, RS, que encaminha a Moção nº 99.143, que trata de repúdio à emenda à constituição que dispõe sobre a prorrogação de mandatos; e do Sr. Ailton de Oliveira, Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, que encaminha leis autorizativas de permuta de área entre esse município e o Município de Pedro Leopoldo. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da reunião, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Por se tratar de matéria de autoria do Presidente, este passa a presidência ao Deputado Eduardo Brandão, que passa a palavra ao Deputado Ailton Vilela, relator do Projeto de Resolução nº 18/99. Este emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e a votação, é aprovado o parecer. Na seqüência dos trabalhos, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão, e submete a votação, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 34/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, e 35/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, os quais são aprovados. A Presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado José Henrique apresenta requerimento solicitando reunião conjunta da Comissão com as Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para avaliar a aplicação, em Minas Gerais, das reformas administrativa e previdenciária, bem como as repercussões nos municípios mineiros da Emenda à Constituição nº 20, e, ainda, que seja convidado o Sr. Afonso Ligório de Faria, Superintendente do INSS em Minas Gerais. O Deputado Ambrósio Pinto passa a Presidência ao Deputado Eduardo Brandão e apresenta requerimento em complementação ao do Deputado José Henrique, solicitando que seja convidado para a reunião conjunta o Sr. José Nilo de Castro, advogado militante em Direito e Previdência Municipal. O Deputado Ivo José solicita reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para ouvir os Srs. Antônio Erdes Bortolotti, Diretor-Geral do DER-MG; Edson Soares, Prefeito Municipal de Teófilo Ottoni; Bonifácio Mourão, Prefeito Municipal de Governador Valadares; Francisco Carlos Chico Ferramenta Delfino, Prefeito Municipal de Ipatinga; e Laércio José Ribeiro, Prefeito Municipal de João Monlevade, para debaterem a duplicação das BRs 381 e 262 no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares e o impacto nas áreas urbanas dos municípios atingidos. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 1999.

Eduardo Brandão, Presidente - José Henrique - Ailton Vilela.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR parecer sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.995; 14.052; 14.058 e sobre os Vetos parciais às proposições de lei nºs 13.997; 14.014 e 14.026

Às dezesseis horas do dia dezessete de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Ermano Batista e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alberto Bejani, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir informa que a reunião se destina a apreciar os Pareceres sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 13.997 e 14.014; informa ainda que redistribuiu o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.997 ao Deputado Alberto Bejani e que o Deputado Ermano Batista continua como relator do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.014. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela manutenção dos mencionados vetos parciais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência suspende os trabalhos por cinco minutos para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura, dando-a por aprovada; agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 1999.

Alberto Bejani, Presidente - Marcelo Gonçalves - Ermano Batista.

#### ORDENS DO DIA

#### ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 24/3/99

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Titulares das Seguintes Entidades: Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM. Diretor-Geral: João Bosco Senra. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Instituto Estadual de Florestas - IEF. Diretor-Geral: Evandro Xavier Gomes. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM. Presidente: José Cláudio Junqueira Ribeiro. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Titulares das seguintes Entidades: Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. Diretor-Geral: Mamede Campanha de Souza. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG. Presidente: João Diniz Pinto Júnior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.880, que dispõe sobre o lançamento de esgoto e de águas residuárias em cursos d'água e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.930, que fixa prazo para a expedição de documentos do sistema estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.977, que estabelece condições para a aquisição de bens móveis por órgão ou entidade da administração pública estadual. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.987, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 54, que altera o art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.891, que dispõe sobre as instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de

parada de ônibus intermunicipais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.901, que dispõe sobre o transporte de preso provisório ou condenado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.919, que dispõe sobre a utilização de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.927, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.928, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 12.735, de 30/12/97, que dispõe sobre o IPVA. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.980, que dispõe sobre a cobrança dos serviços 900, 0900 e similares explorados pelas empresas de comunicação e telecomunicações no território do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.988, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Campina Verde o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.990, que estabelece normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.991, que dispõe sobre o pagamento pelo Estado de honorários a advogado não-Defensor Público nomeado para defender réu pobre e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.994, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspeção de Veículos de Belo Horizonte. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.997, que dispõe sobre a Caixa Beneficente dos ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, nos termos da Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.000, que torna obrigatória a identificação do proprietário na parte traseira dos veículos de transporte de carga. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.003, que dispõe sobre a composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.006, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Sacramento o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.008, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.009, que cria a Ouvidoria Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.014, que promove a adequação da Lei Orgânica do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG - às normas constitucionais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.015, que estabelece norma para concurso público promovido pelo Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.023, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvinópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.026, que dispõe sobre declaração de bens de cidadãos que exerçam cargo e função pública e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.027, que altera o § 1º do art. 19 da Lei nº 9.381, de 18/12/86, que institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.028, que estabelece competência do IPSEMG para arrecadar e aplicar as contribuições sociais de que trata o parágrafo único do art. 149 da Constituição Federal. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.029, que autoriza o Poder Executivo a doar à entidade Assistência Social São Judas Tadeu, no Município de Uberaba, o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.052, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG-CODEI. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.053, que cria Serventias do Foro Extrajudicial nos Municípios de Contagem, Antônio Carlos e Monte Azul e Serviço de Notas no Município de Carandaí. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.058, que transfere para a Loteria do Estado de Minas Gerais as atividades da Comissão Permanente de Bingos. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.060, que dispõe sobre o serviço de táxi especial para transporte rodoviário intermunicipal de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.063, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

#### ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/3/99

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 79/99, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 24/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 66/99, do Deputado Márcio Cunha; 75/99, do Deputado Carlos Pimenta; 80/99, da Deputada Maria Olívia; 83/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 25/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

### Discussão e votação de proposições da Comissão.

#### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, item XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 24/3/99, destinadas, ambas, à discussão e à votação de pareceres e à votação de requerimentos: apreciação da indicação, feita pelo Governador do Estado, dos titulares dos cargos de direção dos seguintes órgãos: Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -, Diretor-Geral: João Bosco Senra; Instituto Estadual de Florestas - IEPHA -, Diretor-Geral: Evandro Xavier Gomes; Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM -, Presidente: José Cláudio Junqueira Ribeiro; Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -, Diretor-Geral: Mamede Campanha de Souza; e Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG -, Presidente: João Diniz Pinto Júnior; e à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 13.880, que dispõe sobre o lançamento de esgoto e de águas residuárias em cursos d'água e dá outras providências; 13.891, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada de ônibus intermunicipais; 13.901, que dispõe sobre o transporte de preso provisório ou condenado e dá outras providências; 13.919, que dispõe sobre a utilização de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências; 13.927, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios; 13.928, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 12.735, de 30/12/97, que dispõe sobre o IPVA; 13.930, que fixa prazo para a expedição de documentos do sistema estadual de ensino; 13.977, que estabelece condições para a aquisição de bens móveis por órgão ou entidade da administração pública estadual; 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoi o imóvel que especifica; 13.980, que dispõe sobre a cobrança dos serviços 900, 0900 e similares explorados pelas empresas de comunicação e telecomunicações no território do Estado; 13.987, que autoriza o Poder Executivo a

doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica; 13.988, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Campo Verde o imóvel que especifica; 13.990, que estabelece normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências; 13.991, que dispõe sobre o pagamento pelo Estado de honorários a advogado não-Defensor Público nomeado para defender réu pobre e dá outras providências; 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio; 13.994, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica; 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspeção de Veículos de Belo Horizonte; 13.997, que dispõe sobre a Caixa Beneficente dos ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais e dá outras providências; 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; 14.000, que torna obrigatória a identificação do proprietário na parte traseira dos veículos de transporte de carga; 14.003, que dispõe sobre a composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal; 14.004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica; 14.006, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Sacramento o imóvel que especifica; 14.008, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica; 14.009, que cria a Ouvidoria Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 14.014, que promove a adequação da Lei Orgânica do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais às normas constitucionais e dá outras providências; 14.015, que estabelece norma para concurso público promovido pelo Estado; 14.023, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvinópolis o imóvel que especifica; 14.026, que dispõe sobre declaração de bens de cidadãos que exerçam cargo e função pública e dá outras providências; 14.027, que altera o § 1º do art. 19 da Lei nº 9.381, de 18/12/86, que institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino e dá outras providências; 14.028, que estabelece competência do IPSEMG para arrecadar e aplicar as contribuições sociais de que trata o parágrafo único do art. 149 da Constituição Federal; 14.029, que autoriza o Poder Executivo a doar à entidade Assistência Social São Judas Tadeu, no Município de Uberaba, o imóvel que especifica; 14.052, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG-CODEI; 14.053, que cria Serventias do Foro Extrajudicial nos Municípios de Contagem, Antônio Carlos e Monte Azul e Serviço de Notas no Município de Carandaí; 14.058, que transfere para a Loteria do Estado de Minas Gerais as atividades da Comissão Permanente de Bingos; 14.060, que dispõe sobre o serviço de táxi especial para transporte rodoviário intermunicipal de passageiros na região metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências; 14.063, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências; e da Proposição de Lei Complementar nº 54, que altera o art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto do Servidores Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de março de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### 2ª Reunião Extraordinária da CPI da Carteira de Habilitação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Ivo José, Christiano Canêdo, José Alves Viana, Miguel Martini e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/99, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 1999.

João Leite, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Alves Viana, Agostinho Patrús, Antônio Genaro, Arlen Santiago, Chico Rafael e Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão de Administração Pública; Márcio Cunha, Eduardo Hermeto, Mauro Lobo, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmolo Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 24/3/99, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 50/99, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, modificado pelos arts. 2º da Lei nº 11.822, de 15/5/95, 5º da Lei nº 12.237, de 5/7/96, e 1º da Lei nº 12.532, de 30/6/97.

Sala das Comissões, 23 de março de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, José Milton, João Pinto Ribeiro e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Requerimentos nºs 49/99, do Deputado Edson Rezende; 52/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; e 69/99, do Deputado Márcio Kangussu, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 1999.

Sebastião Costa, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 9/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De iniciativa do Deputado Agostinho Silveira, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Associação de Promoção Humana Divina Providência, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade é uma sociedade civil com o objetivo precípuo de assistir as pessoas ou as famílias carentes no que tange à alimentação, saúde e habitação, amparando-as, ainda, moral e espiritualmente.

Promove, também, cursos de capacitação profissional, por conta própria ou mediante contrato com outra instituição.

Por realizar obra meritória e de amplo alcance social, a instituição é merecedora do título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões aludidas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 9/99 na forma proposta.

Sala das Comissões, 22 de março de 1999.

**Christiano Canêdo, relator.**

#### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

##### 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 16/3/99

O Deputado Alberto Bejani - Voltamos a esta tribuna para transformar a nossa voz na voz do povo, que merece e que nos colocou aqui.

De acordo com a Constituição, 25% da receita do ICMS arrecadado pelo Estado pertence aos municípios. Já o parágrafo único da Lei Complementar nº 63, de 11/1/90, garante o repasse dos acréscimos referentes a juros, multas e correção monetária.

Gostaria de pedir aos Srs. Deputados que prestem atenção a este pronunciamento, que diz respeito às Prefeituras de Minas Gerais. Tenho absoluta certeza de que a maioria dos Prefeitos não sabe, na realidade, o que está acontecendo com o Governo do Estado de Minas Gerais em relação àquilo a que os municípios têm direito, que é a arrecadação do ICMS.

Portanto, é de fundamental importância este pronunciamento em cima de dados técnicos e reais, que iremos apresentar neste momento.

A cota-parte não chega aos cofres do Estado. Ela é depositada na conta comum das Prefeituras e distribuída semanalmente pelo BEMGE, que é o Banco centralizador.

Contudo, o documento denominado "Situação Fiscal de Minas Gerais: Síntese do Período 1995/98", elaborado em novembro de 1998 pela Secretaria da Fazenda, registra que, a partir de outubro daquele ano, as prestações líquidas do refinanciamento da dívida do Estado foram reduzidas devido à utilização de Certificados do Tesouro Nacional recebidos da RFFSA, como quitação da dívida ativa do ICMS. O valor total negociado, na ordem de R\$146.000.000,00, deveria ser suficiente para cobrir, inclusive, a prestação de janeiro deste ano.

Segundo os parâmetros legais, 25% daquele valor, ou seja, R\$36.500.000,00, deveriam ser pagos aos municípios, ainda que através de Certificados do Tesouro Nacional. Não se tem notícia de como o Estado repassou esses valores. Alguns Prefeitos ignoram se receberam suas cotas. Outros afirmam que não receberam e nos solicitam que essa questão seja esclarecida.

Outro problema que também preocupa os municípios refere-se ao § 2º da cláusula 4ª do Contrato nº 004/98 STM, firmado entre a União e o Estado, em 18/2/98, refinanciando a dívida de Minas Gerais, confessada na época em R\$11.827.540.208,92. Deste total, R\$10.185.063.760,20 foram o valor consolidado e refinanciado.

Para se chegar a esse valor, houve uma dedução de R\$50.688.156,43 provenientes dos créditos de atualização monetária do IPI - exportação do Estado junto à União. Ocorre que no contrato o Governo Estadual deu quitação geral nesse total e se comprometeu a repassar os 25% de direito do município, conforme estabelecido pelo art. 8º da Lei nº 9.496, de 1997.

Queremos saber se realmente esse valor foi repassado. Estamos apresentando requerimento à Presidência desta Casa solicitando informações detalhadas sobre o assunto junto à Secretaria da Fazenda.

Somados, os créditos utilizados pelo Estado alcançariam R\$196.000.000,00, dos quais R\$49.000.000,00 são dos municípios de Minas Gerais.

Os valores em questão representam hoje aproximadamente 50% da receita mensal de ICMS das Prefeituras. A maioria encontra-se em situação financeira caótica. Para Juiz de Fora, por exemplo, que tem índice no rateio de 2,22%, representa uma perda de R\$1.090.000,00. Esse valor seria de grande ajuda no momento, principalmente para ser utilizado no pagamento dos salários do funcionalismo público municipal, que registra parcelas de atraso referentes aos meses de outubro e novembro do ano passado.

As Prefeituras não deram aos Governos Federal e Estadual autorização para receberem seus créditos, tampouco pagar suas dívidas. É importante que num país democrático como o nosso haja respeito entre os Poderes.

Mais uma vez o povo é chamado a pagar a conta. Somos sua voz nesta Casa. Fomos eleitos para defender seus legítimos direitos. Os municípios não podem mais ser apenados com acordos que retirem de seus orçamentos recursos indispensáveis a investimentos nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Não nos interessa saber de quem é a culpa. É importante que os governantes tenham consciência de que a população espera do poder público negociações que visem à defesa de seus direitos e promovam o desenvolvimento social. Exigimos transparência das ações governamentais.

Aproveito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, usando o tempo que ainda tenho nesta tribuna, para dizer a todos que, com surpresa, lendo o jornal "A Tribuna de Minas" na Internet, deparei com o anúncio e a confirmação da presença, no dia 10 de abril, do movimento que foi criado ontem nesta Casa. Está confirmada pelo 2º-Vice-Presidente desta Casa, o Deputado Durval Ângelo, do PT, uma mobilização envolvendo Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, líderes de bairro, sem que fosse sequer citado o nome do Deputado que teve 47 mil votos naquela cidade, sem que o Deputado Alberto Bejani fosse sequer comunicado da decisão. Lamento essa situação, porque estou nesta Casa há 45 dias, aproximadamente, e tenho mantido os pés no chão, a honrabilidade e, acima de tudo, o respeito à Oposição, não aceitando, de maneira nenhuma, Sr. Deputado e nobre companheiro Durval Ângelo, o fato de sermos informados sobre fatos como esse no dia seguinte, pelo jornal. Não é possível que um Deputado que foi Prefeito em uma cidade, sendo que dela recebeu 47 mil votos, seja informado de um movimento que nela ocorrerá por via da Internet, através do jornal "A Tribuna de Minas". Lamento que isso tenha acontecido. Talvez, Sr. Deputado, em um momento impensado, o senhor tenha se esquecido de que, nesta Casa, existe um representante da cidade de Juiz de Fora.

Gostaria de dizer mais. Juiz de Fora é minha cidade, e a defendendo, apenas não posso ser surpreendido com uma mobilização que irá acontecer no dia 10 de abril, para a qual até as associações de bairro foram convidadas, enquanto o Deputado eleito legitimamente foi informado através do jornal.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Deputado Alberto Bejani, quero informar a V. Exa. que o projeto original Minas Unida Vence a Crise tinha quatro itens. O primeiro item era a teleconferência, já realizada ontem, neste Plenário, de forma extraordinária. Houve grande número de presentes e ótima repercussão. O segundo item era o lançamento da Frente Parlamentar. Estavam presentes Deputados de 17 Estados, o que foi além da nossa expectativa. O terceiro item seria o das 15 audiências públicas regionais, mas a Liderança do seu partido, o PFL, assim como a Liderança do PSDB e a Liderança da Minoria, que congrega os dois partidos, foram contra esse item. Assim, decidimos fazer as audiências públicas regionais coordenados pelo PT e pelo PMDB, com o apoio e a presença dos partidos coligados que apóiam o Governador do Estado. Nesse sentido, essa não é uma atividade oficial da Assembléia, mas uma atividade que seus colegas de bancada fizeram com que fosse partidária, só concordando com o quarto item: o ato em Ouro Preto, no dia 21 de abril, que será da Assembléia.

Então, os Deputados avisados de tais atos são aqueles que concordam com eles, a não ser que o PFL queira concordar, e mudar. Nesse caso, podemos votar uma emenda, pois um Deputado que foi eleito com 47 mil votos e com a expressão que V. Exa. tem em Juiz de Fora terá muita dificuldade para explicar à sociedade por que não estará participando de um ato como esse. Será que está concordando com o Governo Federal? Será que está concordando com o Fundo de Estabilização Fiscal, que está punindo os municípios? Tenho a certeza de que V. Exa. não concorda com isso. Agora, imagine os outros 20 Deputados da Oposição. Como irão explicar em suas cidades que não concordaram que o povo fosse ouvido, fosse consultado? Portanto, concordo em gênero, número e grau com a intervenção de V. Exa. No entanto, não temos responsabilidade. Estamos convidando os partidos que estão envolvidos com a articulação. Acredito que V. Exa., mesmo sendo do PFL, do partido que aqui discorda, terá um papel de destaque se lá comparecer, pois sabemos do seu compromisso com a verdade e a ética. Assim, se for o caso, poderia comunicar à imprensa local, que me entrevistou por três vezes sobre esse assunto, que V. Exa. está se integrando ao grupo e que estará conosco lá. Isso ajudaria muito, mas as circunstâncias em que foi realizada a votação na semana passada impediram que caminássemos unidos para o interior. Além disso, a Oposição quis dar aos atos regionais um caráter partidário, e assim será feito.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Deputado, em primeiro lugar, gostaria de lembrá-lo de que não preciso ser convidado para ir à minha cidade. A minha residência é fixa e vou a Juiz de Fora quando julgar melhor. Lamento não ter sido comunicado sobre o movimento do dia 10, o qual os senhores abraçaram, mas gostaria de parabenizá-los, porque ontem esta Casa ficou parecida com uma sede do PT, porque aqui o PT se alojou, trazendo representantes famosos desse tão brioso partido.

Gostaria apenas de lembrar, meu caro Deputado, aquilo que está no jornal. Aqui está a cópia. (-Lê:) "A articulação foi firmada ontem entre o Vice-Prefeito, João César Novais, do PMDB, e o Presidente do Legislativo local, Paulo Rogério, do PSB, que representam o município na solenidade da Assembléia, com o 2º-Vice-Presidente da Casa, Deputado Durval Ângelo". Portanto, o nome da Assembléia Legislativa está sendo citado. É isso que não ouvimos falar no acordo.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - É o cargo que ocupo.

O Deputado Alberto Bejani - Sei que é o cargo que o senhor ocupa. Gostaria de dizer que ainda não lhe concedi o aparte, pretendo fazê-lo, mas peço que o senhor tenha um pouquinho de calma. Creio que o senhor está muito ativo para cortar a palavra de quem está na tribuna sem pedir autorização.

Vou encerrar as minhas palavras, mas gostaria de deixar bem claro que no dia 10 de abril - e a imprensa está aqui testemunhando - estarei em Juiz de Fora, com o ônibus branco que tenho, onde está escrito "Saúde em Primeiro Lugar", com ginecologista, pediatra, assistente social e com 100 mulheres grávidas, das quais cuidamos com assistência médica, medicamentos, alimentação, além do acompanhamento durante o parto, mostrando que Alberto Bejani não vive de discursos, vive de ações concretas para ajudar a população, principalmente a mais carente. De circo, estamos cheios neste Brasil. Chega de circo, queremos atitudes concretas que levem ao diálogo e acabem com essa coisa ruim que está acontecendo em nosso Estado. Gostaria de dizer, Sr. Deputado, que eu, Alberto Bejani, sou a favor do diálogo, e já que os senhores estão me colocando como homem da não-Situação, digo com todas as letras: Sr. Governador Itamar Franco, quem está falando é um ex-Prefeito de Juiz de Fora, que o apoiou para Prefeito daquela cidade, que o apoiou para Senador por duas vezes, que o apoiou para Vice-Presidente da República, junto com Fernando Collor de Mello. A partir de hoje, o cidadão e Deputado Carlos Alberto Bejani é da Oposição, senhor. Já que o senhor quer tanto que eu seja da Oposição, sou da Oposição, sim, ao seu Governo.

O Deputado Eduardo Hermeto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é do conhecimento de todos e, acredito, objeto de preocupação de muitos dos parlamentares aqui presentes, a urgente necessidade de organização do regime de previdência social do servidor público mineiro. É um assunto de inadiável solução e um desafio para Estados e municípios brasileiros, em vista da gravidade das conseqüências que certamente poderão atingir a todos os seus servidores civis e militares, sobretudo os que hoje se encontram no exercício de suas funções, seja no Executivo, seja no Legislativo, seja no Judiciário.

O demonstrativo de despesas publicado pelo Governo de Minas Gerais no dia 2 de fevereiro é bastante claro: mais de 27% da receita corrente líquida do Estado, no exercício do ano de 1998, foram utilizados para pagamento de aposentadorias - um montante de R\$2.200.000.000,00, valor que correspondeu a 37% da despesa com a folha de salários no Estado naquele ano.

A tendência é que essa proporção cresça em ritmo cada vez mais acelerado. Estimativas apontam que, no prazo de apenas quatro anos, 50% da folha do Estado estarão comprometidos com o pagamento de aposentadorias, o que, obviamente, será insustentável.

O Governador Itamar Franco, ciente da gravidade desse quadro e, principalmente, atendendo ao anseio dos funcionários públicos por garantias de uma vida futura digna, instituiu, no dia 1º de março, uma comissão especial responsável por coordenar e preparar os estudos para o funcionamento do regime de previdência social dos servidores estaduais.

Essa comissão especial, criada pelo Decreto nº 40.286, reunirá, na mesma mesa de decisões, três Secretários de Estado, dirigentes de órgãos públicos e um Deputado representante da Assembléia Legislativa.

Dado esse passo fundamental por parte do Executivo, considero nosso dever, nossa obrigação, como parlamentares, somar contribuições. Entendo que a matéria exige uma abordagem profunda por parte da Assembléia Legislativa, razão pela qual apresentei um requerimento, já aprovado, junto à Presidência da Casa, solicitando a promoção de um fórum técnico, a ser realizado com um amplo leque de participações e tendo como objetivo abrir novas oportunidades para o debate, envolvendo todos os segmentos interessados em oferecer colaborações a esta Casa.

A complexidade e a urgência dessa discussão requerem esforços concentrados e a partilha de experiências entre gestores públicos, representantes de fundos de pensão já existentes, bem como os demais setores interessados.

Temos, ainda, o grave problema dos servidores ocupantes de cargos em comissão que são agora transferidos para o regime geral de previdência social. Mas, sob quais condições? Qual será o ônus desses trabalhadores? São várias as perguntas.

Dentro do que determina a Lei nº 9.717 e a Emenda à Constituição nº 20, que regulamentam os regimes de previdência social, precisamos encontrar os melhores caminhos, de forma a garantir que os recursos necessários ao pagamento das aposentadorias, atuais e futuras, estejam seguros.

É urgente a criação de um fundo de previdência social sólido e eficiente, a ser instituído com o compromisso de todas as partes. Uma tarefa difícil, mas para a qual, acredito, encontraremos soluções através do trabalho e do compromisso que temos para com uma sociedade mais harmônica.

Agradeço aos nobres colegas.

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente em exercício, Deputado Gil Pereira, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Mulher brasileira, mulher mineira. Mulher esposa. Mulher mãe. Mulher empresária. Mulher política. Alegre, dinâmica, atuante. Mas, acima de tudo, competente. Assim é a Deputada Maria Elvira.

Durante quatro anos tivemos o prazer de conviver nesta Casa com Maria Elvira, e assim começamos a respeitá-la. Após oito anos de mandato, ela foi à luta e tornou-se Deputada Federal. Nas últimas eleições, cortando este Estado de Sul a Norte, de Leste a Oeste, tornou-se a Deputada Federal mais votada de seu partido. Mostrando trabalho e competência, teve o reconhecimento do povo de Minas Gerais. Sentimos sua ausência aqui, pois está marcando presença na Câmara dos Deputados.

Queremos hoje, em nome da mulher mineira, agradecer-lhe pela brilhante idéia e vitoriosa aprovação do projeto que permite aos hospitais e clínicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde - SUS - realizar a cirurgia reparadora da mama, nos casos de mutilação total ou parcial decorrente do câncer. É uma vitória de tantas mulheres que foram mutiladas e perderam a vida. Segundo o Deputado Federal Aloizio Mercadante, "é um momento de dignidade do Congresso Nacional".

Para a Deputada Maria Elvira, a reconstrução da mama ficará mais democrática com a possibilidade de realização pelo SUS. "O processo já é difícil para quem pode arcar com as despesas da plástica. Imaginem para a mulher pobre, que dificilmente poderá colocar uma prótese que amenize a dor de se ver mutilada", disse Maria Elvira.

Só em 1997, 30 mil mulheres foram vítimas de câncer de mama e 7 mil morreram em decorrência da doença no Brasil. Para a Deputada, a aprovação do seu projeto chega a ser um ato de reparação do Estado, que, negligente, não leva informação a todas as mulheres brasileiras, uma vez que as campanhas de prevenção contra o câncer de mama são tímidas. Na nossa época de LBA, tivemos a oportunidade de fazer parceria com a Associação de Prevenção do Câncer - ASSPRECAN -, quando valorizamos o trabalho do médico Dr. Tadeu Proenza Scorza, um grande defensor da prevenção do câncer de mama. Através dos nossos agentes de saúde, levamos todas as informações às mulheres carentes de Belo Horizonte. Os casos suspeitos eram encaminhados à Maternidade Odete Valadares para diagnóstico final.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Governo precisa implantar neste País um trabalho preventivo de câncer de mama. O custo da prevenção é menor do que a reparação. Evita sofrimento. Evita traumas.

Sr. Presidente, deixamos registrado nos anais desta Casa o nosso reconhecimento e a nossa gratidão à nobre Deputada Maria Elvira.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Sra. Deputada, agradeço a V. Exa. a concessão desse aparte. Não poderia me tornar insensível à sua fala porque, na verdade, nós, que somos da área de saúde, especificamente da área da ginecologia, temos que parabenizar a Deputada Maria Elvira pela iniciativa desse projeto. Suas palavras, Deputada Maria Olívia, realçando a importância do projeto e dando ressonância a ele aqui, em Minas Gerais, particularmente na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, denotam a sua preocupação com a saúde da mulher. Assim, não poderíamos nos furtar a esse dever de apartá-la e agradecer-lhe o aparte.

Mas queríamos dizer que a própria justificação do projeto da Deputada Maria Elvira, como diz ela, resgata uma dívida do Estado para com a mulher. Porque há omissões e falhas do Estado brasileiro quanto ao câncer mamário e de outros tipos.

Ao se aprovar o projeto e ser este sancionado pelo Presidente da República, estaria sendo resgatada essa omissão no campo da prevenção. Só que em um estágio mais doloroso para a mulher, quando já se vê mutilada e necessitando de uma reparação dessa mutilação, por meio de uma cirurgia plástica.

Deputada Maria Olívia, só nos resta pedir à Deputada Maria Elvira que tenhamos vigilância no cumprimento da lei. Porque sabemos que há profundos cortes previstos para a área social, entre eles a saúde, e muito mais na área de prevenção. O projeto tornado lei é da máxima importância. Mas, como tudo no País carece de seriedade, conclamaremos a todos para o cumprimento da lei. Vamos cobrar do Governo que essa lei da maior importância seja colocada em prática. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Nobre Deputada Maria Olívia, gostaria de, ao apartá-la, render minhas homenagens, aliás, uma homenagem que não é só minha, mas também da nossa Bancada do PMDB, na Casa. Faço isso não apenas por V. Exa. merecer, mas porque V. Exa. traz a esta Casa um assunto extremamente importante: a saúde da mulher, que, sem dúvida alguma, é uma das grandes preocupações de vocês, mulheres. Assim, em nome do PMDB, queremos homenagear V. Exa. e também as mulheres e as Deputadas da Casa.

Queremos homenagear também a Deputada Federal Maria Elvira, nossa companheira de partido. É bom realçar e lembrar que se trata de uma das mais atuantes Deputadas Federais no Congresso Nacional. Foi uma atuante Deputada Estadual, e nós, do PMDB, nos sentimos extremamente honrados por ter a Deputada Federal Maria Elvira como nossa companheira de partido.

Agradeço em nome dela e no de sua família, de quem tenho o privilégio de ser amigo - as palavras sinceras e elogiosas de V. Exa. a nossa Deputada Maria Elvira. Muito obrigado.

Mais uma vez, parabéns a V. Exa. pelo conteúdo de seu discurso e pelo propósito de homenagear a Deputada Maria Elvira.

A Deputada Maria José Hauelsen (em aparte)\* - Prezada amiga e companheira Maria Olívia, queremos também cumprimentá-la pelo seu pronunciamento, que reconhece o valor de uma amiga e companheira nossa, que luta pelos direitos da mulher.

Sei da sua impossibilidade de estar aqui no dia em que fomos homenageadas, quando recebemos o carinho desta Assembléia, cumprimentos dos Deputados e demais pessoas, o que aconteceu não só aqui, em Belo Horizonte, como em outras cidades. É bom que sejamos homenageadas, pois isso nos faz bem, envidecendo-nos, alegrando-nos. Mas neste dia também lembramos que existem homens que são abusados no que fazem e dizem em relação às mulheres. Manifesto o meu protesto pela atitude do Sr. Olavo Drumond, Prefeito de Araxá, pois, enquanto as mulheres são homenageadas e lutam pelos seus direitos, ele usa o humor negro, tentando fazer gracinha, depreciando e diminuindo as mulheres. Temos em mãos a frase, em cópia xerox, assinada pelo Prefeito, que não sei se é original ou não, dizendo: "Meus amigos, se as mulheres viessem com bula, ninguém se casaria". Esta frase revela uma grosseria muito grande. O Sr. Olavo Drumond não sabe respeitar nem as mulheres da sua família, pois, com certeza, segundo a colocação por ele feita, na sua família ninguém teria se casado se as mulheres viessem com bula. Lamentamos que, nesta época, existam pessoas que nos tratem dessa maneira. Mas, graças a Deus, trata-se de uma minoria. A maioria nos respeita, prestando-nos homenagens, e a todos esses apresentamos nossos agradecimentos.

A Deputada Maria Olívia - Deputada Maria José Hauelsen, gostaria de dizer que, embora não disponha de uma estatística real, normalmente as mulheres mutiladas são abandonadas pelos seus maridos. É gravíssimo o caso das mulheres mutiladas pelo câncer de mama, porque são, na sua maioria, abandonadas pelos seus maridos.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte) - Agradeço à Deputada Maria Olívia, e quero parabenizá-la pelo seu pronunciamento, dizendo que aqui estamos para fazer coro à voz de V. Exa. quando faz essas referências tão elogiosas à nossa competente, dinâmica e guerreira Deputada Maria Elvira.

Gostaria de registrar que todas nós, que estamos nesta Casa, travamos uma luta muito grande relativamente à questão da cidadania da mulher, que passa pelo combate à violência, pela saúde da mulher, e tantas outras questões que tratam da mulher.

Gostaria de registrar que, logo que assumimos nossas funções como Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte, o primeiro projeto de lei que apresentamos naquela Casa, que teve o nº 68/97, instituiu o Serviço de Orientação e Prevenção ao Câncer Cérvico-uterino e de Mama no Município de Belo Horizonte e dava outras providências. Está estatisticamente comprovado que o câncer é a grande causa de morte das mulheres neste País. Queria, com muita tristeza, registrar que esse projeto, apesar de ter sido aprovado em 1º e 2º turnos na Câmara Municipal, foi vetado pelo Prefeito de Belo Horizonte. Isso trouxe para nós, mulheres, uma tristeza muito grande, mostrando que, com um trabalho desenvolvido no nível da Deputada Maria Elvira, se Deus quiser, vamos estar também apresentando projetos que falem de perto à saúde da mulher e, de forma especial, à questão do câncer. Muito obrigada. Parabéns e felicidades, Deputada.

A Deputada Maria Olívia - Obrigada.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Companheira, colega Deputada Maria Olívia, realmente também não poderia deixar de expressar aqui a nossa alegria de ver que, mais

uma vez, a mulher, neste País, está conseguindo um avanço para ter os seus direitos respeitados e para que possa também adquirir outros.

Com relação à saúde, sabemos que esse é um projeto de suma importância, sobretudo pelo alto índice de câncer de mama que temos. Sabemos também que é o momento de unirmos cada vez mais as bancadas femininas do Congresso Nacional e desta Assembléia, a fim de conquistarmos outros espaços. Basta dizer que um ginecologista, recentemente, disse que, se com quatro ou cinco anos de antecedência for percebida a possibilidade de câncer na mulher, ele pode ser evitado. Então, que possamos unir os nossos esforços e somar com as nossas colegas Deputadas que têm conseguido conquistar esses direitos, não simplesmente para elas, enquanto mulheres, mas para todas as mulheres brasileiras.

A Deputada Maria Olívia - Obrigada, Maria Tereza. Terminando: (- Lê:) "Que ela continue elevando o nome de Minas Gerais, mostrando que a mulher mineira é, acima de tudo, forte, respeitada e capaz." Muito obrigada, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, galeria, o que gostaríamos de trazer aqui hoje está relacionado com o setor agropecuário. Na teleconferência de ontem ficou bastante claro que o Brasil inteiro hoje percebe que a falta de apoio a esse setor, que, na minha visão, é o carro-chefe da economia brasileira, tem trazido o desemprego, tem trazido desajustes para a nossa economia, inclusive o desequilíbrio na balança de pagamentos. Isso ficou claro nas palavras do Senador Roberto Requião, do Senador José Alencar, do Deputado Aloizio Mercadante, enfim, praticamente de todos que se pronunciaram aqui ontem. Pois bem, a agricultura mineira é uma atividade que, por si só, representa por volta de 12% a 14% de toda a movimentação da nossa economia, e se levarmos em consideração o agregado, a agroindústria, como as indústrias e os serviços na área de insumos, máquinas e equipamentos, essa economia vai para algo em torno da metade da economia mineira, que está situada no âmbito do setor agropecuário.

O motivo do nosso pronunciamento é que temos recebido muitas manifestações de todas as regiões de Minas Gerais, sobretudo da região do Triângulo Mineiro, com relação ao descaso que o Governo atual está tendo para com o setor agropecuário, com a agricultura de Minas Gerais. Por quê? Porque já há quase três meses de Governo e ainda não temos um Secretário de Agricultura definido, designado, nomeado. Isso tem sido entendido pela classe, e pelo interior afora, como um descaso para com um setor tão importante da nossa vida econômica e social, evidentemente.

Que consequência isso tem trazido para a economia mineira e para o setor agropecuário? Primeiro, a falta de prestígio, como disse; segundo, a falta de coordenação. A agricultura tem um sistema da agropecuária que envolve vários órgãos: a EPAMIG, na pesquisa; a EMATER, na assistência técnica e extensão rural; a RURALMINAS, na regularização da terra e sua irrigação; o IMA, na defesa sanitária, animal e vegetal; a CASEMG, com a parte de armazenagem; a CEASA, com a parte de comercialização de hortifrutigranjeiros; enfim, é um sistema que envolve todas as partes, e essa falta de coordenação política, hoje verificada pela Secretaria de Agricultura, tem deixado os órgãos realmente desorientados.

Temos também verificado que vários investidores externos, não vou nem dizer nacionais, têm já relação com Minas Gerais. Dou exemplo de um caso típico, que são os chineses em Uberaba: estão vindo investir na área de fruticultura, especialmente com uma fruta chamada lichia. Pois bem, já sabemos que estão protelando esse investimento, porque não há um Secretário para responder pela agricultura no Estado de Minas Gerais.

Gostaria de fazer uma ressalva, pois como Secretário Adjunto está o Dr. Bandeira, ex-Reitor da Universidade Federal de Viçosa, que é uma pessoa de bem. Mas não adianta deixar uma pessoa respondendo pela Pasta, se não há ferramentas para trabalhar.

O IMA passa por um problema sério porque não tem Presidente e hoje está com uma grande responsabilidade, que é o controle da febre aftosa no Estado, que há 34 meses não apresenta um foco sequer dessa doença. Para que a Organização Internacional de Epizootia considere Minas Gerais uma área livre de febre aftosa, são necessários 24 meses sem nenhum foco. Então, temos que comemorar, pois já estamos há mais tempo sem um caso dessa doença.

Alguns compromissos devem ser cumpridos, como discutimos na audiência pública da semana passada, como, por exemplo, as barreiras sanitárias, sobretudo entre os Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Se o IMA não as concretizar, perderemos um esforço, não de 34 meses, mas talvez de 10 anos, na luta para erradicar essa doença, que reduz o preço da carne em até quatro vezes, quando pensamos no mercado internacional.

A EPAMIG, com sua nobre missão de fazer pesquisa, de desenvolver tecnologia - damos o exemplo da soja, esse órgão deu uma contribuição extrema para a sua introdução em todo o Brasil Central -, também carece de definições e, evidentemente, o Secretário de Agricultura seria o interlocutor entre os órgãos e o próprio Governo do Estado para suprir essas carências.

Também queria deixar bem claro que a nossa preocupação tem fundamento. Quando o Governador Itamar Franco foi Presidente da República, em dois anos passaram pelo Ministério da Agricultura nada menos que 11 Ministros. Nisso pode ser vista a descontinuidade dos trabalhos da agricultura brasileira daquela época. Desta vez, o Dr. Itamar Franco designou o Deputado Federal Sílas Brasileiro, pessoa de bem, competente, mas que, por problemas políticos, em termos da votação do ajuste fiscal, durou apenas 20 dias. Sabemos que este Governo tem dificuldades em achar alguém para ser o Secretário de Agricultura, em função dessa ameaça de ficar pouco tempo em uma Pasta.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Paulo Piau. Estou acompanhando o seu pronunciamento. Temos o maior respeito pelo trabalho que V. Exa. desempenha nesta Casa e, especialmente, pelo seu conhecimento com relação à agricultura, a esse segmento, a essa atividade tão importante no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Paulo Piau levanta uma situação gravíssima, que passa despercebida por alguns em Minas Gerais. Nós, que dependemos tanto dessa atividade, estamos vendo essa vacância no Governo, um Governo que está preocupado com discurso e que, muitas vezes, fica longe da situação que estamos vivendo. Ora, passados 3 meses, esse Governo ainda não tem um Secretário de Agricultura. O que foi nomeado, por uma questão, que o senhor colocou muito bem, política - porque votou em algo que pretendia o Presidente da República foi retirado. Vemos o descaso desse Governo com a agricultura, com as questões que afligem o povo de Minas Gerais, a maioria das famílias ligadas à produção no campo, produção leiteira e agricultura, e, neste momento, sem uma política e sem alguém que possa direcionar a Pasta.

Então, quero parabenizar V. Exa., Deputado Paulo Piau, por trazer esse tema grave, que mostra uma situação inaceitável no Estado neste momento. O senhor aborda ainda a questão do IMA: estamos aguardando que para lá seja nomeada uma pessoa competente, para continuar esse trabalho que vinha sendo realizado em relação à febre aftosa. Quero parabenizá-lo pelo assunto que V. Exa. está abordando, para que esse Governo responda com urgência, porque, passados três meses, não há ninguém cuidando da área da agricultura. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Gostaria de terminar, agradecendo as palavras do Deputado João Leite, e dizer que, considerando toda a cadeia do negócio agropecuário mineiro, 50% de todas as pessoas empregadas no Estado têm algum vínculo com a agropecuária. E veja V. Exa., Deputado João Leite, que é ligado à área de direitos humanos, não há nada mais justo do que promover emprego digno para as pessoas, e a agricultura é uma fonte de emprego da mais alta relevância para o Estado de Minas Gerais.

Dessa maneira, pedimos ao Governador Itamar Franco que busque o diálogo com a esfera federal, que, nesse particular, comece a governar Minas Gerais. Os problemas nacionais são importantíssimos e devem ser tratados, sim, mas, em primeiro lugar, a responsabilidade desse Governo é com o Estado de Minas Gerais. Não podemos admitir que uma área de tanta relevância seja, na verdade, abandonada, até hoje, pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

O Deputado José Alves Viana (em aparte) - Ilustre Deputado Paulo Piau, nós que também fazemos parte da Comissão de Política Agropecuária desta Casa, queremos dizer-lhe da nossa alegria em saber que sempre esteve envolvido, preocupado e ocupado com a agricultura.

Estamos somando esforços e queremos, mais uma vez, dizer-lhe da nossa intenção de olhar as cooperativas e juntos criarmos, definitivamente, uma política para a agricultura. Todos falam que a agricultura é viável, é o caminho, é a solução, e infelizmente não se vê, em nenhum nível de Governo, uma política definida. Isso cabe a todos nós e a você, como grande líder da agricultura e da pecuária em Minas Gerais, notadamente na sua região, Uberaba; quero parabenizá-lo pelo trabalho desenvolvido durante esses longos anos, aqui, na Assembléia.

Estamos aqui para somar e ajudar a definir uma política para a agricultura e a pecuária, que representam a vocação maior de Minas Gerais. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Paulo Piau - Obrigado, Deputado José Alves Viana. Concluindo, queremos dizer que temos um grande prazer em ter S. Exa. na Comissão de Política Agropecuária, com o Deputado Kangussu e o Deputado João Batista, que tão bem começou a dirigir os trabalhos da Comissão.

A nossa presença é exatamente para colaborar, para que Minas Gerais tenha uma política agrícola voltada para os interesses do Estado e capaz de dar suporte ao produtor que paga por essa política econômica federal maior, que sabemos ser desastrosa. Evidentemente, temos que fazer a nossa parte, não adianta lamentar a falta de uma política econômica e agrícola maior. Há de se fazer isso no Estado e no município, e é dentro desse espírito que queremos cobrar do Governo do Estado uma definição em termos de um nome, não um nome qualquer, mas um nome que seja capaz de conduzir os destinos da agropecuária em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, esta é a primeira vez que utilizo esta tribuna na condição de parlamentar eleito pelo Sul de Minas.

Sem dúvida, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para mim, é motivo de muita honra, satisfação e orgulho poder estar aqui, hoje, fazendo minha estréia nesta tribuna, por onde passaram grandes homens, que abrilhantaram e dignificaram a política de Minas e do País.

Venho do Sul de Minas, de Pouso Alegre, daquele cantinho que eu diria às vezes esquecido pelas nossas autoridades e pelo nosso Governo. Chego a esta Casa com 21.290 votos, obtidos naquela região. Chego a esta Casa pelas mãos do povo de Pouso Alegre e sustentado por uma proposta de trabalho, de seriedade e de dignidade. Chego a esta Casa, porque disse, nas ruas de Pouso Alegre, que viria para cá tentar ser um bom Deputado e representar o povo de Pouso Alegre com a maior dignidade possível.

Por isso, não poderia deixar de utilizar esta tribuna para agradecer o povo de Pouso Alegre, o povo do Sul de Minas e, em particular, o Prefeito Jair Siqueira, que, desde o início, esteve conosco nessa difícil campanha, na qual disputamos, somente dentro daquela cidade, com onze candidatos a Deputado Estadual. Nossa eleição em Pouso Alegre, na região do Sul de Minas, representa, Sr. Presidente e colegas Deputados, o início de uma nova fase em nosso processo político, na qual novas lideranças vão surgindo. O resultado disso é que temos, hoje, na Casa, líderes jovens, homens que estão pregando uma nova proposta política. Então, não poderia deixar de agradecer todo o sul do Estado, que, durante nossa campanha, nos acolheu de forma fraterna - um candidato que nada tinha a oferecer a não ser o seu discurso. Sempre digo que conquistamos nosso mandato na unha e no braço; foi dessa forma que conseguimos chegar aqui, onde não vou fazer um trabalho que decepcione o povo de Pouso Alegre. Vou tentar, da melhor forma possível, dar o melhor de mim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para tentar dignificar ou, ao menos, resgatar um pouco da dignidade do nosso povo, que está sendo tão explorado e esquecido, pois, hoje, infelizmente, o que prepondera são os interesses econômicos do País.

Queria aproveitar também, Sr. Presidente, para, dentro da proposta que venho fazendo - que já foi colocada em Plenário -, referir-me à reforma do Regimento Interno. Nesses primeiros dias na Casa, tenho observado seu funcionamento e, confesso ao senhor, tenho ficado um tanto desiludido com a forma como vem-se desenrolando o processo legislativo. Haja vista que, há poucos dias, para votar um simples requerimento, levamos quase três sessões. Não sou especialista no Regimento Interno da Casa, mas gostaria que aqueles que o conhecem bem pudessem dar sugestões e que pudéssemos reformá-lo, para que o processo legislativo seja mais célere, mais rápido, pois, da forma como vamos, levaremos quatro anos para votar um requerimento sobre se trazemos ou não um Secretário à Casa. Com muita satisfação, concedo um aparte ao Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Antes de mais nada, quero elogiar sua intervenção, nobre colega, Deputado Chico Rafael. Acho importante que este Poder Legislativo traga para seu seio um Deputado que aqui chega com tanto entusiasmo e disposição para o trabalho como V. Exa. Acho que a vitória de V. Exa. é, antes de tudo, a vitória do povo do Sul de Minas, do povo de Minas Gerais.

Mas tenho certeza de que as questões nacionais preocupam V. Exa., como Deputado do PSB, e, como nossa atuação em nosso local de intervenção política - que, no caso de V. Exa., é o Sul de Minas - sempre tem a ver com as questões maiores do País, quero dizer que, amanhã, ocorrerá, em Minas Gerais e em todo o País, uma paralisação da Justiça Federal. A Justiça Federal vai parar, por um dia, e mostrar seus problemas e preocupações.

Sabemos que, hoje, a lógica do sistema que nos governa, que desmobiliza os trabalhadores do Sul de Minas, que tenta desmoralizar as instituições, faz a mesma coisa com as nossas instituições federais, como a própria Justiça. É um contra-senso, uma piada de salão, vemos um senhor como o Sr. Antônio Carlos Magalhães falar em democracia, em ética e em retaliações à Justiça deste País. Isso é um absurdo.

Aproveito a intervenção de V. Exa. para deixar claro que, como o júbilo do Sul de Minas por trazê-lo aqui Deputado, temos algumas lutas maiores. Registro aqui a greve amanhã dos Juizes federais, afirmando que estarei junto a eles nessa paralisação, apoiando as justas reivindicações e, mais que isso, o diálogo que a Justiça se propõe a fazer com a comunidade.

O Deputado Chico Rafael - Agradeço o aparte de V. Exa. Quero lembrar, para enriquecer o seu aparte, que, na condição de advogado previdenciário e tributarista que sou, conheço bem os meandros da Justiça Federal. Por essa razão, amanhã, estaremos colhendo assinaturas dos colegas Deputados para apoiarmos o movimento da Justiça Federal, haja vista o esquecimento a que foi relegada.

Sr. Presidente, continuo minha exposição com relação às questões de ordem regimental. Que possamos fazer a reforma do Regimento, para que o nosso trabalho seja mais célere. Estamos perdendo muito tempo com discussões vãs, que não levam a nada. Entendemos a posição dos Deputados de Situação e de Oposição, mas precisamos ter produção legislativa, o que não vem ocorrendo. A Casa precisa disso e temos condições para tanto. Temos uma estrutura fenomenal na Casa e podemos produzir muito mais.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Agradeço o aparte ao nobre colega. Também o recebemos de braços abertos, como a todos os colegas que aqui chegaram, por meio das mãos do povo, como é o seu caso, merecidamente. Quero, ainda, aplaudi-lo neste Plenário e parabenizar o povo de Pouso Alegre.

Com relação ao Regimento Interno, recentemente esta Casa teve a oportunidade, por meio de um belo trabalho de assessoria, conjugado com os Deputados, de reformá-lo. Percebi que V. Exa. está chegando agora, mas já preocupado com a tramitação dos requerimentos e projetos de lei. Realmente esta Casa é do povo. Quando um projeto de lei vem para Plenário, ele não chega acabado, porque a sociedade tem que participar, por intermédio dos seus Deputados. Esta Casa é uma casa de debates.

V. Exa. vai ter dificuldade para perceber que 80% das leis são sancionadas, mas não regulamentadas. Por isso, gostaria de fazer um alerta e pedir a V. Exa. que observe bem. Vamos precisar, talvez, de fazer uma reforma no Regimento Interno, mas não para agilizar a tramitação, porque já foi feito um enxugamento nesse sentido. A Oposição da legislatura passada conseguiu obstruir projetos por vários dias. Eu mesmo, pedindo verificação de "quorum", consegui obstruir um por mais de 15 dias.

Quero somente fazer esse alerta, parabenizar V. Exa. e dizer que o PSDB e o PFL não vão cooperar para que se agilize mais ainda o Regimento Interno.

O Deputado Chico Rafael - Agradeço o aparte de V. Exa., que vem enriquecer o nosso pronunciamento. De qualquer forma, fica o alerta com relação à questão regimental, porque não é concebível, não é crível que, numa Casa onde temos 77 homens e mulheres preparados, se leve tanto tempo para discutir e aprovar coisas, às vezes, insignificantes.

Gostaria de pedir, também, à Presidência desta Casa e a seus Deputados que olhassem, com muito carinho, as questões que dizem respeito ao nosso Estado. Temos, hoje, na Assembléia, uma bancada expressiva do Sul do Estado, constituída pelos Deputados Sebastião Navarro Vieira, Bilac Pinto, Jorge Eduardo de Oliveira, Ambrósio Pinto, Marco Régis, Dalmo Ribeiro Silva - meu particular amigo -, Dilzon Melo e Ailton Vilela. Sendo assim, temos um poder de voto grande dentro desta Casa. Por isso, gostaria que os colegas Deputados olhassem, com carinho, as questões que dizem respeito ao Sul do Estado. Lembro aqui que, na sabatina do Dr. Bortoletti, ele colocou que o Sul do Estado, ou seja, a nossa região, Sr. Presidente, é o lugar onde há o menor número de cidades ligadas por asfalto. Esse dado está dentro dos arquivos do Dr. Bortoletti, e ele nos trouxe isso para, a despeito das justas reivindicações dos Deputados do Norte, mostrar que a região Sul do Estado é o lugar onde está concentrado o maior número de cidades sem ligação asfáltica.

Como não poderia deixar de ser, gostaríamos de lembrar também que o Sul do Estado, por sua pujança econômica, com o desenvolvimento das regiões de Extrema, Camanducaia,

Cambuá, Itapeva e Toledo, tem que ser lembrado. Vamos dar condições para que o Sul produza, pois poderá gerar mais recursos para os irmãos do Norte. Com a palavra, o ilustre amigo Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Chico Rafael. Estou ouvindo atentamente o primeiro pronunciamento de V. Exa. e devo dizer, com muita tranquilidade, que é uma grande satisfação para o Legislativo mineiro ter V. Exa. entre os legisladores. Não é de hoje que venho acompanhando, como vizinho, amigo e colega de profissão, o trabalho que V. Exa. vem desenvolvendo no Sul das Gerais. Tenho certeza de que esse seu primeiro pronunciamento - feito, acima de tudo, com carinho -, buscando soluções para o Sul de Minas, deverá encontrar eco no nosso Governo. Receba, caríssimo Deputado Chico Rafael, o meu apreço. Tenho a certeza de que o Poder Legislativo de Minas Gerais está enriquecido com V. Exa. nesta Casa. Estamos buscando, acima de tudo, soluções para o Sul de Minas e vamos caminhar juntos para, efetivamente, desenvolver, em nossa região, tudo aquilo que ela merece. Que V. Exa., durante seu mandato, possa ser contemplado com a inspiração do trabalho, além da competência com que V. Exa. sempre representou o povo de Pouso Alegre.

O Deputado Chico Rafael - Muito obrigado. Gostaria de dizer, também, que o povo de Ouro Fino foi brindado com a sua eleição, Deputado, devido a sua força de vontade e prestígio pessoal na região. Tenho a certeza de que juntos poderemos fazer algo por aquele cantinho do Estado, tão esquecido.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, também não poderia deixar de tecer algumas considerações sobre a questão que é hoje a grande discussão na mídia e nos meios políticos: a moratória. Preocupa-me muito a forma como vem se desenrolando essa questão. O Sr. Governador se rebelou contra um sistema político e econômico que, infelizmente, escraviza e sufoca o Estado, tirando-lhe as condições de trabalho. Mas fico apreensivo com a forma como tudo vem se desenrolando. Com a minha modesta opinião e parco conhecimento político, acredito que é hora de avançarmos no campo. Está na hora de o Sr. Governador olhar um pouco mais para os interesses do Estado. Os interesses do País precisam ser defendidos e o estão sendo, inclusive com o apoio desta Casa, mas precisamos nos preocupar com o Estado de Minas.

Apenas para arrematar o nosso pronunciamento, gostaria de agradecer a todos os funcionários da Casa, que nos receberam de uma forma muito carinhosa. Fiquei realmente envidado pela forma como fui tratado aqui. Gostaria também de agradecer ao nosso Presidente, que nunca nos faltou com seu carinho e sua atenção. Nós, Deputados de primeiro mandato, às vezes ficamos perdidos, mas V. Exa. tem nos ajudado a encontrar o caminho. Acredito que desenvolverei um bom trabalho nesta Casa, com o auxílio de V. Exa. e de todos os funcionários.

Gostaria também de agradecer e parabenizar a minha equipe, os meus companheiros, que estão no gabinete, colaborando com o meu mandato. Espero não ter tomado um minuto e meio do Deputado João Leite e voltarei numa próxima oportunidade. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dar as boas-vindas ao Deputado Chico Rafael, explicando-lhe que já nos havíamos inscrito previamente e também temos duas questões urgentes, que não serão possíveis de ser tratadas. Por isso, insistimos para que tivéssemos também a oportunidade de trazer, mais uma vez, à tribuna da Assembléia, a questão da Proposição de Lei nº 14.015, que estabelece normas para os concursos públicos promovidos pelo Estado.

Na semana passada, denunciei que a reunião da comissão, que estava convocada para as 10h30min, foi cancelada pelo seu Presidente, Deputado Paulo Pettersen, que convocou nova reunião para o dia 17 de março, quinta-feira, às 17 horas, último dia para que a comissão dê seu parecer, pretendendo, com isso, que a proposição venha para o Plenário sem o parecer da comissão.

Aliado a esse fato, pudemos constatar a escolha de um colega de legenda do autor do projeto de lei para ser o relator da matéria. Essa manobra tem a clara intenção de derrubar o veto do Governador Itamar Franco, veto de inteira justiça, que resgata os princípios constitucionais.

O art. 3º da proposição de lei, alvo do veto do Executivo, propõe a manutenção dos ocupantes de cartórios que foram agraciados após a Constituição Federal de 1988, alegando estar escorada sua pretensão no art. 39 da Lei nº 8.935, de 1998. Entretanto, tal dispositivo legal não pode tratar da regularização das vagas dos cartórios, pois trata da vacância do cartório, determinando a abertura de concurso para o preenchimento da vaga.

A Constituição é muito clara a esse respeito. Em seu art. 236, § 3º, dispõe: "Art. 236 - Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público.

§ 3º - O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses."

Ora, impossível norma mais clara do que a citada. A proposição de lei é manifestamente inconstitucional, sendo que iniciativas semelhantes à mineira foram devidamente rechaçadas já em nível de arguição de inconstitucionalidade no STF, com a ADIN nº 1.124, oriunda da Bahia, onde foi provida.

Sem dúvida, não dá para segurar mais na Assembléia essa questão dos cartórios, porque envergonha a Casa.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Apenas quero informar que tivemos, hoje, uma reunião da Bancada do PT, na qual concordamos com as opiniões de V. Exa., e vamos procurar manter esse veto, pela importância que V. Exa. já está edificando.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Consideramos também que a Assembléia não pode permitir que evolua tudo isso que está sendo montado para a derrubada desse veto. Infelizmente, essa questão dos cartórios é uma vergonha para a Assembléia Legislativa.

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos que ter, aqui nesta Casa, o mínimo de responsabilidade, de senso de ridículo, de espírito democrático e o mínimo de democracia. Não podemos conviver com insinuações, como as colocações feitas pelo brilhante Deputado João Leite, que considere um disparate. Não sei onde ele quer chegar, faltando ao respeito com a independência do relator de um projeto de tanta importância para o Estado de Minas Gerais, quando sabe, muito bem, que é competência do Presidente da comissão indicar o relator. E estou vendo que ele está usando todos os meios para acuar o Deputado-relator, para satisfazer à sua vaidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se permitirmos, nesta Casa, tais insinuações e falta de respeito, não sei até quando a sociedade mineira vai continuar depositando credibilidade em nós, parlamentares, e nesta Assembléia Legislativa. Ninguém tem o direito de prejudicar nada, muito menos o Sr. João Leite. Ninguém, nesta Casa, tem condições necessárias para ultrapassar os limites de um Regimento Interno que assegura ao Presidente e também ao relator o direito de emitir seu livre parecer a esse veto tão polêmico.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que, se não tomarmos essa iniciativa, daqui a uns dias o Sr. João Leite vai ocupar todas as Presidências de comissões e todas as relatorias, para que possamos satisfazer a sua visão, que considero inteligente, pelo seu tamanho. Temos que fazer prevalecer não apenas o Regimento Interno mas, também, a democracia. Tenho certeza de que o Deputado José Alves Viana, que é o relator do ex-Projeto de Lei nº 1.940/98, hoje Proposição de Lei nº 14.015, que trata dos cartórios em Minas Gerais, não pode, e nós também não podemos, conviver com essa insinuação baixa, com essa falta de argumentação e de conhecimento do nosso colega.

Marcamos o último dia para que V. Exa. dê o parecer desse projeto. O que não podemos fazer, nem tampouco o relator, é passar do limite legal. Dentro disso tem todo o espaço, todo o tempo necessário para V. Exa., Deputado José Alves Viana, possa emitir seu parecer. É um relator de primeiro mandato, mas confiamos no seu desempenho. Do contrário V. Exa. seria suplente de Deputado, não estaria no meio de nós.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que se o Governador vetou esse projeto, esse veto poderá ser mantido ou derrubado pelo relator. Ele tem independência, responsabilidade, e determinação para isso. Do contrário, S. Exa. não seria relator de um projeto tão polêmico como esse. Esse ataque é, sem sombra de dúvidas, querer ocupar espaço na mídia. É falta de argumentação e falta de respeito com o colega Presidente, com o colega relator. Não podemos admitir que o Deputado referido faça um pré-julgamento acusando a relatoria, se esta ainda não emitiu seu parecer, não fez o relatório. É necessário que tenhamos paciência para que o relator possa se expressar livremente, emitindo seu

parecer, para que o projeto possa vir a Plenário. Não podemos admitir que um Deputado diga que o relatório foi feito no último dia, na última hora, para que haja uma armação, para que não possamos dar nossa contribuição. Não podemos admitir, de forma alguma, esse pré-julgamento. O relator José Alves Viana é pessoa que tem todas as características, toda a tranquilidade para se expressar e fazer seu relatório. Agora, se um Deputado quer aparecer com uma argumentação que não traz nenhuma soma, que não traz nenhum proveito, porque essa questão vai-se decidir aqui no Plenário, está faltando elegância por parte do Deputado João Leite, a quem admiro. Não se pode atacar um relator que tem um tempo necessário para emitir seu parecer, para fazer seu relatório. Deputado, não podemos jogar sozinhos. Temos a mesma responsabilidade nesta Casa. Quando V. Exa. Assume a tribuna para fazer tal injustiça ao relator, está ferindo o Poder Legislativo. Esta Assembléia é isenta. Se o relator não tiver independência, isenção para fazer o seu relatório, até onde vamos chegar nesta Casa? Temos que saber definir as coisas, do contrário não chegaremos a nada. Se o relator não emitiu seu parecer derrubando ou mantendo o veto, por que esta questão, por que essa intranquilidade, por que essa preocupação do Deputado? Não sei onde V. Exa. quer chegar com isso. Tenho certeza de que o relatório do Deputado José Alves Viana virá para este Plenário, com independência.

No dia em que for lido o relatório do Deputado José Alves Viana, mantendo ou derrubando o veto, tenho certeza de que todos na Casa saberão expressar-se dentro de um comportamento democrático para que possamos desempenhar, competente e livremente, o nosso papel de parlamentar. Não podemos sofrer nenhuma pressão nem nenhum tipo de policiamento, principalmente o relator, que, neste momento, está voltado para os interesses de todos no Estado de Minas Gerais.

Quero deixar bem claro que quando esse projeto ou outro projeto polêmico que aqui vier provocar discussões que ultrapassem os limites do respeito, que atinjam este Poder, é necessário que se faça uma reflexão e que o Deputado busque um equilíbrio para não se jogar conversa fora na Casa. Se nós, como partes do Poder, não nos preocuparmos com ele, quem se preocupará? Assim, espero a compreensão do Deputado João Leite, sim. Quero que ele tenha o alcance - tenho certeza que ele tem - para, quando for emitido o parecer do relator, que ele saiba interpretá-lo de acordo com a sua consciência, e não de acordo com a sua conveniência.

É muito importante ressaltar esse ponto, porque daqui a uns dias, estaremos colocando em xeque o Poder Legislativo. Não podemos permitir, de maneira alguma, esse tipo de questão. O Poder Legislativo é constituído por nós, Deputados. Se um Deputado se enfraquecer, todos nós nos enfraqueceremos. Se cada Deputado da Casa não tiver independência para legislar, será o fim do mundo.

Tenho certeza de que o Deputado João Leite, que já está no seu segundo mandato - Deputado inteligente e de alcance -, saberá conviver dentro do espírito democrático e de camaradagem com os seus pares e evitará emitir um prejulgamento, como o que V. Exa. acabou de fazer, anteriormente, ainda citando o meu nome - de um relatório que não se encontra pronto. Portanto, se há um prazo-limite, vamos respeitá-lo. O relatório vai ser feito.

O Deputado José Alves Viana está providenciando o seu relatório para que possamos apreciá-lo aqui. Quando o relatório vier para ser votado, no Plenário, sim, qualquer Deputado poderá discuti-lo ou questioná-lo. Trata-se de um direito de cada um de nós, Deputados. O que quero evitar é que haja prejulgamento. Isso, sinceramente, não traz nenhum benefício para a Casa. Assim, entendo que se viermos a ter esse desempenho que todos esperamos, que a sociedade está acompanhando, tenho certeza, sem sombra de dúvida, que a responsabilidade será de todos nós. Mas o perigoso, e que não é correto, é o prejulgamento. Quando falo isso, sinceramente, é com tristeza, porque hoje é o projeto do cartório, amanhã será outro projeto. E a situação pode ficar difícil para a Casa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é necessário, antes de emitir alguma posição ou discutir, que esperemos o resultado da comissão que está apreciando o veto. Devemos aguardar a decisão final do relator, para que, dessa forma e dentro dessas condições, possamos discutir esse relatório. Tenho essa preocupação porque, se não estivermos preocupados e com zelo ao conduzir as nossas ações na Casa, seja as ações independentes, seja as ações democráticas, seja as ações de responsabilidade, nenhum de nós aqui irá colaborar para polir este Poder.

Quando há esse tropeço e esse desencontro, é fundamental que possamos fazer esse reparo.

Tenho em minha consciência a certeza de que, se todos procurarmos somar esforços para o engrandecimento da instituição, não poderemos ouvir desconcertos e nos calar diante de situações que não desejamos venham trazer qualquer seqüela para o Poder Legislativo. Para ocupar este Poder é necessária uma vocação especial. Torna-se necessário que as forças vivas que compõem a Casa Legislativa deste Estado tenham essa preocupação. Nunca subi à tribuna ou apartei qualquer colega subestimando-o ou fazendo prejulgamento. Eu, sim, passei por isso tudo, portanto, tenho condição moral de falar. Sempre me julgaram, e, daqui a quatro anos, o serei novamente, se Deus quiser. Quando ouço julgamentos que antecedem a decisões, fico triste, porque o político precisa ter sensibilidade, pois é por meio dela que serão emitidos os sinais de positividade, de convivência e de bem-estar, para que possamos, cada vez mais, fazer desta Assembléia um Poder independente, polido e unido contra as adversidades que nos cercam.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de rebater as palavras do Deputado Paulo Pettersen, que em todos os momentos tratou de prejulgamento. Queria dizer que não se trata de prejulgamento, pois é um julgamento consolidado na Assembléia Legislativa. Não tive tempo para fazer um relato da questão dos cartórios nesta Casa, pois não poderá ser breve, porque sua história é longa. Passamos, na última legislatura, por momentos delicados neste Plenário, com verdadeiras fraudes na votação da questão dos cartórios. Em alguns momentos, o Presidente da Assembléia teve que invalidar a votação, porque tínhamos presentes na votação 49 Deputados e foram encontrados 63 votos na urna. Depois, numa das votações, consolidada a manutenção do veto do então Governador Eduardo Azeredo ao projeto dos cartórios, no painel desta Assembléia, houve novamente a intervenção, por parte de alguns Deputados, conseguindo anular a votação. Pelos motivos expostos, o relato sobre os cartórios nesta Assembléia não pode ser breve e também não se trata de prejulgamento. Conhecemos essa história e se trata de uma história de justiça porque, neste momento, muitos cidadãos de Minas Gerais já se preparam, há quase dois anos, para um concurso público para a ocupação dos cartórios, o que nunca acontece. E não se trata de prejulgamento, é julgamento mesmo.

E não acontece - e não é prejulgamento, é julgamento mesmo - por causa da Assembléia Legislativa, que ainda não deu oportunidade para que o concurso fosse feito e que houvesse, para todos os cidadãos de Minas Gerais, aproximadamente 2 mil vagas nesse tempo, para que pessoas com capacidade passassem por uma prova de títulos, por um concurso público, e pudessem ocupar essas vagas.

Por mais que o Deputado Paulo Pettersen quisesse deixar claro, da tribuna, não fui eu que lutei e pretendi ser o Presidente da Comissão Especial que está tratando dos cartórios. Ao contrário, foi o Deputado Paulo Pettersen que articulou, na reunião, para que ele fosse o Presidente daquela Comissão Especial que trata do veto dos cartórios. Foi ele, o Deputado Paulo Pettersen, que conseguiu e que articulou tudo. Disse-lhe que não tinha interesse em ser Presidente, mas gostaria de ser o relator, porque é algo que estamos acompanhando há muito tempo. Consideramos isso uma injustiça muito grande, pois queria ser o relator. O Deputado disse que estava tudo bem, mas, na hora de passar a relatoria, designou o Deputado José Alves Viana. Na semana passada, fomos surpreendidos com a decisão do Presidente da Comissão, Deputado Paulo Pettersen, de cancelar a reunião. Uma decisão após as 18 horas do dia anterior. O Deputado, por ofício, cancelou a reunião. Tive oportunidade de conversar com o Deputado José Alves Viana, ele tinha o seu relatório pronto, mas o Presidente cancelou a reunião para que o Deputado tivesse um prazo até as 17 horas do dia 18, quinta-feira. Além do prazo que o Presidente da Comissão Especial, Deputado Paulo Pettersen, deu, esse é o prazo, também final, para que a comissão dê o seu parecer. Se não houver parecer, se não for votado, se não houver "quorum" na reunião, vem o veto para o Plenário da Assembléia sem parecer. Então, não é prejulgamento, tudo isso aconteceu. Tudo isso está acontecendo na Assembléia Legislativa, está acontecendo na Comissão Especial. A minha pretensão não é aparecer. Não gostaria de estar falando disso aqui, gostaria de estar falando de outras coisas, queria até falar sobre a CPI que está instalada na Assembléia a respeito das Carteiras de Habilitação, mas temos de tratar novamente da questão dos cartórios. Não sou eu que quero aparecer. A questão dos cartórios está aí, novamente. Achávamos que era uma etapa vencida, ficamos felizes pelo fato de as pessoas terem condições iguais de concorrer para ser titulares de cartório. No ano passado, o Deputado Ivair Nogueira apresentou novamente essa questão, que era inconstitucional, que era contra o Regimento da Assembléia, porque se tratava de mesma matéria no mesmo ano, mas passou aqui sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça. Foi aprovado, e temos o veto agora. Cabe à Assembléia Legislativa rejeitar para sempre esse projeto. Ela tem de manter esse veto, então, não há que se falar em prejulgamento. Não há que se falar que quero aparecer. Não me interessa. Interessa-me, como representante das pessoas de Minas Gerais, que elas tenham oportunidade. Por que é meu filho que tem de ter um cartório? Nem está preparado para ter um cartório, por que tem de ser dono de cartório? A situação está colocada. Em relação ao Deputado José Alves Viana, respeito-o muito.

Então, acho que, neste momento, ele tem uma grande oportunidade de mostrar para a sociedade de Minas Gerais, por meio de seu relatório, o princípio que defendemos, que é o de justiça.

Queria dizer que a minha posição é em defesa da justiça. Isso é justo. São quase 2 mil vagas. É constitucional, e espero que o Deputado Viana esteja imbuído do propósito de ser um guardião da nossa Constituição, porque ela é clara. O Supremo Tribunal Federal já colocou a sua decisão em 3 ADINs relativas à questão. É inconstitucional o que pretende o Deputado Ivair Nogueira. Isso está consagrado no Supremo.

Então, a minha motivação, Deputado Paulo Pettersen, é pela justiça, em nome das pessoas de Minas Gerais que têm o direito constitucional de ter oportunidade de ingressar nos

cartórios, por meio de um concurso público. É essa a motivação que me faz lutar, mesmo que, às vezes, em confronto com as idéias de alguns companheiros. Mas não vou me dobrar. Vou defender isso sempre, porque creio que é justo.

Portanto, aparecer não é a minha pretensão. A minha pretensão é defender algo justo. Fomos escolhidos para isso. Fomos escolhidos não para legislar para o meu filho, para a minha esposa ou para um amigo, mas para a maior parte da população do Estado de Minas Gerais. Num momento como este, a possibilidade de ser realizado um concurso, uma concorrência com, aproximadamente, 2 mil vagas, interessa à população de Minas Gerais, é justa e a defenderei, mesmo que o Deputado Paulo Pettersen não goste.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/3/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.596, 1.604, 1.615, 1.616, 1.637, 1.645, 1.646, 1.655, 1.658, 1.659, 1.662, 1.672, 1.683, 1.689, 1.693, 1.694, 1.695, 1.696, 1.697, 1.698, 1.699, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Especifico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

##### Gabinete do Deputado Adelino de Carvalho

exonerando Adão Pereira Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas;

exonerando Aílton Barbosa Lima do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26 - 4 horas;

exonerando Marli Vale do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas;

exonerando Marly da Silva Zulle do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

exonerando Verly Marcelino de Andrade do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 4 horas;

nomeando Adão Pereira Santos para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26 - 4 horas;

nomeando Ana Paula de Souza Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas;

nomeando Maria de Lourdes Paixão de Rezende Neves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas;

nomeando Maria Fernanda Cardoso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

nomeando Marli Vale para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 4 horas.

##### Gabinete do Deputado Alberto Bejani

exonerando Ricardo Araújo Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas.

##### Gabinete do Deputado Ambrósio Pinto

exonerando Álvaro Rubens Mondolesi do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13 - 8 horas;

exonerando Ana Rosa Mendonça Lasmair Moreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

exonerando Geraldo Gerber Lacerda do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, AL-40 - 8 horas;

exonerando João Augusto de Pádua Cardoso do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14 - 8 horas;

exonerando Lílian Daisy Pinto Marques do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40 - 8 horas;

exonerando Maria do Carmo Silveira do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19 - 8 horas;

nomeando Álvaro Rubens Mondolesi para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11 - 8 horas;

nomeando Ana Rosa Mendonça Lasmair Moreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas;

nomeando Geraldo Gerber Lacerda para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, AL-39 - 8 horas;

nomeando João Augusto de Pádua Cardoso para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13 - 8 horas;

nomeando Lílian Daisy Pinto Marques para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39 - 8 horas;

nomeando Maria do Carmo Silveira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

nomeando Rafaela Carvalho Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

exonerando Hugo Leonardo Teixeira Batista do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

exonerando Grazyella Pereira Cavalcante do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas;

nomeando Hugo Leonardo Teixeira Batista para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 4 horas;

nomeando Grazyella Pereira Cavalcante para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas.

Gabinete do Deputado César de Mesquita

exonerando Bettina Engel Lipovetsky do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

exonerando Claudiana Henriques Bueno do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

exonerando Eliane Ferreira Soares do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

exonerando Elisete de Cássia Dolci do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

exonerando Fabiana Rezende do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

exonerando Nilton Garcia de Oliveira do cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas;

exonerando Sebastião Pereira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

exonerando Soraya Gizelle Duarte Lima do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

nomeando Cândida Maria Martins para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

nomeando Eliane Ferreira Soares para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Elizabeth Pires Magalhães de Moraes para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41 - 8 horas;

nomeando Fabiana Rezende para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Sebastião Pereira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Soraya Gizelle Duarte Lima para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Christiano Canêdo

nomeando Heloísa Helena Barros Giacomini para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Ermano Batista

nomeando Maria Therezinha Duque Batista para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando Carlos José Pereira dos Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11 - 8 horas;

exonerando Francisco de Barros Xavier do cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Anderson Vieira Fadel para o cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Geraldo Paz de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Chico Rafael

nomeando Miriam Dalva Martins dos Santos Costa para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Geraldo Rezende

exonerando Cândida Maria Martins do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

exonerando Elizabeth Pires Magalhães de Moraes do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41 - 8 horas;

exonerando Francisco Machado Gomes do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

exonerando Odelmo Nogueira Pinho do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

exonerando Raul Junqueira de Freitas do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

nomeando Bettina Engel Lipovetsky para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

nomeando Claudiana Henriques Bueno para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Elisete de Cássia Dolci para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12 - 8 horas;

nomeando Francisco Machado Gomes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

nomeando José Eustáquio Coelho de Moraes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Odelmo Nogueira Pinho para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

nomeando Raul Junqueira de Freitas para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Eduardo Almeida Guedes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29 - 8 horas;

exonerando Enéas Cambraia de Avelar do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

exonerando Marisa Ferreira Amorim do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19 - 8 horas;

nomeando Enéas Cambraia de Avelar para o cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Marisa Ferreira Amorim para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 8 horas;

nomeando Renato Almeida Guedes para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Mauro Lobo

exonerando, a partir de 23/3/99, Adriano Medeiros Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas;

exonerando, a partir de 23/3/99, José Augusto da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas;

exonerando, a partir de 23/3/99, Mateus Keller do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Miguel Martini

exonerando Fernando José Moreira Lanza Filho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11 - 8 horas;

exonerando Rivadavia Souza e Pinho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11 - 8 horas;

exonerando Sônia Maria Pires de Mendonça Dantas do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27 - 8 horas;

nomeando Fernando José Moreira Lanza Filho para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26 - 4 horas;

nomeando Rivadavia Souza e Pinho para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14 - 8 horas;

nomeando Sônia Maria Pires de Mendonça Dantas para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29 - 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Sebastião Costa

nomeando Ivone Lopes Machado Moreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas.

Nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato:

nomeando Aline Barroso Mourão para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, e 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Alexandre Cristiano Barbosa para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Irani Barbosa, Relator da Comissão Especial designada para proceder a estudos sobre os trabalhos de contribuição da Assembléia Legislativa à consolidação e ampliação das atividades do MERCOSUL.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de

11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, e 1.522, de 4/3/98, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Eduardo de Almeida Guedes para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete do Deputado Irani Barbosa, Relator da Comissão Especial designada para proceder a estudos sobre os trabalhos de contribuição da Assembléia Legislativa à consolidação e ampliação das atividades do MERCOSUL.

#### ERRATAS

##### PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 13.891

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 18/3/99, pág. 25, col. 2, no Relatório, onde se lê:

"Por meio da Mensagem nº 307/99", leia-se:

"Por meio da Mensagem nº 307/98,".

##### PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 13.901

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/3/99, na pág. 25, col. 3, onde se lê:

"Mensagem nº 490-A/98", leia-se:

"Mensagem nº 310/98".

##### PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 13.991

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/3/99, na pág. 25, col. 4, onde se lê:

"Mensagem nº 25/99", leia-se:

"Mensagem nº 334/99".

##### PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 14.053

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/3/99, na pág. 26, col. 2, onde se lê:

"Mensagem nº 28/99", leia-se:

"Mensagem nº 337/99".

##### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/3/99, pág. 26, col. 3, substitua-se a redação da ementa do Substitutivo nº 1 pela que se segue:

"Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências.".

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 9/3/99, pág. 26, col. 4, onde se lê:

"Júnia Regina Antólio Rohles", leia-se:

"Júnia Regina Anatólio Lima Rohlf's".

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 17/3/99, pág. 29, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Ermano Batista", onde se lê:

"exonerando, a partir de 16/3/99, Cynara Batista Duque", leia-se:

"exonerando, a partir de 24/3/99, Cynara Batista Duque".

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 17/3/99, pág. 29, col. 4, onde se lê:

"Alda Campelo Ribeiro Bortoletti", leia-se:

"Aida Campelo Ribeiro Bortoletti".